



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Processo de Reassentamento no Conjunto Habitacional Nova Vila
da Barca em Belém/Pa**

RAQUEL DA SILVA AMORIM

**Belém – Pa
2011**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

RAQUEL DA SILVA AMORIM

**Processo de Reassentamento no Conjunto Habitacional Nova Vila
da Barca em Belém/Pa**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: **Prof^a. Dra. Maria Elvira Rocha de Sá**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Biblioteca Central / UFPA, Belém - PA

Amorim, Raquel da Silva, 1974 -

Processo de reassentamento no Conjunto Habitacional Nova Vila da Barca em Belém/PA / Raquel da Silva Amorim; orientadora Maria Elvira Rocha de Sá. — 2011.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Belém, 2011.

1. Habitação popular – Belém (PA). 2. Conjuntos habitacionais – Belém (PA). 3. Planejamento urbano – Belém (PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 307.336098115



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

RAQUEL DA SILVA AMORIM

**Processo de Reassentamento no Conjunto Habitacional Nova Vila
da Barca em Belém/Pa**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Data da Defesa 31/08/2011

Banca Examinadora

Prof^a. Dra. Maria Elvira Rocha de Sá
Orientadora

Prof^a. Dra. Joana Valente Santana
Examinadora

Prof. Dra. Lilia Iêda Chaves Cavalcante
Examinadora

**A minha mãe Irael, pelo amor e
dedicação incondicional, por suas
orações incessantes e pela honra de
ser sua filha.
Ao Gabriel e Arthur Miguel que me
motivam todos os dias a buscar a
felicidade.**

AGRADECIMENTOS

Ao único que é digno de receber toda honra e toda a glória, ao Deus eterno imortal invisível mas real a Ti agradeço, pois tudo o que tenho tudo o que sou e o que vier a ser vem de ti Senhor.

A minha mãe Irael, que mesmo sem nunca ter sentado em um banco de escola, teve toda a preocupação em nos educar. Minha maior incentivadora em todos os momentos, nos difíceis e fáceis nunca me deixou sozinha.

Aos meus dois filhos Gabriel e Arthur Miguel por terem tolerado minhas ausências nos últimos dois anos, especialmente ao Gabriel que mesmo em sua adolescência deixou várias vezes de aproveitá-la para contribuir comigo nesta jornada, transcrevendo e digitando as entrevistas, revisando o que eu lhe solicitava.

Ao meu companheiro e amigo Dino, pela compreensão e pelo cuidado imensurável com nosso filho, por ter estado em todos os momentos nos quais eu não pude estar.

A todos da minha família que sempre apoiaram e incentivaram meus estudos, acompanhando de perto todas as minhas conquistas e perdas, especialmente minhas primas Carla, Ziza e Zaide, que não apenas cuidaram de mim, mas me substituíram no cuidado com minha mãe e meus filhos cotidianamente, meu irmão Franciel, minha tia Aldenora que nunca deixou de orar por mim.

A minha professora Orientadora, Maria Elvira Rocha de Sá, pela paciência com minhas limitações, pelas contribuições fundamentais à conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos da SEHAB, companheiros de trabalho com os quais convivi nos últimos cinco anos compartilhando alegrias, angustias, realizações e frustrações que em especial nos últimos meses me ajudaram a passar por um momento muito difícil de saúde e estiveram literalmente do meu lado todos os dias, agradeço a Jocielma, Leandro, Marcio, Alex Miranda, Lena Rocha, Amandinha, Viviane, Andréia, Elissandra e Jenifer.

A amiga e irmã Raquel Novaes, quando nós não somos abençoados em ter uma irmã de sangue, Deus providencia alguém para suprir tal necessidade e foi exatamente o que aconteceu. Agradeço amiga por tudo pelo amor, companheirismo, afeto, carinho, pelas lágrimas enxugadas pelas gargalhadas de qualquer coisa e principalmente por não me deixar desistir – essa página é pequena pra expressar todos os sentimentos.

A minha sempre chefe Suely Sawaki, por me oportunizar as condições necessárias nesta etapa muito especial de formação profissional.

Aos meus novos colegas de trabalho do PROMABEN, que com incentivo e motivação fizeram parte dos últimos momentos desta dissertação.

A comunidade da Vila da Barca, sujeito mais importante desta dissertação, sem a qual este trabalho não teria sido possível.

Palafitas
Palafitas!
Palco armado nas baixadas
Pra encenar a vida sofrida
Ou a morte certa.
Mas, o exemplo
Da vontade de Vencer.

Palafitas!
Caminhos da solidão
Onde passa a morena
O operário
Ator
A Maria
O João
O político candidato
Na época da eleição

Palafitas!
Baixadas!
Tão perto de tudo
Distante do mundo
Que deveria ser

Palafitas!
Pau-a-pique nas baixadas
Sustentando sonhos
Que teimam enterrar-se na lama
A fome entrando pelas frestas
O desespero
A dor
Minando a paciência
A luta do homem
Contra o que não pode ser ou ter
A vitória da vida!

Trechos do poema de Palafitas de José Ribamar Felipe Marques

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a dinâmica das famílias que vivenciaram o processo de reassentamento em um projeto habitacional de interesse social em uma área palafitada localizada na cidade de Belém/PA, denominada Vila da Barca. Esta área foi objeto de intervenção urbanística executada pelo poder público municipal, financiada pelo governo federal com recursos da CAIXA. Buscamos ao contextualizar a dinâmica do processo de ocupação de cidades capitalistas, revelar particularidades da constituição do urbano no Brasil, na Amazônia e, especificamente, em Belém. O interesse pelo objeto ora pesquisado se deveu às nossas observações cotidianas na prática profissional como Assistente Social efetivada no referido projeto. Nossa investigação esteve pautada numa perspectiva crítico-dialética e foi operacionalizada por um levantamento bibliográfico e documental, seguido do trabalho de campo, pautado por entrevistas e observações diretas. Os resultados da pesquisa destacam as alterações ocorridas na dinâmica das famílias que sofreram a intervenção urbanística e social bem como as mudanças apresentadas em seu modo de viver provocadas pelo processo de reassentamento para o Conjunto Habitacional Nova Vila da Barca.

Palavras-chave: cidade capitalista; urbanização; intervenção urbanística; reassentamento.

ABSTRACT

This work focuses on the dynamics of families who have experienced the process of resettlement housing project in an area of social stilts in the town of Belem/PA, called Vila da Barca. This area was the object of urban intervention performed by the municipal government funded by the federal government's resource CAIXA. We seek to contextualize the dynamics of the occupation process of capitalist cities, to reveal the peculiarities of the city in Brazil, the Amazon and specifically in Belem. The interest by the object now searched if game to our everyday observations in Belem. Our investigation was based on a perspective-dialectic and was operated by a bibliographic and documentary, followed by the field work, based on interviews and direct observations. The survey (search) results highlight the changes in the dynamics of families who have suffered the urbanistic and social intervention and changes in their way of living (live) caused by the process of resettlement for housing new town of Barca.

Keywords: capitalist city; urbanization; urban intervention; resettlement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA:

Mapa Topográfico 1 – Localização do Projeto urbanístico e Social na Vila da Barca as três (3) etapas propostas 86

IMAGENS:

Imagem 1 – Localização da Vila da Barca. 77

Imagem 2 – Reportagem sobre a Vila da Barca. 81

Imagem 3 – Poligonal do Projeto Urbanístico e Social da Vila da Barca 103

Imagem 4 – Localização da construção das unidades habitacionais 104

Imagem 5 – Reportagem sobre rachaduras e infiltrações na Nova Vila da Barca 114

GRAFICOS:

Gráfico 1 – População residente por situação do domicílio – Brasil 1940/2000 38

FIGURA:

FIGURA 1: Reportagem do Jornal o Estado do Pará 79

FOTOS:

Foto 1 – O Teatro da Paz internamente no período áureo da borracha 61

Foto 2 – Vila da barca – Área Palafitada 82

Foto 3 e 4 – Vila da barca – Questão Ambiental 83

Foto 5 e 6 – Vila da barca – Estivas de Madeira 84

Foto 7 – Vila da barca – Conjunto Nova Vila da Barca 87

Foto 8 – Vila da barca – Conjunto nova Vila da Barca – entrega das unidades habitacionais em dezembro de 2007 88

Foto 9 – Assembléia geral sobre o plano de ação do reassentamento 90

Foto 10 – Assembléia geral sobre o plano de ação do reassentamento 91

Foto 11 – Oficina de preparação ao reassentamento. Tema: Orientação sobre cidadania e direito a moradia 92

Foto 12 – Visita dos moradores as unidades habitacionais 93

Foto 13 – Aspectos gerais das moradias na Vila da Barca 1974 95

Foto 14 -Vila da Barca – casa com varanda 97

Foto 15 e 16 – Antigo local de moradia de alguns reassentados 101

Foto 17 – Vila da Barca – casa na parte seca – Travessa Nelson Ribeiro 105

Foto 18 – Vila da Barca – casas na palafita – passagem Praiana 105

Foto 19 – Vila da Barca – Lazer na orla 107

Foto 20 e 21 – Transporte de mercadorias e compras para dentro da Vila	109
Foto 22 – Unidade municipal de saúde vila da barca	110
Foto 23 e 24 – Vila da Barca – Apartamento – que vivem três famílias	112
Foto 25 – Vila da Barca – Casa com Infiltração	115
Foto 26 – Vila da Barca – Roupas no Varal	116
Foto 27 – Animais criados nas palafitas	117
Foto 28 e 29 – Vila da Barca – Lixo Acumulado	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento Populacional no Brasil e na Região Norte 1960/2010	53
Tabela 2 - Evolução da população total e urbana do município de Belém	63
Tabela 3 – População da Região Metropolitana de Belém – RMB e Taxa de crescimento	69
Tabela 4 – Bairros de Belém e suas terras alagáveis	76

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Mundial
BNH – Banco Nacional de Habitação
CAIXA – Caixa Econômica Federal
CEP – Código de Endereçamento Postal
CDP – Conjunto Paraíso dos Pássaros
COHAB – Companhia de Habitação
DASAC – Distrito Administrativo da Sacramento
DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento
ENASA – Empresa de Navegação da Amazônia
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FICAM – Programa de Financiamento da Construção ou Melhoria da Habitação de Interesse Social
FMI – Fundo Monetário Internacional
OGU – Orçamento Geral da União
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo
PARU – Programa de Apoio a Reforma Urbana
PDA - Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PHB – Política Habitacional Brasileira
PIN - Programa de Integração Nacional
PLANASA – Plano Nacional de Saneamento
PLANHAB – Plano Nacional de Habitação Popular
PMB – Prefeitura Municipal de Belém
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PRB – Programa de Recuperação de Baixadas
PROFILURB – Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
PROMORAR – Programa de Erradicação da Sub-Habitação
RMB – Região Metropolitana de Belém
SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SPVEA – Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 CIDADE CAPITALISTA, PLANEJAMENTO URBANO E POLÍTICA HABITACIONAL.	19
2.1 Formação da Cidade Capitalista: gênese e contemporaneidade.....	19
2.2 Planejamento Urbano, com ênfase na Política Habitacional no Brasil	27
3 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA E EM BELÉM/PA.	49
3.1 Particularidades da urbanização na Amazônia: ocupação e expansão capitalista.....	49
3.2 Processo de constituição do urbano em Belém/PA.....	58
4 INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA VILA DA BARCA EM BELÉM-PA PROCESSO DE REASSENTAMENTO NO CONJUNTO HABITACIONAL NOVA VILA DA BARCA.....	74
4.1 Contextualizando a Política Habitacional em Belém.....	75
4.2 Histórico de ocupação da Vila da Barca.....	75
4.3 Projeto Urbanístico e Social da Vila da Barca: concepção e operacionalização.....	84
4.4 O processo de Reassentamento nas novas unidades habitacionais sob a ótica das famílias atingidas.....	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICE.....	130

1 INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no modo de produção capitalista e seus rebatimentos no intenso processo de adensamento populacional nos espaços urbanos, em escala planetária, vêm contribuindo para modificar radicalmente os usos e as formas de apropriação por diferentes sujeitos desses espaços. Nesta perspectiva, o fenômeno urbano no decorrer da história se materializa mais precisamente para atender as expectativas e interesses dos grupos que controlam o processo de acumulação do capital, em detrimento dos interesses e necessidades de reprodução social da força de trabalho

A cidade concentra os meios necessários para a manutenção e reprodução do modo de produção capitalista, quais sejam a força de trabalho e o capital. Na medida em que as cidades aglutinam mais pessoas e ficam adensadas há a necessidade de prover a infraestrutura e, de forma particular a habitação, para atender as necessidades básicas desse contingente populacional. Neste sentido, a constituição do urbano se processa relacionado às transformações decorrentes da forma como os homens produzem e reproduzem socialmente a sua existência.

Em se tratando da habitação, sua abordagem não se resume aos aspectos da estrutura física das unidades habitacionais, mas para além destes exige o tratamento acerca da história de vida e dos níveis de qualidade de vida daqueles que as ocupam ou irão ocupá-las.

Analisar o processo de reassentamento na Vila da Barca é abordar a cidade de Belém a partir de seu processo histórico de ocupação, sua configuração e suas particularidades na contemporaneidade. O Projeto de Intervenção Urbanístico e Social da Vila da Barca foi selecionado como universo da pesquisa por ser a Vila da Barca uma área periférica da cidade de Belém que sofreu intervenção urbanística, com ênfase na política habitacional, pelo governo municipal, com recursos oriundos do governo federal.

A aproximação com o tema foi em decorrência de nossa inserção como Assistente Social na Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) do município de Belém-Pa, com diferentes indagações e observações desenvolvidos ao longo da experiência profissional, a partir das quais formulamos a presente proposta de

pesquisa para elaboração da Dissertação de Mestrado intitulada “**Processo de Reassentamento no Conjunto Habitacional Nova Vila da Barca em Belém-Pa**”.

Na investigação empreendida objetivamos identificar as mudanças ocorridas no grupo de famílias que foram envolvidas na primeira etapa do **Projeto Urbanístico e Social da Vila da Barca** e que foram submetidas ao processo de reassentamento. Nesta perspectiva, para a elaboração do trabalho ora apresentado foram desenvolvidos três momentos articulados entre si e concomitantes: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa empírica.

A pesquisa bibliográfica se deu em função da estruturação e da ampliação do referencial teórico-histórico, como garantia da compreensão e apreensão do objeto de estudo. Esta incursão bibliográfica buscou demonstrar o “estado da arte”, que foi percorrida pela produção de autores que tratam das temáticas da cidade capitalista, da habitação e de processos de reassentamento em projetos urbanísticos, buscando identificar categorias teóricas norteadoras da explicação do objeto de estudo.

Nesta produção foram destacadas abordagem sobre a cidade capitalista, determinações no processo de constituição do espaço urbano, a política habitacional, intervenções do Estado capitalista na questão urbana e sobre mudanças ocasionadas por processos de reassentamento de famílias em projetos de intervenção urbanística. Para o alcance destes objetivos, foram consultadas obras de autores clássicos e contemporâneos que estão centrados nestas temáticas, bem como pesquisadores que publicaram dissertações de mestrado e teses de doutorado.

O caráter teórico e histórico do processo de investigação proposto foi dado pela utilização do método dialético construído por Marx e Engels, com fundamentação teórico-metodológica no materialismo histórico e dialético, pela capacidade que tem de estudar qualquer fenômeno da vida social, onde parte-se dos elementos da aparência de uma dada realidade social para apreender sua essência, numa perspectiva de totalidade. Este método é identificado por Lcassuriaga (2007), como “processo de passagem do conhecimento abstrato ao concreto mediado por múltiplas determinações que através de aproximações sucessivas, lhe permitem um conhecimento maior do objeto”.

No segundo momento foram agregados resultados de pesquisa documental, o que para Marconi e Lakatos (1992, p. 43), “*refere-se a documentos e*

informações provenientes dos próprios órgãos que realizam as observações e englobam todos os materiais, ainda não elaborados escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para pesquisa científica”. Em nossa pesquisa, especificamente utilizamos relatórios, projetos, planos de reassentamento e dados estatísticos acerca da realidade social, econômica e política na qual se insere a área da Vila da Barca em Belém/PA, assim como documentos jornalísticos de veiculação local.

No terceiro momento foi desenvolvido o trabalho de campo, de natureza qualitativa, no período de agosto de 2010 a março de 2011. Para tal, foram utilizados roteiros de entrevistas semi-estruturadas e a técnica de observação direta, que foram realizadas com 16 (dezesesseis) chefes de famílias reassentadas na primeira etapa do Projeto de Intervenção Urbanística e Social, dando ênfase aos aspectos relacionados às mudanças cotidianas que impactaram a vida destas famílias, que por vezes, pode causar rompimento de vínculos sociais e alterações na dinâmica familiar.

Com o material coletado foi realizada a análise e interpretação dos resultados obtidos, dando subsídios à elaboração da presente dissertação de mestrado, ressaltando-se que a abordagem do objeto de pesquisa proposto não será esgotado nos limites desta dissertação, mas sua proposição é ratificada pela importância de uma contribuição no processo de produção de novos conhecimentos acerca dessa temática.

No segundo capítulo do presente estudo, problematizamos os aspectos fundamentais constitutivos das cidades a partir da abordagem sobre “**A cidade capitalista, planejamento urbano e política habitacional**”, centrando na reflexão acerca do surgimento da cidade capitalista e sua relação com o Estado, sob a perspectiva do planejamento urbano e da política habitacional na história brasileira.

No terceiro capítulo, intitulado “**Processo de urbanização na Amazônia e em Belém/PA**”, identificamos os elementos históricos que pautaram a urbanização na Amazônia, apresentando os processos de ocupação e de expansão capitalista na região e em Belém, assim como apresentamos neste capítulo algumas das ações do poder público relacionadas à questão habitacional.

No quarto capítulo, “**Intervenção urbanística na Vila da Barca em Belém/PA: processo de reassentamento**”, fazemos a análise dos resultados

obtidos no processo investigativo a partir de 4 (eixos): contextualização da política habitacional no município de Belém; recorte histórico de ocupação da Vila da Barca; identificação do Projeto Urbanístico e Social da Vila da Barca, dando ênfase à sua concepção e operacionalização; abordagem analítica do processo de reassentamento nas novas unidades habitacionais, sob a ótica das famílias atingidas.

Por fim, no quinto e último capítulo apresentamos as considerações finais buscamos sintetizar os resultados alcançados ao longo do processo investigativo de modo a contribuir com a formulação de novas intervenções urbanísticas associadas a projetos habitacionais a serem implementadas no município de Belém.

2 – CIDADE CAPITALISTA, PLANEJAMENTO URBANO E POLÍTICA HABITACIONAL

2.1 Formação da Cidade Capitalista: gênese e contemporaneidade

O processo de constituição do urbano na sociedade contemporânea suscita a necessidade de compreendê-lo enquanto construção histórica, portanto, com mutações ao longo da história dos diferentes modos de produção, geradas a partir da forma como o homem tem se organizado espacialmente nas cidades. Este tema tem sido foco de muitos debates vem sendo abordado sob diferentes enfoques.

Neste sentido, as reflexões acerca desta temática tornam necessária uma incursão sobre o caráter teórico e histórico do processo de urbanização e como vêm sendo caracterizados seus desdobramentos na atualidade.

Em especial, a questão da habitação se inscreve desde a Antiguidade, no entanto faremos um recorte histórico a partir do século XIX, sobre condições de moradia nas cidades. Nesse século as cidades eram caracterizadas como espaços de proliferação de epidemias ocasionadas pelo extenso processo de ocupação decorrido da industrialização.

Neste momento histórico compreendemos que se faz pertinente absorvermos o aporte teórico de tradição Marxista, à medida que esta teoria nos possibilita ter uma compreensão das múltiplas determinações que permeiam o nosso objeto de estudo. Diante do exposto, concordamos com Icassuriaga (1997, p.9) quando afirma:

a teoria social de Marx e Engels tem como objeto revelar as condições da gênese, consolidação, desenvolvimento e crise da sociedade burguesa. Trata-se de uma teoria que explicita o movimento do objeto na sua própria lógica, resgatando a sua essência a partir da sua aparência. Reproduz idealmente um movimento que é real e histórico

Os fenômenos apresentados por Engels, que descreve minuciosamente aspectos das condições de vida dos trabalhadores que habitavam nas cidades inglesas no século XIX, foram retomados por Marx e publicado por ambos em *A Ideologia alemã em 1845-1846*.

A análise feita por Marx e Engels, do que seja “urbano” ainda apresenta algumas limitações, neste primeiro estudo, todavia o surgimento da cidade capitalista e seu histórico que segundo Lefebvre (2001) havia sido negligenciado passam a ser de fundamental importância para a compreensão do urbano.

Assim, a cidade se institui como espaço fundamental para o processo de acumulação do capital, haja vista que é nela que se estabelecem as condições necessárias para que o processo de produção e circulação de mercadorias se desenvolva. Sobre este aspecto Harvey (2005, p. 43) afirma que:

a teoria de Marx do crescimento sob o capitalismo situa a acumulação de capital no centro das coisas. A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos

Sendo válido destacar que com a expansão do capital é provocada a aglomeração nas cidades o que oportuniza também aos capitalistas se apropriarem do excesso de mão de obra barata para a produção da mais-valia, produto este determinante ao acúmulo de capital e que muitas das vezes não é reconhecido pelo trabalhador como resultado de seu trabalho. Segundo Lefebvre (2001, p. 136-137)

a mais-valia aparece em muitos níveis. Primeiro, no nível do trabalhador individual: ele produz durante o tempo de trabalho entrega ao capitalista, a mais do que recebe sob a forma de dinheiro no salário, a diferença constitui precisamente a produtividade social do trabalho. Tal é a estrutura do capitalismo. Em segundo lugar, no nível da empresa ou do ramo da indústria, os capitalistas recebem sua parte da mais-valia global, proporcionalmente ao capital investido, na medida em que funciona a tendência a formação de uma taxa de lucro médio. Em terceiro lugar, no nível da sociedade inteira, isto é, do Estado, este retém uma parte importante da mais-valia global (por diferentes meios: impostos, empresas estatais), e age poderosamente sobre sua distribuição entre as camadas e frações de classes da sociedade burguesa; em particular, ele gera os grandes serviços públicos indispensáveis a uma sociedade, e que fazem a sociedade, no entanto, sem coincidir com a relação econômica produção-consumo, base da sociedade burguesa. Trata-se da escola e da universidade, dos transportes, da medicina e dos hospitais, “da cultura”; e *conseqüentemente, da cidade*

Nesta perspectiva as categorias populacionais não se identificam com a mais-valia e nem se percebem enquanto participantes na produção, realização e distribuição desta o que para Lefebvre (2001, p. 35) “elas se vêm ainda como

distintas, o trabalhador recebendo o preço de seu trabalho (o salário), o proprietário recebendo antecipadamente o aluguel da terra que lhe pertence o capitalista recebendo o fruto (lucro) de seu capital produtivo”.

Diante desta realidade, a concepção de cidade, por nós utilizada é a apresentada por Marx e Engels (1974, p. 55-56) os quais a identificam como o espaço aonde a divisão do trabalho vai se apresentar e se apropriar das condições necessárias ao seu desenvolvimento.

com a cidade aparece, ao mesmo tempo, a necessidade da administração, da polícia, dos impostos, etc., em uma palavra, do regime coletivo e, portanto, da política em geral. Se manifesta aqui, pela primeira vez, a separação da população em duas classes, baseada na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção, do capital, do prazer e das necessidades, ao passo que o campo expressa o fato contrário, o isolamento e a solidão

Nesta perspectiva com o entendimento de que existe um novo elemento agora apresentado por Marx e Engels (1974, p. 55) a ser considerado que é da maior importância a divisão do trabalho físico e intelectual a separação da cidade e do campo, esta situação começa a ser sinalizada “com o transito da barbárie à civilização, do regime tribal ao Estado”. A cidade capitalista é fruto da divisão social do trabalho que procede do capitalismo, esta divisão não é aleatória, mas também influenciadora da dicotomia cidade e campo.

a mais importante divisão do trabalho físico e intelectual é a separação entre a cidade e o campo. A contradição entre o campo e a cidade começa com a passagem da barbárie à civilização, do regime tribal ao Estado, da localidade à Nação e se mantém ao longo de toda a história da civilização até os nossos dias

Este ponto de vista apresenta o campo como o espaço que está remetido ao atraso, sendo assim, ocorre uma rápida e constante migração da população que sai do campo direcionado aos centros urbanos, o que concorre para um excedente populacional e conseqüentemente um acúmulo de força de trabalho barata e não qualificada.

E é esta população que vai se concentrar nas cidades e desenvolver uma vida urbana, o modo de vida da classe proletária na cidade industrial é analisada por Engels (1975, p.89) em “A situação da Classe trabalhadora na Inglaterra”,

especificamente na cidade de Manchester, que por necessitar se concentrar próxima ao capital passa por uma modificação na distribuição espacial, buscando se alojar próximo ao centro urbano industrial.

aqui, tudo o que nos suscita mais horror e indignação é recente e data da época industrial. As poucas centenas de casas provenientes da velha Manchester já foram abandonadas há muito tempo pelos seus primitivos habitantes; foi a indústria apenas que as encheu com o exército de operários que elas atualmente abrigam; foi a indústria apenas que obrigou a construir em cada espaço que separava estas velhas casas, a fim de aí conseguir abrigos para as massas que obrigava a vir do campo e da Irlanda; foi a indústria apenas que permitiu aos proprietários destes estúbulos alugá-los ao preço das habitações de seres humanos, explorando a miséria dos operários, minando a saúde de milhares de pessoas só para obterem o *seu* lucro; foi a indústria apenas que fez com que o trabalhador, acabado de se libertar da servidão, pudesse ser utilizado de novo como simples material, como *coisa*, a ponto de ter de se deixar encerrar num alojamento demasiado mau para qualquer pessoa, e que vai caindo em ruínas. Isto foi obra da indústria, exclusivamente, ela que não poderia existir sem estes operários, sem a miséria e a servidão destes operários”

Visto que com o acelerado crescimento da industrialização e a dinâmica das forças produtivas a construção de fábricas era imprescindível para esta expansão. Todavia a cada nova indústria surgiam concomitante novas aglomerações ao redor, desta forma, os vilarejos se expandiam em torno da acumulação capitalista conseqüentemente criando um espaço urbano.

Ao detalhar as condições de vida apresentadas pela fração de classe trabalhadora, moradores da cidade de Manchester, Engels (1975, p.83), evidencia o cerne da degradação humana ocasionada pelo processo de industrialização aos habitantes da cidade.

é impossível imaginar o desordenado amontoamento das casas, literalmente empilhadas umas sobre as outras, verdadeiro desafio a qualquer arquitetura racional. E a responsabilidade disto não cabe só às construções que datam da antiga Manchester. Na nossa época a confusão foi levada ao máximo porque, onde quer que o urbanismo da época anterior tivesse deixado o menor espaço livre, reconstruiu-se e remendou-se até que por fim não restou entre as casas um centímetro livre onde fosse possível construir. (...) de resto há pior e ela não representa nem a décima parte da cidade”

(...) os chamados ‘bairros feios’ onde amontoavam-se os trabalhadores são os centros de todas as epidemias que periodicamente experimentam as nossas cidades (ENGELS, 1975, p. 35).

Lefebvre (2001, p.11), ao analisar a obra de Engels, aponta que nesta é atribuída relevância aos fenômenos urbanos engendrados pelo processo de industrialização no modo de produção capitalista, que se expande aceleradamente devido serem oportunizadas nas cidades os elementos necessários para esta expansão:

Em torno de uma fábrica de porte médio, um vilarejo se constitui; ele engendra uma população tal que inevitavelmente outros industriais chegam para utilizar (explorar) esta mão-de-obra. O vilarejo se torna uma pequena cidade e a pequena cidade uma grande. “Quanto maior é a cidade, maiores são as vantagens da aglomeração”, ali se reúnem todos os elementos da indústria: os trabalhadores, as vias de comunicação (canais, estradas de ferro, estradas, os transportes de matérias primas, as máquinas e técnicas, o mercado, a bolsa. Daí, o crescimento surpreendentemente rápido das grandes cidades industriais.

Ainda de acordo com Lefebvre (2001) são nas cidades que vão se materializar e serem percebidas as conseqüências trazidas, ao proletariado, pelo processo de urbanização, pois *“é aí que a concentração dos bens atinge seu grau mais elevado, que os costumes e as condições de vida do bom e velho tempo são mais radicalmente destruídos”* (ENGELS *apud* LEFEBVRE, 2001, p.12).

Isto posto, é na cidade urbana que são provocadas novas relações sociais, isolamentos, conflitos, os homens passam a viver isolados tendo um contato diário apenas com máquinas em horas exaustivas de trabalho, visto que a produtividade é o foco central da acumulação do capital. Além de viver em condições subumanas de moradia, todo este isolamento distante dos olhos da burguesia que os segregava e excluía.

Engels (1988, p. 45), afirma que à burguesia interessava dissimular a existência do proletariado sem o qual não haveria manutenção do sistema capitalista. Todavia as soluções encontradas pela burguesia por meio do sistema de habitações operárias¹ acirraram cada vez mais as condições de vida da classe trabalhadora, que conviviam com a falta de habitação e alimentação fato este que

1

Segundo Engels (1988, p. 44-45) existiam dois sistemas de habitações operárias da época: sistema de *cottage*, onde cada família operária tem sua pequena casa e, se possível com um pequeno jardim como na Inglaterra; e o sistema de habitações coletivas, com grandes edifícios contendo muitas moradias operárias, como em Paris, Viena etc.

ocasionava uma série de doenças causadas pelas condições insalubres de sobrevivência.

portanto a solução burguesa da questão da habitação, confessadamente falhou, ela chocou-se com a oposição entre cidade e campo. E aqui chegamos ao cerne da questão: ela só poderá resolver-se se a sociedade for profundamente transformada para que se possa enfrentar a supressão desta oposição elevada ao extremo na sociedade capitalista atual. A sociedade capitalista, longe de poder suprimir esta oposição, tem, pelo contrário, de torná-la cada dia mais aguda

O que se evidencia é que na cidade fica mais perceptível a divisão de classes que se relaciona diretamente com a divisão do trabalho e dos instrumentos de produção, pois é na cidade que ficam concentrados os elementos para o desenvolvimento das forças produtivas quais sejam; os meios de trabalho, os objetos de trabalho e a força de trabalho.

Para Lojkine (1997, p. 164), com o processo de urbanização nas cidades se expressa a divisão social e territorial do trabalho, engendrada por uma divisão mais ampla a do território nacional, onde a cidade é identificada como zona de comando econômico e político, aquele de onde procede o poder; já o campo se estabelece como zona de execução e reprodução limitada da força de trabalho.

a urbanização capitalista atual poderia ser então definida como a forma mais desenvolvida da divisão do trabalho material e intelectual. Mas enquanto para Marx os dois termos espaciais desta oposição são a cidade – concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades – e o campo – que isola e espalha esses mesmos elementos -, pode-se formular a hipótese de que essa oposição é muito mais materializada hoje pela segregação espacial entre os grandes centros urbanos – que concentram ao mesmo tempo o trabalho intelectual mais desenvolvido e os órgãos de comando e as zonas periféricas onde estão disseminadas as atividades de execução e os lugares de reprodução empobrecida da força de trabalho

Lefebvre (2001, p. 18) aponta que o urbano apresenta-se como espaço de extrema desigualdade.

A segregação espontânea, “inconsciente”, talvez, não é menos rigorosa. Ela marca ao mesmo tempo a cidade concreta e a imagem da cidade, “construída de uma maneira tão particular que ali se pode viver por muitos anos, sair e entrar quotidianamente, sem jamais entrever um bairro operário, nem mesmo encontrar operários”. A burguesia dessa Inglaterra

imperialmente democrática conseguiu essa obra-prima: esconder dela mesma a visão de uma miséria que a ofuscaria. Dissimula-se, ao mesmo tempo, a exploração e o resultado da exploração

Mesmo com todo este processo segregativo vai ser apresentado por Engels apud Lefebvre (2001), que ao analisar a cidade de Manchester, entre outras, no processo de industrialização é possível verificar as implicações que este reflete a urbanização posto que o mesmo acirra a segregação e a própria decomposição da cidade.

Lojkine (1997, p. 189) observa a segregação como um fenômeno, decorrente do próprio desenvolvimento urbano, que se organiza em um espaço extremamente desigual, o autor evidencia três tipos de segregação:

- 1) Uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é o mais alto, e a periferia. O papel-chave dos efeitos de aglomeração explica, a nosso ver, a importância dessa “renda de acordo com a localização”.
- 2) Uma separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular.
- 3) Um esfacelamento generalizado das “funções urbanas”, disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zonas de escritórios, zona industrial, zona de moradia, etc. É o que a política urbana sistematizou e racionalizou sob o nome de zoneamento.

Nesta perspectiva é no espaço urbano que as lutas sociais vão ser evidenciadas na medida em que o ciclo da exploração têm o capital como elemento mais forte e sob o qual os trabalhadores se submetem a vender sua força de trabalho e a viverem em condições miseráveis. Na medida em que é a cidade o local onde se estabelece as relações antagônicas reflexo da luta de classes.

Para Engels (1975, p. 60) a classe trabalhadora da Inglaterra, que habitavam as grandes cidades estava alojada em vários “bairros de má reputação” que são descritos e delineados como sendo locais sujos, sem pavimentação, esgoto sem arejamento, de má e confusa construção.

As casas são habitadas das caves aos telhados, são tão sujas no interior como no exterior e têm um tal aspecto que ninguém ai desejaria habitar. Mas isto ainda não é nada ao pé dos alojamentos nos pátios e vielas transversais onde se chega através de passagens cobertas e onde a sujidade e a ruína ultrapassam a imaginação[...]. Em toda a parte montes de detritos e de cinzas e as águas usadas vertidas em frente às portas acabam por formar charcos nauseabundos. É ai que habitam os mais pobres dos

pobres, os trabalhadores mais mal pagos, com os ladrões, os escroques e as vítimas da prostituição, todos misturados

Torna-se evidente, nos escritos de Engels (1975) a forma como era observada a questão habitacional em especial da fração da classe trabalhadora que vivia nos bairros operários expropriados de saneamento, saúde, alimentação e todos os aspectos e elementos que pudessem dar condições de sobrevivência a classe que nada possuía. Contudo em sua análise Engels (1975), consegue identificar um processo ainda maior que é o da mundialização industrial e os rebatimentos que esta traz com o avanço da urbanização

Para Lefebvre, em sua obra “O direito à cidade” (2001, p. 03) a problemática urbana parte da idéia de que não há como apreender os problemas urbanos sem levar em consideração o processo de industrialização, porque, considera a industrialização como o motor das transformações sociais, e que a urbanização é consequência do processo de industrialização, constatando que:

sem possibilidade de contestação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade. Se distinguirmos o indutor e o induzido, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana.

Frente a esta realidade a cidade capitalista apresenta-se como espaço de acúmulo e reprodução do capital e enquanto categoria histórica a mesma perpassa pelos modos de produção, sendo no capitalismo identificadas as maiores transformações engendradas por esta. Neste aspecto Lefebvre (2001, p. 140-141) aponta que,

A cidade. Seu conceito enquanto tal pertence a história. É uma *categoria histórica* [...] A cidade, como tal, faz parte dessas condições históricas, implicadas no capitalismo. Ela resulta da destruição das formações sociais anteriores e da acumulação primitiva do capital (que se completa nela e por ela). Ela é *coisa social*, na qual são evidentes (tornam-se sensíveis) relações sociais que, tomadas em si, não são evidentes (cf. cap.I, p.85), de sorte que é necessário concebê-las pelo pensamento, a partir de sua realização concreta (prática). Nesse quadro, o das relações sociais objetivas, efetua-se a circulação das mercadorias, a criação do comércio e do mercado, ponto de partida do capital no século XVI.

Nesta perspectiva a cidade enquanto produto do modo de produção capitalista esta vinculada ao processo de industrialização o qual provoca uma concentração demográfica em consequência um crescimento desordenado da cidade gerada pela necessidade de reprodução do capital.

Observando a lógica capitalista, onde o “*capital gera lucro na medida em que preside, orienta e domina o processo social de produção*” Singer (1982, p. 21) e compreendendo que a condição de moradia revelava a precariedade de vida da classe operária, se torna necessário buscar mecanismos de solução para toda esta problemática apresentada.

Assim, é a cidade o local privilegiado para o crescimento e desenvolvimento da sociedade, pois nela se concentram todos os elementos das forças produtivas. Deste modo no próximo item serão observados o planejamento Urbano com ênfase na Política Habitacional.

2.2 Planejamento Urbano, com ênfase na Política Habitacional no Brasil

Com a problemática das cidades, objetivava-se então buscar alternativas de solução para a situação que estava posta, a burguesia, em especial a inglesa, passa a buscar soluções para a questão habitacional. No entanto é importante ressaltar que a busca por investigar as reais condições de vida da fração da classe trabalhadora estava longe de ser a preocupação pela garantia do direito à moradia.

Segundo Lefebvre (2001, p. 19),

antes da época industrial, a sociedade dissimulava suas partes vergonhosas, suas fraquezas e seus vícios: a loucura, a prostituição, as doenças, ela os segregava em lugares malditos. A sociedade burguesa dissimula, ao contrário, aquilo que ela vive sua parte ativa e produtiva

A concepção adotada na fundamentação e no planejamento das reformas urbanas foi a visão médica que objetivava a modernização física, necessária e exigida pela elite que estava em ascensão.

Harvey (1993), afirma que muitos arquitetos e projetistas urbanos vêem o espaço como uma coisa independente, não tendo nenhum compromisso social mais abrangente, a não ser a preocupação estética.

Nesta perspectiva, e sem deixar de perceber que o modo de produção capitalista tem um interesse inegável de continuar se expandindo, compreende-se então que a urbanização e os planos propostos são com vistas à sua produção e reprodução. Como afirma Harvey (2005, p. 130),

acredito que todos nós concordamos de modo aceitável que a reprodução da vida cotidiana depende das mercadorias produzidas mediante o sistema de circulação de capital, que tem a busca do lucro como seu objetivo direto e socialmente aceito

Para Harvey (2005) a expansão geográfica e a concentração geográfica são preponderantes para a criação de novas oportunidades de acumulação do capital. Pois a medida em que as distancias podem ser alcançadas em um curto espaço de tempo assim intensifica-se cada vez mais o processo de acumulação. Como aborda Marx, (1973, p. 358 apud Harvey, 2005, p. 50-51)

Os mercados mais distantes atam o capital, em processo de circulação, por períodos de tempo mais longos e assim, têm o efeito de reduzir a realização da mais-valia para determinado capital. Justamente por isso, qualquer redução no tempo de circulação aumenta a produção do excedente e intensifica o processo de acumulação. O aumento da “velocidade de circulação do capital” contribui para o processo de acumulação. Nessas condições, “até a distância espacial se contrai em relação ao tempo: o importante não é a distância do mercado no espaço, mas a velocidade.[...] pela qual o mesmo pode ser alcançado”.

Sendo assim o modo capitalista de produção irá fomentar mecanismos que produzam formas baratas e rápidas de comunicação e transporte. À medida em que a preocupação permanente do capital é de se expandir os mecanismos criados por ele são invariavelmente com vistas a criação de infra-estruturas sociais e físicas que possibilitem a circulação do capital.

O capital vai buscar espaço para acumular ou obter lucro, o entendimento destas questões é pertinente para compreendermos que o capital ao promover ações que viabilizem alterações estruturais tem como lógica peculiar, a sua própria expansão. Desta forma Harvey (2005, p. 130) sustenta,

que a sobrevivência do capitalismo, se funda na vitalidade permanente dessa forma de circulação. Se, por exemplo, houver interrupção dessa forma de circulação pela impossibilidade de obtenção de lucro, então a

reprodução da vida cotidiana que conhecemos se dissolverá no caos. Além disso, também sustentarei que, sob o capitalismo, a fonte permanente de preocupação envolve a criação das infra-estruturas sociais e físicas que sustentam a circulação do capital

E assim, Harvey (2005, p. 148), enfoca que é imprescindível para compreender o espaço capitalista, entender o esquema proposto por Marx, que envolve a produção, a circulação e o consumo de mercadorias, sendo assim, a criação de infra estrutura física e social em determinado território é de fundamental importância para a produção e reprodução de mercadorias e sustentação do próprio sistema capitalista, neste sentido a mobilidade geográfica é uma saída.

Toda forma de mobilidade geográfica do capital requer infra-estruturas espaciais fixas e seguras para funcionar efetivamente. O inacreditável poder de movimentar moeda ao redor do mundo, tão característico da era contemporânea, exige não apenas sistemas de telecomunicações bem organizados, mas, no mínimo, amparo seguro do sistema de crédito pelas instituições públicas, financeira e jurídicas.

Nesta perspectiva a classe dominante conta com o apoio de instituições gerenciadas pelo Estado que seria o ente responsável pela manutenção da ordem vigente, Harvey (2005, p. 80 apud Engels 1941, p.157), observa o entendimento a seguir sobre o Estado.

O Estado que se origina da necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle, mas que também se origina no meio da luta entre as classes, é, normalmente, o Estado da classe economicamente dirigente, que por seus recursos, torna-se também a classe politicamente dirigente, e assim, obtém novos meios de controlar e explorar as classes oprimidas. O Estado antigo era, antes de mais nada, o Estado dos senhores de escravos para controlar os escravos, assim com o Estado feudal era o órgão da nobreza para oprimir os servos camponeses, e o Estado representativo moderno é o instrumento para explorar a mão-de-obra assalariada pelo capital. No entanto, ocorrem períodos excepcionais – quando classes antagonicas quase se igualam em forças – em que o poder do Estado, como aparente mediador, adquire, naquele momento, certa independência em relação a ambas as classes

Na concepção marxista discutida por Poulantzas (1979) o Estado possui uma função particular de coesão social. *“É precisamente o que o marxismo exprimiu, concebendo o Estado como fator da “ordem”, como “princípio de organização”, de*

uma unidade complexa, e como fator regulador do seu equilíbrio global enquanto sistema". (POULANTZAS, 1979; p. 55).

Tendo como função principal a manutenção do sistema, onde se objetiva impedir que os conflitos que emergem da contradição das classes se instaurem e assim coloque o sistema estatal em risco. Para Poulantzas (1979) o Estado impede a explosão de conflitos, neste sentido a meta é manter o equilíbrio da sociedade.

Ainda conforme este autor ao considerar as reflexões de Engels é necessário que haja um poder acima da sociedade, que seja produto dela e que tenha a capacidade de amenizar os conflitos que dela emergem. Sendo válido ressaltar que estes conflitos se apresentam devido esta sociedade possuir classes sociais com interesses econômicos antagônicos, burguesia e proletariado.

Visto desta forma é possível perceber que o Estado neste modo de produção está atrelado aos interesses da classe economicamente e politicamente detentora dos meios de produção. *"Neste sentido, Engels precisa esta função de "ordem" do Estado como organização de que a sociedade burguesa se dota para manter as condições exteriores da produção"* (POULANTZAS, 1979; p. 58)

Sendo assim, o Estado capitalista apresenta-se como um agente da classe que detém o poder, o que para MILIBAND (1979, p. 140), é fundamental analisar que a relação estabelecida entre classe economicamente dominante e Estado são relações para além daquelas que se estabelecem entre superiores e subalternos, desta forma:

O relacionamento é bastante íntimo e que os donos do poder são, por diversas razões, os agentes do poder econômico privado e que os que exercem esse poder também são, por isso mesmo, e sem forçar indevidamente o significado das palavras, uma autêntica "classe governante"

Nesta perspectiva, é válido destacar as contribuições de Lojkine (1997), para um maior entendimento sobre o aparelho estatal como ente de socialização espacial fundamental para fazer a interlocução entre as classes sociais, para este autor a urbanização no modo de produção capitalista permite enriquecer a determinação social do Estado.

Assim como, evidencia-se na urbanização a forma mais elaborada, mais desenvolvida, de resposta capitalista à socialização das forças produtivas, na

medida em que se estabelece o Estado como ente regulador para atenuar os efeitos negativos que decorram do processo de urbanização da segregação e dos problemas urbanos.

Sendo assim é importante considerar uma análise interna do Estado para então fazer-se uma reflexão sobre os rebatimentos de sua intervenção no processo de urbanização capitalista, pois para Lojkine (1997, p. 143):

bem como o conjunto de nossa problemática – pode ser assim formulada: longe de restringir a análise do Estado a um domínio empírico particular, a análise de sua intervenção na urbanização capitalista contemporânea deveria, pelo contrário, ajudar-nos a progredir num ponto essencial, ou seja – dentro do que convencionamos chamar análise “interna” do Estado – na determinação do vínculo entre a elaboração da política estatal, de um lado, e, de outro, a socialização contraditória das forças produtivas e das relações de produção. Na medida em que, segundo nossa hipótese, as formas de urbanização são antes de mais nada formas da divisão social (e territorial) do trabalho.

A análise de Lojkine (1997) sobre o urbano esta pautado no aporte teórico marxiano, mesmo sendo ressaltado por este que a questão urbana não tenha feito parte do campo teórico de Marx. Todavia Lojkine identifica que ao abordar a urbanização e socialização das condições gerais da produção capitalista, estaria neste pressuposto identificado o “*lugar da urbanização na teoria marxista*” (Lojkine, 1997, p. 145).

Vale destacar que a aglomeração dos meios de produção e de troca não são aspectos específicos da cidade no modo de produção capitalista, outros modos de produção apresentaram estes aspectos, todavia o que mais especificamente irá explicitar a cidade capitalista são a crescente concentração dos meios de consumo coletivos e as condições gerais da produção.

Partindo das condições gerais da produção Lojkine (1997, p. 159), adota o conceito marxista a respeito de “cooperação”, no sentido de mediar a aglomeração urbana da população aos instrumentos da produção, do capital que são elementos constitutivos da cidade capitalista:

Sendo assim, a aglomeração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos *prazeres e das necessidades* – em outras palavras a *cidade* – não é de modo algum um fenômeno autônomo sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis de acumulação capitalista: não se pode dissociá-la da tendência que o capital tem a aumentar a

produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais da produção – das quais a urbanização, já vimos é componente essencial.

Neste entendimento, sendo a urbanização elemento fundamental das condições gerais da produção, Lojkine aponta que é evidenciado por Marx, que se estabelece uma vinculação direta entre o aumento da produtividade do trabalho com o planejamento urbano.

Todavia é pertinente destacar mesmo que as relações capitalistas provoquem um aumento expressivo na aglomeração urbana são impostos ao mesmo tempo limites ao planejamento urbano, sendo estes “*ligado ao financiamento dos diferentes elementos que conferem à vida urbana; a divisão social do trabalho, e um limite proveniente da propriedade privada do solo*” (Lojkine, 1997, p. 175).

Os limites ora apresentados por Lojkine (1997) podem subsidiar uma análise interna da intervenção do Estado, este sendo observado como um instrumento de regulação social, nesta perspectiva é visualizado como forma mais elaborada e desenvolvida de resposta capitalista aos problemas e contradições provocados pelo próprio sistema.

Diante de tal fato apreendemos que o Estado está apresentado como sistema que é capaz de organizar e manter a ordem social, desta forma compreende-se que existam conflitos no que se refere às classes que compõe a sociedade. Então é neste sentido que o Estado vai atuar, no de amenizar ou atenuar as situações conflituosas que possam ocorrer. Nesta perspectiva Poulantzas (1979, p. 56) acrescenta:

se em geral é válida para as formações sociais divididas em classe, é evidente em contrapartida que esta relação só poderá ser especificada no quadro de um modo de produção dado e de uma formação social historicamente determinada. Mais particularmente no que respeita á função do Estado, como fator de coesão da unidade de uma formação, é nítido que reveste formas diferentes conforme o modo de produção a formação social considerados.

O Estado no modo de produção capitalista se estabelece proporcionalmente na relação da acumulação privada dos meios de produção, além do que este é resultado de relações contraditórias, encoberto por uma série de complexidades, entre burguesia e proletários, de exploração e dominação sendo o Estado, como pretense representante de interesse gerais, o ente que controla o

poder político, econômico e social, não se encontrando fora ou acima da sociedade mas, atravessa pelas forças e lutas sociais que condicionam a articulação das exigências econômicas e dos processos em cada período histórico.

Desta forma, o Estado enquanto ente regulador defini as políticas urbanas para atenuar os antagonismos provocados pelo próprio modo de produção capitalista. Neste sentido aquele tem papel essencial na urbanização capitalista, na medida em que é o agente fundamental da distribuição social e espacial dos equipamentos urbanos. No dizer de Lojkine (1997, p. 193)

agente principal da distribuição social e espacial dos equipamentos urbanos para as diferentes classes e frações de classe, o Estado monopolista vai portanto refletir ativamente as contradições e as lutas de classe geradas pela segregação social dos valores de uso urbanos. Longe de unificar o aparelho de Estado, a subordinação de sua política a fração monopolista do capital, vai pelo contrário, agravar as fissuras, as contradições entre segmentos estatais, suportes de funções sociais contraditórias

Contudo partindo do entendimento supracitado, Lojkine (1997) evidencia que a atuação estatal no processo de urbanização não é um processo homogêneo, mas perpassa por uma série de contradições que nem sempre estão a favor ou subordinados a classe que economicamente detém o poder. Todavia este caráter contraditório do Estado se estabelece na medida em que o mesmo se apropria dos equipamentos urbanos, e os distribui segundo a lógica de intervenção que venha favorecer ao capital.

Além do fato de que dentro do próprio Estado evidenciem-se problemáticas, pois alguns aparelhos estatais quer sejam locais ou centrais vão sofrer influencias diferenciadas, uns subordinados ao financiamento público da reprodução coletiva da força de trabalho e outros ligados ao financiamento das condições gerais da produção ou da circulação dos grupos monopolistas.

De qualquer modo o não domínio da urbanização pela política urbana capitalista não se restringi apenas aos limites da planificação, mas também a subordinação segregativa, pois os planos idealizados não são menos segregativos que as práticas o que se evidencia ao longo destas no planejamento é que algumas intervenções urbanísticas privilegiam a classe dominante em detrimento as reais necessidades de outras camadas sociais.

Nesta perspectiva Singer (1982, p. 35) evidencia que,

a ironia da situação é que ao mesmo tempo, cresce a parcela da população que não tem recursos para realmente habitar a cidade, o que significa mais do que permanecer fisicamente dentro dela. Para esta população, que vegeta em favelas ou em vilas operárias, os sistemas de transportes, de comunicações, de saneamento, etc., são inacessíveis em maior ou menor grau, ao passo que áreas vagas, que facilitariam este acesso, lhe são vedadas pela barreira da propriedade privada do solo urbano.

Assim, observa-se que as políticas de urbanização ao beneficiarem os centros urbanos o fazem obedecendo a lógica do mercado, em contraponto ao se pensarem políticas para a fração da classe trabalhadora o aparelho estatal o faz com vistas a segregá-las coibindo manifestações.

Para Souza (2008) especificamente no caso brasileiro, este é, realmente, um país predominantemente urbano, e que se urbaniza em grande velocidade. O grau de urbanização do mundo como um todo tem, também crescido sem cessar. Entretanto, o que tem feito as atenções se voltarem, é o fato de que a vida em muitas cidades *“tem sido percebida com um misto de sentimento de orgulho e satisfação, por um lado, e de descontentamento e frustração, e até medo, por outro”* (SOUZA, 2008 p. 20).

Compreende ainda que a cidade é vista como um espaço de concentração de oportunidades de satisfazer as necessidades materiais e imateriais, e ao mesmo tempo, um local onde as pessoas vivem estressadas e amedrontadas com a violência e criminalidade. Nas palavras de Souza (2008, p.22) *“entender corretamente a cidade e as causas de seus problemas é uma condição prévia indispensável à tarefa de se delinearem estratégias e instrumentos adequados para a superação desses problemas”*.

Desta forma, Souza (2008), enfatiza que dois grandes conjuntos de problemas, ou duas grandes problemáticas, associam-se fortemente às cidades: a pobreza e a segregação residencial. A pobreza é um dos maiores problemas enfrentados pelas cidades. Até em algumas cidades dos países desenvolvidos, onde a maior parte dos moradores desfruta de um elevado nível de qualidade de vida, em muitos casos uma parte considerável de seus habitantes vivem abaixo da linha da pobreza. Assim, para Souza (2008, p. 82-83)

a pobreza urbana se reveste de peculiaridades, tanto por conta de suas formas de expressão espacial características (favelas, periferias pobres, áreas de obsolescência), quanto por causa das estratégias de sobrevivência, legais ou ilegais, que a ela se vinculam (do comércio ambulante ao tráfico de drogas de varejo)

Em relação à segregação residencial, o autor afirma ser, essencialmente, um produto de cidade, um fenômeno urbano, e das grandes cidades muito mais que das cidades pequenas. A segregação residencial constitui, segundo Souza (2008, p. 83), um problema para o qual destaca duas razões:

1) Menos segregação residencial tende a significar maiores chances de interação entre os grupos sociais diferentes, e maior interação tende facilitar enormemente a demolição de preconceitos. Teme-se e odeia-se muito mais facilmente aqueles que, no fundo, não se conhece, embora se pense conhecer; é mais difícil ou menos provável questionar o estatuto de humanidade daqueles que são diferentes e deixar de reconhecer as semelhanças entre “nós” e “eles” quando há mais convivência. A convivência favorece a tolerância; a segregação realimenta a intolerância.

2) Melhores condições de habitação, na escala da casa e também na escala do local de moradia em sentido mais amplo, na esteira de investimentos públicos infraestrutura técnica e social, em habitação popular, em regularização fundiária etc., devem contribuir para uma diminuição dos preconceitos contra os espaços segregados típicos das cidades brasileiras, especialmente no caso das favelas. Menos preconceitos podem ter, a médio ou longo prazo, uma repercussão bastante positiva na auto-estima coletiva, o que, por sua vez, é um componente importante de um processo de desenvolvimento urbano autêntico.

Além disso, a segregação residencial é o resultado de vários fatores como indica Souza: pobreza, racismo, criação de disparidades espaciais em matéria de infra-estrutura dotada pelo Estado que propicia favorecimentos aos moradores da elite. Superar ou reduzir a segregação depende da superação ou redução desses problemas. Como argumenta Souza (2008, p. 94),

em uma sociedade capitalista, muito principalmente em um país periférico ou semiperiférico, a riqueza material e cultural gerada é apropriada muito seletivamente, os impactos ambientais são de difícil domesticação e resultam de uma necessidade de produzir cada vez mais (pois sob o capitalismo, o crescimento econômico é um imperativo, e não crescer é, ao longo prazo, fatal, para empresas assim como para países)

Ainda, segundo Souza (2008), para determinadas pessoas, uma cidade “desenvolve-se” ao crescer, ao conhecer uma modernização do seu espaço e dos

transportes, ao apresentar algumas áreas embelezadas e remodeladas, e esquecem-se dos custos, sociais e ambientais, de tais progressos.

O autor esclarece que, o desenvolvimento econômico, sem instituições e programas específicos voltados para a satisfação das necessidades básicas da cidade e redistribuição de renda, tende a não se fazer acompanhar de uma melhoria nos indicadores sociais. A partir desta compreensão consideramos pertinente evidenciar como se caracterizou o processo de urbanização na sociedade brasileira marcada por profundas desigualdades.

Diante da realidade apresentada, as cidades brasileiras foram, ao longo da história, alicerçadas a partir de um crescimento intenso gerado pelo grande fluxo migratório das cidades pequenas e médias para os grandes centros urbanos, constituído por pessoas que buscavam melhores condições de vida, ao mesmo tempo que evidenciavam-se na formação do espaço urbano as condições favoráveis à acumulação do capital.

Segundo Silva (1989, p. 14),

ao mesmo tempo em que o urbano se apresenta como expressão e exigência do modo de vida capitalista, se transforma, também, num espaço da luta entre as classes sociais que compõem esse modo de produção e que se expressam historicamente, pelas formações sociais que engendra, isto porque o urbano, ao mesmo tempo em que se constitui espaço de reprodução do capital, é também espaço de reprodução das classes sociais.

Sendo assim o urbano, dentro do contexto capitalista, se constitui como aquele onde se estabelece o confronto dos sujeitos sociais e a cidade conseqüentemente é percebida como um espaço aonde ocorrem os processos de lutas e conquistas, como evidencia Silva (1989, p.10).

O urbano se coloca como uma problemática concreta e determinada, por se constituir instância de reprodução do capital e de reprodução das classes sociais, sendo que a lógica de sua construção histórica se responsabiliza por criar uma realidade contraditória ao propiciar, de uma lado, através da produção, a agregação do trabalhador na fábrica e, de outro lado, a concentração social segregativa da moradia.

Com a necessidade da expansão do capital nas cidades e o emergente surgimento das fábricas era imprescindível a concentração da força de trabalho.

Partindo deste pressuposto, o urbano passa a se redefinir para atender as expectativas deste modo de produção, já que, de acordo com Silva (1989, p. 23),

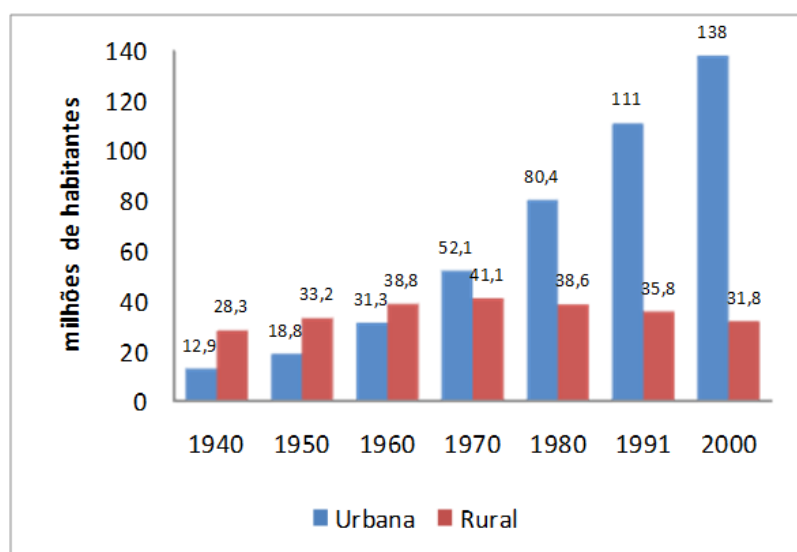
com o surgimento da fábrica enquanto unidade produtiva e a complexidades da divisão técnica e social do trabalho daí decorrente, o urbano se redefine ante as exigências de concentração dos meios de produção e da força de trabalho num só lugar e, conseqüentemente, a força de trabalho passa a exigir certas condições para sua reprodução, tais como: habitação, alimentação, transporte, energia, assistência à saúde, lazer, comunicações, saneamento em geral etc.

Segundo as premissas do modelo de desenvolvimento urbano-industrial, as cidades brasileiras passam a revelar a concentração dos meios de produção e da força de trabalho. Por conseguinte, com a industrialização ocorre também a urbanização.

Os reflexos da industrialização tiveram seus rebatimentos no caso brasileiro, mesmo que tardiamente, já na segunda metade do século XX. Segundo Maricato (2002, p. 16), não somente o Brasil como outros países da América Latina, passam pelo processo de urbanização, o qual começa a se consolidar por conta da emergência do trabalho livre e o início da industrialização.

o Brasil, como os demais países da América Latina, apresentou intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX. Em 1940, a população urbana era de 26,3% do total. Em 2000 ela é de 81,2%. Esse crescimento se mostra mais impressionante ainda se lembrarmos os números absolutos: em 1940 a população que residia nas cidades era de 18,8 milhões de habitantes e em 2000 ele é de aproximadamente 138 milhões. Constatamos, portanto, que em sessenta anos os assentamentos urbanos foram ampliados de forma a abrigar mais de 125 milhões de pessoas. Considerando apenas a última década do século XX, as cidades brasileiras aumentaram em 22.718.968 pessoas

Gráfico 1 – População residente, por situação do domicílio – Brasil - 1940/2000



Fonte: IBGE, 2009.

Neste sentido, observa-se o recrudescimento da questão habitacional, à medida que era necessário se pensar de que forma poderiam ser tratadas as “disfunções” ocasionadas pela ocupação crescente das cidades, que, conforme observações de Maricato (2002, p. 22):

o crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, que é quando as cidades tendem a ganhar dimensão e tem início o problema da habitação

As cidades são construídas de forma acelerada, já que era necessário que fosse incorporado o contingente populacional que migrava do campo, sem que o poder público respondesse às demandas sociais. Neste processo foi dado centralidade a questão habitacional entre os impactos sofridos pelas cidades brasileiras. Para Maricato (2002, p. 16),

trata-se de um gigantesco movimento de construção de cidade, necessário para o assentamento residencial dessa população bem como de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transporte, saúde, energia, água etc. Ainda que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas essas necessidades, o território foi ocupado e foram construídas as condições para viver nesse espaço. Bem ou mal, de algum modo, improvisado ou não, todos os 138 milhões de habitantes moram em cidades.

Como aponta Maricato (2002), “bem ou mal”, se morava nas cidades e este morar não contemplava e ainda não contempla as condições necessárias de habitabilidade (infraestrutura básica – abastecimento de água, coleta e tratamento de dejetos e coleta e tratamento do lixo), dentre outras necessidades dos trabalhadores como transporte coletivo e acesso ao trabalho e à renda. A partir desta situação instalada as intervenções urbanísticas passam a serem realizadas em algumas cidades brasileiras. Como destaca Maricato (2000, p. 22):

as reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno “à moda” da periferia. Eram feitas obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, implantavam-se as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, ao mesmo tempo em que a população excluída desse processo era expulsa para os morros e as franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram, nesse período, por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial

No entanto, não se considerava todo o contingente populacional demandante; as atuações que ocorriam eram no sentido de alargar o mercado imobiliário capitalista com vistas ao embelezamento das cidades, posto que a grande maioria dos trabalhadores ficava excluída desse processo, passando a ocupar áreas insalubres ou de risco, como alagados e encostas de morros.

Sendo válido destacar o que segundo Santos e Silveira (2008), identificam como a ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento, instrumentos políticos que norteavam a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais.

Nesta perspectiva afirmam Santos e Silveira (2010, p. 47),

entre os países subdesenvolvidos, as defesas próprias eram frágeis: o peso da ideologia do crescimento, a correspondente atração pelo desenvolvimento industrial, apontada como panacéia, as necessidades do consumo interno, o imperativo de afirmar o Estado sobre a nação ou as nações, ou as tribos e a indispensabilidade de um comando eficaz sobre o território eram argumentos de peso, embora muitos deles fossem exclusivamente ideológicos.

Este fato decorre, como aponta Maricato (2002), do processo de urbanização brasileira marcado por características peculiares à história de uma sociedade com raízes coloniais, que não rompeu com a dominação externa, o qual pode ser evidenciado por traços patrimonialistas, segundo os quais ainda fazem perdurar a cultura do privilégio.

Bonduki (2004, p. 12), ao abordar a questão habitacional nas primeiras décadas do século XX, pondera que havia a manifestação de interesses no sentido de buscar soluções, no entanto, com pouco investimento com vistas a garantir a reprodução da força de trabalho e, contraditoriamente, investir mais acentuadamente (re)produção do capital, levou-o a constatar que:

a explicação parecia boa e foi possível estruturar um raciocínio talvez simplista, mas coerente com uma análise mais geral do processo de acumulação de capital na economia brasileira: o objetivo dos governos desenvolvimentistas era estimular a criação de uma solução habitacional de baixo custo na periferia, visto ser ela conveniente para o modelo de capitalismo que se implantou no país a partir de 1930, por manter baixos os custos de reprodução da força de trabalho e viabilizar o investimento na industrialização do país.

O tratamento da questão habitacional viabilizada pelo Estado, ainda no início da década de 1930, estava pautado pela adoção de medidas de cunho sanitaria, onde as preocupações se voltavam às condições higiênicas pelo fato dos trabalhadores estarem convivendo próximos à classe de alto poder aquisitivo, levando representantes da classe dominante a pressionarem o setor produtivo a construir “vilas higiênicas” (SILVA, 1989, p. 39)

Esse modelo sanitaria também é apresentado por Bonduki (1998), quando expressa que o poder estatal, intervinha na questão habitacional por receio de que ocorresse o caos, buscando sanar os males decorrentes da vida nas cidades.

Em especial no modelo de controle sanitário, as medidas adotadas se propunham a identificar na cidade e nas habitações o que causava as doenças, com a recomendação de que deveriam ser erradicadas “*por meio da regulamentação do espaço urbano e do comportamento de seus moradores – uma ação que seria importante instrumento de controle social e manutenção da ordem*”. (BONDUKI, 2004, p. 29)

Neste período, segundo Bonduki (2004) a forma de prover a habitação para a população de baixo poder aquisitivo originava-se na iniciativa privada, das quais as mais difundidas foram os cortiços, vilas e “correr de casas”. O Estado não tinha muita expressão no enfrentamento da problemática habitacional.

A partir da segunda metade da década de 1930, após constantes movimentos encabeçados por inquilinos e moradores de cortiços insatisfeitos com os custos dos aluguéis, é que o governo passa a buscar soluções para a questão da habitação, o que leva Bonduki (2004, p. 73) a registrar que:

o clima político, econômico e cultural durante a ditadura Vargas (1930-45) colocou em cena o tema da habitação social com uma força jamais vista anteriormente. Num quadro em que todas as questões econômicas tornaram-se preocupação do poder público e das entidades empresariais envolvidas na estratégia de desenvolvimento nacional, o problema da moradia emergiu com aspecto crucial das condições de vida do operariado, pois absorvia porcentagem significativa dos salários e influía no modo de vida e na formação ideológica dos trabalhadores.

No que se refere às reformas relacionadas à problemática habitacional, estas eram implementadas através de planos idealizados por cientistas como médicos e engenheiros que objetivavam não só a modernização física, mas também o embelezamento das cidades, sendo assim a concepção das cidades passam a ter uma “visão científica”. Neste sentido, o planejamento começa a pautar uma nova forma de gestar as cidades, o que segundo Santos Junior (1995, p. 28),

surge a idéia de planos urbanos. Vários são elaborados nas mais importantes cidades do país, após 1930 (...). É a partir de 1950, com as transformações econômicas originadas pelo processo de industrialização, que o país absorve de forma mais sistemática e global as concepções dos urbanistas reformadores europeus e as práticas de racionalidade.

Ainda, segundo Santos Junior (1995), foi no governo de Juscelino Kubitschek que a concepção do planejamento passa a ser vislumbrada com mais ênfase por vários setores da sociedade. Com a intensificação da industrialização na década de 1960, houve o crescimento do processo migratório, onde o trabalhador migra para a cidade em busca de melhores condições de vida, o crescimento populacional é superior à possibilidade de absorção da força de trabalho migrante, ocasionando assim agravamento das situações de habitação, saneamento básico,

transporte e saúde, como consequência as cidades não conseguiam atender às necessidades básicas das famílias nelas residentes

Maricato (1987, p. 22) também faz referência a este movimento migratório, constatando que:

de fato, um denso movimento migratório, sentido campo-cidade, transformou o Brasil, em pouco tempo, de país com população predominantemente rural, em país com população predominantemente urbana, com todas as consequências sociais já estudadas por numerosos pesquisadores

Embora houvesse a elaboração de vários planos, não se conseguiu superar os problemas urbanos. Neste contexto, são criadas as bases das lutas pela Reforma Urbana, articuladas pelos movimentos sociais urbanos.

A intervenção estatal foi bastante expressiva nas décadas de 1960 e 1970 com vista a minorar os conflitos ocasionados pelos problemas urbanos, valendo ressaltar que estes conflitos são decorrentes do modelo desenvolvimentista autocrático da Ditadura Militar (1964-1985), exercido pelo Estado brasileiro, que visava mais a concentração de renda do que investimentos na área social.

Este cenário político-social reflete as condições gerais e estruturais advindas do processo de expansão do capitalismo no Brasil e na América Latina. Santos Junior (1995, p. 30) reforça essas concepções ao registrar que:

no Brasil, do ponto de vista da política urbana o que se observou no planejamento sob o regime autoritário foi o agravamento dos problemas urbanos, gerado pela expansão industrial, pelos intensos fluxos migratórios e pelo crescimento populacional superior à absorção da mão de obra nas cidades. No projeto desenvolvimentista e modernizador em curso naquele período, o planejamento urbano passou a ocupar o papel de racionalizar as administrações municipais e de resolver os problemas urbanos.

A partir de 1º de abril de 1964, marco histórico do regime militar, intervenções estatais direcionadas à problemática habitacional tiveram como justificativa diminuir as necessidades das massas, tendo sido lançado no governo Castelo Branco, o Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG. Neste Plano estava contida a proposta de criação do Banco Nacional de Habitação- BNH, que é formalizada pela Lei nº 4.380 de 21/08/1964, para reger a Política Habitacional Brasileira – PHB, que *“segundo seus idealizadores põe fim a política clientelista até*

então adotada e passa a apresentar um caráter mais amplo e mais global”. (SILVA, 1989, p. 52)

Em especial nas décadas de 1960 e 1970, com a preocupação do poder público em sistematizar as soluções para a problemática habitacional foi criado o Sistema Financeiro de Habitação – SFH, o que para Maricato (1987, p. 33),

desde o início da década de [19]70, o BNH passou sistematicamente a orientar seus recursos para o financiamento de governos estaduais e municipais na produção de obras de infraestrutura urbana, tais como implantação ou melhoria do sistema de abastecimento de água e esgoto sanitário, do sistema viário e pavimentação, da rede de distribuição de energia elétrica, de transporte, de comunicação, de educação e cultura, de serviços públicos, de esgoto de águas pluviais e outras.

A partir de então vários foram os planos e programas viabilizados pelo poder público com objetivo de beneficiar e atender as demandas que emergiam tanto da população de baixo poder aquisitivo, como as pressões de movimentos populares, dentro os quais citamos: 1966 - Cooperativas Habitacionais e Companhias de Habitação - COHABs; 1971 – Plano Nacional de Saneamento-PLANASA; 1973 - Plano Nacional de Habitação Popular – PLANHAB; 1975 – Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados PROFILURB; 1977 – Programa de Financiamento da Construção ou Melhoria da Habitação de Interesse Social – FICAM; 1979 – Programa de Erradicação da Sub-Habitação – Promorar, entre outros. Maricato (1987) e Silva (1989).

Todavia é importante destacar que, dentre as propostas acima citadas existiam alguns pontos complicadores dentre eles o que merece destaque era o fato dos conjuntos habitacionais serem construídos distantes dos locais de onde eram originários os moradores, o que os distanciavam dos locais de trabalho, de fontes de abastecimento e do acesso aos serviços públicos.

Neste período histórico, estavam em andamento experiências como o do “Programa de Remoção de Favelas” implementado no Rio de Janeiro, o qual foi minuciosamente analisado por Licia do Prado Valladares. O programa supracitado objetivava realizar uma operação gigantesca de remoção das favelas do Rio de Janeiro para os conjuntos habitacionais construídos pela Companhia Estadual de Habitação – COHAB e financiados pelo BNH.

Segundo Valladares (1978, p. 21), observadas as peculiaridades na implementação do referido programa foram constatados rebatimentos consideráveis no modo de vida da população beneficiária, ao registrar que:

as grandes obras públicas sempre marcaram, de forma expressiva, os diversos períodos político-administrativos da cidade do Rio de Janeiro. Do aterro do Flamengo ao Metrô, cada período tem sido caracterizado por uma obra de grande porte, realizada visando atender as necessidades de uma metrópole em expansão e aos mais variados interesses, quer de ordem econômico-financeira, quer político social. Nos anos [19]60, chegou a vez das favelas. Após inúmeras tentativas de “solucionar o problema da favela, que se sucederam por cerca de vinte anos, a década de 60 presenciou o início de uma operação gigantesca visando a remoção sumária das favelas do Rio de Janeiro para os conjuntos habitacionais financiados pelo BNH e comercializados pela COHAB.

A dinâmica de remoção, apresentada por Valladares (1978), implicava na retirada das famílias moradoras de favelas e remanejadas para conjuntos habitacionais financiados pelo BNH, situados distantes do local de origem das famílias removidas.

Nas décadas de 1980 e 1990, consideradas por alguns autores como “perdidas”, ocorreram mudanças relacionadas à concepção da problemática habitacional no Brasil, ao mesmo tempo em que foi acentuado o grau de concentração da pobreza, a segregação sócio-espacial, assim como a marginalização da população de baixo poder aquisitivo, entre estas mudanças destaca-se a legislação brasileira com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Entre os preceitos constitucionais ganha visibilidade pública nacional os artigos 182 e 183, que tratam, de forma inédita, a Política Urbana, segundo os quais o cidadão passa a ter direitos assegurados em lei de usufruir de boa qualidade de vida, conforme textos a seguir:

Art. 182 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes;

Art. 183 - Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 119)

É de vital importância ressaltar que estes direitos foram conquistados pela capacidade organizativa e reivindicativa dos movimentos sociais urbanos², aonde a sociedade civil de forma organizada e qualificada passa a reivindicar e exigir seus direitos buscando, após avanços e retrocessos que o direito à moradia fosse garantidos através de instrumentos legais.

Após a aprovação da Constituição de 1988 foram intensificadas as lutas para a sua regulamentação que só ocorreu treze (13) anos depois com a aprovação da Lei Federal nº 10.527/2001, popularizada como Estatuto da Cidade, levando Grazia (2003, p. 53) a constatar que:

o movimento pela reforma urbana assume enfrentar o desafio por uma disputa política que defende a concepção de garantia de direito à cidade objetivando mudanças na qualidade de vida, através de políticas públicas voltadas para o conjunto da população.

O Estatuto da Cidade, ao passar mais de uma década em tramitação no Congresso Nacional, foi fruto de debates em fóruns locais, regionais, nacionais e internacionais, culminando sua formulação no II Fórum Nacional pela Reforma Urbana, passando a constituir um importante instrumento para os municípios, considerados a partir deste momento, como os entes federativos responsáveis pela Política de Desenvolvimento Urbano.

De posse deste instrumento, vários princípios, responsabilidades e obrigações passam a nortear a prática da implementação das políticas públicas urbanas, que se diferenciam em sua efetivação de acordo com cada região e cidade, assim como com as condições objetivas de cada uma das três (3) esferas de governo, ou seja, esta expectativa refere-se ao respeito às particularidades de cada localidade.

Na década de 1990, o planejamento urbano assume conotações decorrentes do chamado processo de globalização da economia, que passam a impactar as cidades ao serem configuradas de modo a dar conta das exigências das

² O Fórum Nacional da Reforma Urbana tinha em sua composição entidades e movimentos sociais da sociedade civil e como práticas a realização de encontros e congressos com vistas a discutir alternativas de diretrizes a serem implementadas nos processos planejamento e gestão do desenvolvimento urbano.

agências multilaterais, destacando-se o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Mundial - BIRD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Muitas cidades, por meio de seus gestores, estão sendo projetadas aos moldes do planejamento e administração de empresas, sendo este processo decorrente da expansão econômica em curso e em constante transformação, visando, entre outros, o enquadramento aos modelos vinculados a globalização, transformando-as em mercadoria a ser comercializada, conforme aponta Vainer (2002, p. 78):

Talvez seja, hoje uma das idéias mais populares entre os planejadores urbanos, a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda.

A partir do ano de 2003, o fato histórico mais relevante para a Política Habitacional foi a criação do Ministério das Cidades, instância responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, o que representou uma mudança na concepção e no modelo de intervenção do Estado, na medida em que a moradia é entendida e articulada às demais políticas urbanas, como do Saneamento, da Mobilidade e da Regularização Fundiária (Belém, 2007, p. 13).

A criação do Ministério das Cidades representa o marco divisório nesta nova concepção, uma vez que a habitação ganha “status” de ministério e não mais de banco como no antigo SFH. Esta mudança foi importante porque conferiu à habitação, na medida em que tem como órgão gestor um ministério, o caráter de interesse social e merecedor de um tratamento diferenciado no que concerne ao atendimento das demandas populares. Foi estruturado de maneira a reunir as áreas consideradas pelo governo federal como as mais relevantes (em termos econômicos e sociais) e estratégicas do desenvolvimento urbano (MCidades, 2004a). Nesse sentido, foram criadas quatro (4) Secretarias Nacionais: Habitação, Programas Urbanos, Saneamento Ambiental e Transporte e Mobilidade Urbana

Maricato (2006, p. 219) também corrobora com o entendimento de que a criação do Ministério das Cidades foi um grande marco para implementação das Políticas Urbanas.

a criação do Ministério das cidades e o processo de formulação da PNDU, com participação social, tende a ser um forte impulso para incluir a questão urbana na agenda política brasileira. O ministério das Cidades articula transversalmente a questão financeira e fundiária buscando definir políticas gerais e setoriais integradas – habitação, saneamento ambiental e

transportes – para as cidades, sem desconhecer as competências municipais e estaduais. A política Nacional de Habitação articula terra e financiamento sendo, portanto, dependente da cooperação entre diferentes esferas da federação.

É importante destacar a elaboração e implementação da Política Nacional de Habitação, que obedece a princípios e diretrizes que objetivam garantir a população especialmente de baixo poder aquisitivo o acesso à habitação digna e para que os mesmos sejam alcançados se faz necessário a integração da Política Habitacional com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Estes princípios estão expressos em documentos do governo federal como os registros a seguir:

Direito à moradia, enquanto um direito humano, individual e coletivo, previsto na declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Brasileira de 1988. O direito à moradia deve ter destaque na elaboração dos planos, programas e ações, colocando os direitos humanos mais próximos do centro das preocupações de nossas cidades; Moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais; Função social da propriedade urbana buscando implementar instrumentos de reforma urbana a fim de possibilitar melhor ordenamento e maior controle do uso do solo, de forma a combater a retenção especulativa e garantir acesso à terra urbanizada; Questão habitacional como uma política de Estado uma vez que o poder público é agente indispensável na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão da moradia e na regularização de assentamento precários, devendo ser, ainda, uma política pactuada com a sociedade e que extrapole um só governo; Gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos; e Articulação das ações de habitação à política urbana de modo integrado com as demais políticas sociais e ambientais. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2006, p. 30-31)

Mesmo com o avanço do arcabouço jurídico instituído nas leis é da maior importância que se observe que o planejamento urbano, ao estar determinado pelo modo de produção capitalista globalizado, não objetiva, em primeira instância a melhoria ou a garantia do direito de morar, para contingentes massivos da classe trabalhadora, mas sim atender aos interesses dos grupos que vislumbram mecanismos de venda da cidade. Neste sentido, a cidade passa a ter um foco de destaque no processo de acumulação do capital, posto que com a globalização o que é permitido é o crescimento urbano.

No entanto, é importante observar, como aponta Topalov (1996, p. 23) que as intervenções urbanas numa perspectiva de mudança, visualizam a cidade

também como um espaço de conflitos, pois segundo os reformadores sociais é necessário que o caos seja ordenado, tratando-se de mudar a cidade para conseqüentemente mudar a sociedade. Sendo assim, a ordem social será articulada a uma nova ordem urbana pensada.

Desta forma para compreender esta concepção de urbanização por nós vislumbrada, esta dentro da perspectiva de reforma urbana fundamentado no pensamento de Souza (2008), o qual adota um sentido ampliado, segundo o qual não se circunda a uma simples remodelação do espaço físico. Em outras palavras é uma reforma social de caráter estrutural, que objetiva melhorar as condições de vida da população, especialmente da fração de classe trabalhadora assim como elevar o nível de justiça social, o que para Souza (2008, p. 112) tem objetivos específicos;

- 1) coibir a especulação imobiliária, a qual, tipicamente, corre desenfreada em cidades de países periféricos e semiperiféricos;
- 2) reduzir o nível de disparidade sócio-econômico-espacial intra-urbana, assim reduzindo o nível de segregação residencial;
- 3) democratizar o mais possível o planejamento e a gestão do espaço urbano.

Com efeito, a discussão do direito à cidade não se atem somente à aquisição de estrutura física e ou serviços, os quais não deixam de ser importantes para a vida em sociedade, mas é a conquista por um espaço onde a população de forma organizada, possa viver com qualidade alcançada pelo acesso a bens e serviços. Nessa perspectiva, e para melhor compreender como se estabeleceu o processo de urbanização e os mecanismos viabilizados para atender este processo em nossa região e em nossa cidade, que propomos o próximo capítulo.

3 – PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA E EM BELÉM/PA

3.1 Particularidades da Urbanização na Amazônia

Segundo Leal (2010), o processo de formação histórica da Amazônia pode ser dividido em quatro (4) períodos, quais sejam: período exploratório; período colonial português; período de vinculação às economias capitalistas hegemônica e, finalmente, a fase da atualidade recente.

O período exploratório inicia com chegada de Pinzón, à foz do Amazonas mais precisamente, em 1499, que consuma o primeiro saque em terras amazônicas ao levar consigo trinta e seis índios para serem vendidos como escravos na Europa. Outras tentativas foram feitas, ao longo de aproximadamente um século, como a da expedição de Orellana, que constatava a riqueza abundante do território amazônico.

No período colonial português, que foi concomitante ao primeiro, ainda no século XVI, a colonização portuguesa começa a tentar firmar-se na Amazônia, com vistas a conter outras potências interessadas na atividade mercantil, como a inglesa e a holandesa, que ameaçavam invadir o território amazônico. Ainda sobre este segundo período, é pertinente que se registre a forma brutal com que a exploração da Amazônia ocorreu, em especial com o etnocídio sofrido pelo nativo que além de ser tratado como escravo ainda era catequizado pela Igreja.

Neste sentido, Leal (2010, p.91) faz observações contundentes acerca deste momento ao constatar que:

A Igreja, aliada-irmã das monarquias ibéricas, no interesse de manter o seu poder medieval em declínio com a ascensão do Capitalismo, e que, por isso mesmo, apoiou incondicionalmente o modelo colonial de portugueses e espanhóis, foi, na Amazônia, agente exemplar daquela forma hipócrita e mansa da violência colonizadora – a catequese – que contribuiu decisivamente ao extermínio do nativo

Como o nativo não se sujeitava às imposições dos colonizadores e, a Igreja, fiel aliada destes, também não conseguia submetê-los, o resultado foi desastroso ao culminar com o extermínio genocida do índio, sendo este um marco histórico do período colonial português.

O terceiro período, de vinculação às economias capitalistas hegemônicas, é pautado, segundo Leal (2010, p. 97), na “*consolidação do capitalismo como modo de produção e das sociedades capitalistas avançadas como expressões do poderio*

burguês a nível planetário”, e é quando, nesta perspectiva, os ibéricos passam a sofrer influência da ordem mundial que agora se organiza a partir da era industrial, tendo no comando a Inglaterra, seguida pela França e pela Alemanha.

Nas relações pactuadas, com o predomínio da classe burguesa, era importante que a produção estivesse voltada para a acumulação do capital, fazendo com que todo e qualquer recurso que pudesse potencializar esta acumulação, em especial, os meios científicos e tecnológicos, tornar-se-iam imprescindíveis para que o poderio capitalista se consolidasse.

No quarto e último período, é descrita a ocupação mais recente, marcada pela substituição da borracha nativa pela borracha cultivada, momento em que a Amazônia passa a ser visualizada pelos pólos hegemônicos do capitalismo como imensa área capaz de oferecer várias outras riquezas naturais, tornando-a foco de interesse para os grandes grupos capitalistas que se consolidavam.

Para Castro (2009, p. 17), a ocupação da Amazônia teve basicamente duas motivações, interesses políticos e interesses econômicos:

a ocupação da Amazônia pela colonização portuguesa foi movida por interesses políticos de fincar pontos avançados, com fortificações, em lugares estrategicamente relevantes, distantes, para demarcar a presença portuguesa nessa imensa região do norte. Foi presidida pelos interesses econômicos, o que pode ser visto nas ações do Estado colonial e em sua legislação, como também no modo de produção e de exploração da mão-de-obra praticada nos povoados das missões religiosas espalhadas no território do Grão-Pará e Maranhão, em sítios estratégicos localizados na interseção entre os cursos d'água e a floresta.

No entendimento de Leal (2010) o elemento considerável, que merece destaque, que proporcionou o alargamento do processo de acumulação na Amazônia foi a borracha, que como recurso da Natureza oportunizou uma extraordinária contribuição ao desenvolvimento e ao avanço das forças produtivas.

Nesta perspectiva é importante ressaltar que a partir de 1870 se inicia um grande período onde a Amazônia passa a contribuir expressivamente para a acumulação mundial. Para Leal (2010, p. 104) esse período provoca as maiores transformações históricas ocorridas na Região. Sendo válido destacar os aspectos mais significativos,

se inaugura, de fato, para a Amazônia, a passagem da condição de mero empório de produtos de consumo, para a de empório de matérias primas.

Isto é, ela deixa de ser mero espaço de suprimento para a subsistência suntuária da metrópole, e passa a se integrar, diretamente, ao círculo internacional da Acumulação; Se ocupam as últimas áreas remotas da região que ainda estavam livres da presença direta do colonizador: os fluxos de ocupação sobem os altos rios [...]. As últimas fronteiras nacionais começam, na prática, a ser delineadas definitivamente, no território amazônico. Essa ocupação do território regional é facilitada pela estrutura social que se havia desenvolvido com a colonização, ao mesmo tempo, que passa a facilitar a consolidação dela [...]; A natureza da sociedade que esse processo ajuda a amalgamar delineia definitivamente (a situação já existia em processo, porém agora se consolida) uma burguesia regional subsidiária a esfera internacional da acumulação [...].

Desta forma para garantir o processo de acumulação na Amazônia enfrentou-se dois grandes obstáculos que prejudicavam o processo produtivo, primeiro, a falta de trabalhadores e a impossibilidade de obtê-los, que foi solucionada com a transferência de grande contingente populacional oriundo do Nordeste .

Segundo problema era o do transporte, devido ao extenso tamanho quase continental da Região, este problema em parte era resolvido com a preexistência da navegação fluvial. Todavia as cachoeiras dos altos rios eram aspectos dificultadores ao único acesso as áreas riquíssimas em borracha.

Após, findo este *ciclo da borracha* Leal (2010, p. 106), aborda que estava consolidada a burguesia subsidiária – comerciantes, industriais regionais, profissionais liberais, fazendeiros, empresários extrativistas e proprietários em geral, a camada intermediária, composta por funcionários públicos, de todas as ordens, pequenos proprietários, fazendeiros do interior e pequenos comerciantes; e também os deserdados:

um contingente de seringueiros, de origem nordestina, transplantados para a Amazônia dos altos rios, que lá ficaram amarrados à miséria que os reproduziu como massa pauperizada da floresta vivendo ao nível da pobreza absoluta; e os de etnia e cultura de origem nativa, agora já representados não mais pelo índio, que já estava, na prática, exterminado como raça aos fins do século XIX, mas pelo cabôco, seu filho mestiço, que passa a ser o elemento social nativo característico a partir desse período.

Desta forma o que se observa de mais expressivo neste ciclo da borracha, que foi um dos períodos mais significativos da história da ocupação da Amazônia é a expropriação do homem pelo homem, assim como o parasitismo engendrado pelo modo de produção capitalista. Como afirma Leal (2010, 106)

o assim chamado *ciclo da borracha*, delimita essa mudança, assim como consolida a imposição, pela ordem produtiva internacional capitalista, de uma “vocação” extrativista à Amazônia. Isso se associa ao primado de um novo parasitismo de dois níveis em relação a ela: o parasitismo do Capitalismo a nível internacional, sugando dela uma gigantesca quantidade de valor para a Acumulação no período industrial sob a forma de riquezas naturais – e que tem seu marco histórico inicial com a exploração gomífera – e, a nível regional, o parasitismo dessa classe dominante subsidiária, dessa subburguesia, que se nutre da miséria social redefinida pela inserção da Amazônia a esse circuito da Acumulação. Portanto, essa situação configura o parasitismo associado de segmentos da burguesia ao âmbito regional e internacional, sobre camadas exploradoras da sociedade amazônica, num quadro característico do Desenvolvimento Combinado.

O modo de produção capitalista teve como um dos fatores preponderantes para o seu desenvolvimento o processo de industrialização, que ocupou espaço privilegiado e central na vida econômica, sendo estruturadas empresas industriais de grande porte e o trabalho assalariado passou a predominar em toda parte. O modo de produção se expressava então como o capitalismo industrial, que teve expansão em vários países do mundo, inclusive no Brasil, mais precisamente, no final do século XIX e início do século XX.

Neste período, foram necessárias intervenções nas cidades que ainda tinham características coloniais, já que era interessante atrair tanto o capital estrangeiro, quanto os imigrantes, mantendo os padrões urbanísticos a semelhança dos modelos europeus.

Para Castro (2009, p. 18) as cidades de Belém e Manaus por estarem localizadas em posições estratégicas, cidades portuárias tiveram os índices mais expressivos de crescimento populacional:

Praticamente todas as cidades eram portuárias. Mas só as cidades que eram portos de exportação para o exterior, como Belém e Manaus – aquela por ser próxima ao Atlântico e na porta de entrada da Amazônia e esta pela sua posição privilegiada no escoamento da produção do médio Amazonas e seus afluentes -, tiveram crescimento mais expressivo. Os seringais eram os lugares de produção, e a cidade, o lugar do comércio. A borracha representa o momento mais importante da formação da rede urbana, ainda que incipiente, com o povoamento e formação de cidades em função dos fluxos econômicos.

Fato mensurado na tabela abaixo que demonstra que após 1960 uma parcela significativa da população do Brasil que estava no campo passa a migrar para as cidades com este movimento migratório expressivo do campo para a cidade observa-se o aumento da urbanização:

TABELA 1: Crescimento Populacional no Brasil e na Região Norte 1960/2010

UNIVERSO	1960	1970	1980	1991	2000	2010
BRASIL	70.992.343	94.508.583	121.150.573	146.917.459	169.590.693	190.755.799
REGIÃO NORTE	2.930.005	4.188.313	6.767.249	10.257.266	12.893.561	15.864.454
PARÁ	1.550.935	2.197.072	3.507.312	5.181.570	6.189.550	7.581.051
BELÉM	402.170	642.514	949.545	1.244.688	1.279.861	1.393.399

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

A ocupação da Amazônia, levando-se em consideração a abordagem delineada, teve algumas particularidades em relação as demais regiões brasileiras, que para Rodrigues (1996), inicia após a Segunda Guerra Mundial (1945) e vai até 1964, quando foram processados ajustes na economia nacional para atender as exigências dos monopólios capitalistas.

Desta forma para Castro (2009, p. 16), quando forem observadas alguns aspectos relativos ao processo de urbanização na Amazônia deve-se ressaltar que os fundamentos analíticos para análise das ocupações das cidades amazônicas estão inseridos em características que são peculiares em relação ao restante do país;

em função de várias características relativas às dinâmicas sócio-econômicas, demográfica e étnicas da região e à informalidade dos processos de trabalho, levando a população a ter um padrão de espacialidade menos concentrado. A urbanização expressa outras interfaces históricas nem sempre contempladas nas pesquisas.

A Amazônia é situada como área estratégica para movimentação econômica, vislumbrada como sinônimo de crescimento econômico e prosperidade. Abelém (1989, p. 27) corrobora com este entendimento e aborda suas conseqüências ao constatar que:

é a partir da década de [19]60 com a abertura da Belém-Brasília e com a extensão dos incentivos fiscais a projetos agropecuários que vão se acentuar as tensões sociais com a corrida às terras da Amazônia, agravadas ainda mais com novas estradas que passam a cortar a região, (Cuiabá-Santarém, e Transamazônica, por exemplo, além de estradas estaduais ligando núcleos urbanos a esses eixos rodoviários), com os projetos de colonização e com as facilidades creditícias

Os focos privilegiados de exploração ainda são os recursos naturais, tratados como matéria prima para diversos processos produtivos. O governo federal

passa a incentivar em especial o capital estrangeiro para a produção dos bens de consumo duráveis. Com a implantação de projetos desenvolvimentistas se interliga o país com as rodovias e ferrovias.

Nesta perspectiva para Castro (2009, p. 21) o Estado é o principal interventor no processo de urbanização da Amazônia, visto que:

a partir da segunda metade do século XX, o Estado foi o ator principal na definição de estratégias de intervenção no território amazônico, com conseqüências sobre a urbanização. A lógica dominante no Brasil e que presidia a ação do Estado era desenvolvimentista e nacionalista. No entanto, idéias presentes desde o governo de Getúlio Vargas justificam o primeiro projeto para orientar o avanço da fronteira realizado ainda no governo de Juscelino Kubitschek [...]

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), baseado no *Plano de Meta*, tinha como objetivo principal o desenvolvimento integrado do país, possibilitado através do crescimento industrial, da ampliação do sistema de transportes e da modernização da agricultura. Esse governo desenvolveu um amplo processo de industrialização – especialmente a indústria automobilística -, aliado a um programa de desenvolvimento econômico que primava pelos setores de energia, transportes, indústria de base e de bens de consumo.

Este crescimento da indústria brasileira foi fomentado especialmente pelo capital estrangeiro, com recursos majoritariamente oriundos dos Estados Unidos, que passa a financiar a industrialização por intermédio do Fundo Monetário Internacional- FMI, criado neste país em 1945.

A partir de então, a Amazônia se consolida enquanto fronteira de expansão e também de acumulação de capital, e passa a integrar a economia nacional, e, fisicamente, integresse ao restante do País. Para corroborar com este entendimento, Rodrigues (1998, p. 105), sinaliza que a partir da década de 1950, o governo federal integra a Amazônia através de uma Plano de Valorização Econômica da Amazônia SPVEA, constatando que:

a viabilização da integração física da região deu-se através da implantação da Rodovia Belém-Brasília. Com isso, a partir de 1959 criavam-se as condições para a transferência de grandes contingentes populacionais para a Amazônia tendo em vista a garantia da força de trabalho necessária à implantação dos chamados grandes projetos.

Compartilhando ainda com este entendimento Rodrigues (1996) evidencia que este período foi marcante para consolidar o modelo de desenvolvimento centrado na sedimentação de processos capazes de introduzir a Amazônia definitivamente na forma de acumulação propriamente capitalista. Em outras palavras, o território amazônico passa a atender as necessidades de reprodução do modelo capitalista de produção.

Para Pinto (1994, p. 113), a característica mais expressiva deste período se deve ao fato dela ter deixado de ser uma área de reserva para ser uma área de negócios;

a grande característica dessa fase, vamos dizer contemporânea, da Amazônia, é que ela deixou definitivamente de ser uma área de reserva, deixou de ser um elemento de utopias e passou a ser um elemento de negócios, um elemento dos processos produtivos. Quanto a isso não há nenhuma dúvida que o projeto foi bem sucedido. Quando se começou a montagem do sistema rodoviário para consolidar a integração física da Amazônia ao território brasileiro, sob o jargão ideológico, propagandístico de que assim se estaria evitando a internacionalização da Amazônia.

Com o projeto desenvolvimentista, elaborado por Juscelino Kubitschek ocorreu a reestruturação do espaço regional, que modificou a rede urbana e inevitavelmente, desencadeou forte crescimento demográfico. Isto posto, não foi ponderado as conseqüências que seriam trazidas para as populações locais e os desequilíbrios tanto sociais quanto ecológicos, que também seriam provenientes destas.

Com a ascensão dos governos militares, a partir de 1964, a Amazônia passa por novos processos de acumulação do capital, quando são incrementadas as exportações do setor primário da economia. Para tanto, há um deslocamento das populações rurais que estavam sem emprego, aqueles que faziam parte do excedente da força de trabalho, passam a fazer parte da mão de obra que trabalharia nos empreendimentos implantados.

A ocupação ocorrida no período militar tinha particularidades distintas das visualizadas nos períodos anteriores, visto que antes os colonizadores buscavam explorar na região as riquezas da floresta e, neste momento, querem a terra também para expandir a agricultura e a pecuária.

Programas foram criados como a Operação Amazônia, que visava integrar a região ao restante do país, e que tinha como slogan “*integrar para não*

entregar”. Com este discurso oficial do governo militar desenvolveu-se uma política de incentivos, onde se estimulava um movimento de ocupação da Amazônia a partir de grandes projetos mineradores, madeireiros e agropecuários. Neste período, em 1966, criou-se a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Em 1970, foi criado o Programa de Integração Nacional - PIN que objetivava financiar as obras de infraestrutura da região amazônica e nordestina, criando uma logística de integração à economia nacional. Assim, foi elaborado o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia - PDA (1972/74) fortemente influenciado pelo contexto geopolítico e econômico vivido à época com o Plano Nacional de Desenvolvimento - PND.

Para Castro (2009, p. 22),

os planos de desenvolvimento da Amazônia (PDAs) são peças que permitem ler as certezas trazidas pela valorização do planejamento estatal, no transcorrer das últimas quatro décadas. Assim, a fronteira transforma-se (Becker, 1998) com investimentos públicos; efetivamente, regiões de fronteira como a transamazônica expressam-se hoje, justamente, pelas dinâmicas urbanas, ainda que a produção seja de base agrícola e pecuária, com a introdução de culturas mais capitalizadas.

O governo federal passa a incentivar também um setor de grande expressão na Amazônia, que é o da exploração mineral, sendo este um dos que mais desperta o interesse do capital internacional, Neste setor, surgem às grandes mineradoras como Mineração Rio do Norte, com a exploração da bauxita, ALBRÁS/ALUNORTE, produção de alumínio e o Projeto Ferro Carajás, entre outros.

Para Leal (2010, p. 113) esses projetos são instrumentos de ocupação e exploração da Amazônia:

Esse ramo sedia os maiores exemplos, hoje, dos chamados **grandes projetos**, que, embora não sendo novidade na Região – seus modelos já existiram nela desde o século XIX – se tornaram no instrumento acabado de ocupação e exploração em escala das riquezas naturais amazônicas neste período recente.

Com este processo a ocupação das cidades, na região, é inevitável, há segundo Rodrigues (1996, p. 37), conseqüências expressivas, pois com os fluxos migratórios do campo, em especial das áreas de fronteira de expansão, para as cidades, passa a acentuar-se um processo de favelização, de forma que os

desequilíbrios e conflitos urbanos passam a ter destaque, com a ocorrência da degradação e acirramento das péssimas condições de vida comprometendo de forma inexorável a qualidade de vida de contingentes massivos de trabalhadores.

Para Castro (2009, p. 23) o processo de urbanização da Amazônia esta em constante movimento que perpassa para além da fronteira visto que:

a fronteira é um espaço em construção, em movimento, transformado ao longo dos anos. É um espaço de produção social pelos grupos que chegam e participam da construção concomitante do mundo rural e do espaço urbano, quer estejam envolvidos no trabalho agrícola, como os colonos da Transamazônica e de Rondônia, quer trabalhem no garimpo ou tenham outras formas de trabalho. A fronteira é o encontro de várias origens que obedecem a racionalidades distintas, mas que acabam por conformar relações sociais e um novo campo de sociabilidade. O princípio de fluxos é importante para entender esse universo da fronteira como movimento de pessoas, objetos e processos. Desvendar o contexto do urbano na floresta é procurar apreender as lógicas e as regras que conduzem as relações e os movimentos. Pode ser o ouro do garimpo, pode ser a bolsa de *commodities*, tudo se encontra no arquétipo de fronteira e movimento.

Desta forma é importante perceber as condições sociais que engendram os fluxos migratórios, na medida em que estes são permeados pelos valores culturais representações sociais agregado de valor simbólico, que rebatem consideravelmente na vida do trabalhador.

Sobre este aspecto Abelém (1989, p. 29) evidencia contradições entre os grupos sociais pois:

Os núcleos as margens das estradas, como Marabá, Altamira, Itaituba (Pará) e Ji-Paraná (Rondônia), a medida que essas estradas são construídas, crescem em população, com novos moradores envolvidos na construção da estrada que exigem serviços urbanos de qualidade, já que possuem poder aquisitivo mais elevado que o habitante local; e com colonos agrícolas atraídos de áreas estagnadas para uma nova tentativa, agora nos projetos de colonização. A cidade, de um modo geral, vai procurar atender a essa demanda por serviços urbanos dentro de um quadro de grande desorganização, onde o planejamento assume forma corretiva e a ação dos órgãos governamentais, nos diferentes níveis, dá-se de maneira desarticulada

A demanda populacional excedente que se acentuou com o excessivo fluxo migratório, foi preponderante para o crescimento das cidades e capitais dos estados da região, em especial da cidade de Belém e Manaus como evidencia Castro (2009, p. 25).

Belém e Manaus, grandes metrópoles, recebem ao longo desses anos, pessoas de tantos lugares do Brasil, vindos de cidades ou de vilas, ou ainda do campo – mas num movimento contínuo de busca de outros lugares e de sentidos. As cidades transformaram-se e não podem mais ser iguais aos anos 1960, ainda que permaneça uma certa nostalgia que é mostrada em gerações e traduzidas em textos literários. Essas cidades estão inseridas num contexto de mudanças econômicas, sociais, políticas e territoriais.

Desta forma as cidades amazônicas expressam sua construção como resultado específico de sua forma de ocupação histórica que teve origem diversa, mas que devem ser consideradas em todas as dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, ideológicas e territoriais.

3.2 - Processo de constituição do urbano em Belém/PA

Para a compreensão do crescimento da cidade, é pertinente fazer uma breve incursão no processo de formação histórica de Belém, fundada em 1616 por meio de expedições portuguesas, que tinham como meta principal o domínio do território amazônico.

A cidade de Belém possui uma íntima relação com as águas, assim como as demais cidades amazônicas que surgem neste período. Tal fator influência consideravelmente na organização territorial no que diz respeito ao papel econômico assim como na localização estratégica para a circulação de mercadorias. Segundo Meira Filho (1976, p. 153 apud Trindade Junior 1997, p. 33), Belém situava-se cercada pelo Igarapé do Piri.

Ao lado do forte descia a ladeira aberta em direção ao mangue, largo argiloso, marginava a fortificação e, em seu aspecto alagado, parecia envolver toda a área da cidade edificada a partir do presépio. Primitivamente, os moradores julgavam que a Colônia se assentava em uma ilha, tal era a gravidade dessas baixadas pantanosas que emolduravam a sede da Capitania. Águas paradas, aves multicores ambiente tranqüilo e soberbo de verdejantes mururés, compunham o Piry que os nativos denominavam baixios de Juçara, para caracterizar o igapó que originava a formação do 'lago', criando uma enorme bacia alagada no interior da urbe. Daí a impressão de ilhota atribuída em nossos primeiros tempos, os fundamentos de Belém.

Ainda segundo Trindade Junior (1997, p. 34), a cidade era entrecorta por igarapés e furos que sofriam intervenções governamentais no sentido de aterrjá-los e drená-los em nome da expansão da cidade.

a situação topográfica do Piri, impedia a contigüidade do traçado urbano. Essa área baixa e alagada passou, então a dividir a cidade em dois bairros, um a oeste do Piri, o bairro da Cidade, onde se originou Belém; e outro a leste, o bairro da Campina, assim chamado por ter sido formado em terreno fora da cidade. Com a expansão da cidade nesse sentido, o alagado e o igarapé ficaram, de certa forma, centralizados. A preocupação com o aspecto sanitário e de higiene pública, bem como a viabilização do crescimento da cidade, serviram desde o início como argumentos para justificar o ensecamento, terraplenagem e drenagem da baixada do Piri.

De acordo com Rodrigues (1998) a ocupação de Belém esta pautada em dois aspectos relevantes que devem ser observados quando das reflexões sobre este momento histórico, primeiro a condição topográfica, considerando aspectos físicos da malha urbana; e, segundo, as condições históricas vinculadas ao período da economia gomífera.

O sítio urbano de Belém foi erguido sobre fontes hídricas. Sendo que as primeiras ruas surgiram em paralelo à baía, o que leva a Rodrigues (1996, p. 133) registrar:

inicialmente o espraiamento de Belém deu-se na direção norte-sul, com a abertura da Rua do Norte, atualmente denominada Siqueira Mendes. Seguiu, pois, paralela à baía de Guajará desde o “Forte” até a casa do capitão-mor Bento de Maciel Parente, onde hoje localiza-se a Igreja do Carmo.

Abelém (1989, p. 36) também ressalta que o crescimento da cidade teve forte influência na relação com o rio e com o oceano Atlântico, na medida em que os primeiros bairros tiveram sua origem seguindo e acompanhando o Rio Guamá e a Baía do Guajará. O que leva a enumerar três fases neste processo de ocupação:

da época da fundação da cidade (1616) até os meados do século XVIII a cidade cresceu á beira do rio (Fase ribeirinha), passando a partir daí a se interiorizar (Fase da Penetração) e após a segunda metade do século XIX a sofrer a influência maior do continente, diminuindo as influências fluviais (Fase de Continentalização)

Um significativo crescimento urbano ocorre ainda no século XIX em decorrência do desenvolvimento da economia da borracha na Amazônia, demandada especialmente pelos países europeus e pelos Estados Unidos, estando

intimamente ligada às exigências do processo de acumulação capitalista. Neste sentido, Belém por ser considerado um centro de exportação do látex, um dos mais importantes desse período, passa a ser também um pólo de atração populacional.

A cidade passa a receber um grande contingente de migrantes, atraídos pelo boom da economia gomífera, em busca de oportunidades de empregos e outras melhorias nas condições de vida.

Para Sarges (2002a, p. 135),

em decorrência do boom gomífero, Belém assumiu o papel de principal porto de escoamento da produção do látex, além de se tornar a vanguarda cultural da região. O processo de urbanização experimentado pela cidade de Belém do Pará, a partir da segunda metade do século XIX, não está assim ligado somente à intensificação da vida industrial, como ocorreu nas cidades européias e americanas, mas pela função comercial, financeira, política e cultural que desempenha durante a fase áurea da borracha

Vinculado ao desenvolvimento da exploração do latex, como não se pode deixar de destacar, a cidade de Belém passa por um processo de modernização de seu espaço, decorrente da influência das tendências européias vinculadas a industrialização.

Neste sentido, tem destaque o projeto implementado pelo governo de Antonio Lemos, que se inspirava nos padrões franceses decorrente do ideário modernizador, conhecido como *Belle-Époque*. Este projeto era orientado por uma política urbana de padrão higienista e de embelezamento, o que é revelado por Sarges (2002b, p. 115), nas constatações a seguir:

a história da cidade é também um pouco a história de seu interventor, seja no traçado urbano ou no poder constituído. Assim, Belém tornou-se, a partir da administração lemista, um canteiro de obras que deveria ser atrelado aos parâmetros estéticos de países europeus, o que em parte se tornava possível graças ao aquecimento da economia produzido pela exportação do latex. Durante décadas, a cidade foi orgulhosamente chamada de a “Paris Tropical”, ou então a “Francesinha do Norte”, refletindo a construção de imaginário que as elites tentavam imprimir através da moda, de comportamentos, hábitos e sobretudo pela nova feição que assumia a cidade na administração lemista

Nesta perspectiva várias obras foram criadas para atender este processo de urbanização da cidade, tendo destaque o Teatro da Paz, a Basílica de Nazaré, o Palácio Antonio Lemos, o Mercado de ferro de São Braz e as praças da República e

Batista Campos abaixo podemos visualizar o Teatro da Paz inaugurado em 15 de fevereiro de 1878 no Período áureo da Borracha:



Foto 1: o Teatro da Paz internamente no período áureo da borracha
Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>

Com vistas a elevar a cidade de Belém a um padrão civilizatório aos moldes europeus, foram criados códigos de posturas municipais, pautados em uma série de medidas disciplinadoras que controlavam os hábitos e modos urbanos, como por exemplo, era proibido andar descalço ou sem camisa. Além disto, vislumbrando a higienização de áreas nobres da cidade e o combate de doenças os cortiços e os ambulantes foram retirados do centro da cidade. O que Sarges (2002b, p. 125) evidencia a seguir:

o combate aos cortiços foi uma das tarefas que o novo regime impôs às principais cidades brasileiras. O discurso do progresso, baseado na ciência, na higienização e no saneamento que era também moral, escondia além dos interesses econômicos, o medo que os governantes republicanos tinham da desestabilização política, e para eliminar o perigo, tornou-se necessário expulsar os setores populares das áreas centrais das cidades

Neste período, o planejamento municipal estava calcado em aspectos de beleza, saneamento e progresso, sempre respondendo às necessidades impostas pelo ciclo econômico da borracha, privilegiando os interesses da classe de alto poder aquisitivo, da qual faziam parte os comerciantes e seringalistas e os grupos econômicos a eles vinculados.

Para Pinheiro (2007, p. 255),

no rush da Borracha, Belém ganhou mais consistência, com a implantação de inúmeros serviços urbanos, principalmente no governo do Intendente Antonio Lemos (1897-1912): bondes eletrificados e iluminação pública, serviços de esgoto, limpeza urbana e forno crematório, corpo de bombeiros, calçamento de ruas e avenidas etc. Foi quando Belém consolidou seu rumo em direção ao bairro do Marco, a partir da avenida Almirante Barroso e vias adjacentes

Para Corrêa (1989, p. 119 apud Rodrigues, 1996, p. 139), foi inegável a atuação marcante e histórica de Antonio Lemos, o qual teve pensamentos para além de seu tempo, todavia há de se considerar que seus planos para a expansão urbana, foram comprometidos com problemas vários e desequilíbrios ambientais sérios.

Esse plano, formado por vias de grande largura, em malha retangular, não levou em consideração as características topográfica das áreas para as quais se voltou – grande parte delas, ‘baixadas’ alagáveis -, fato que ocasionou posteriormente, inúmeros problemas de habitação, saneamento, infra-estrutura etc.

O que é corroborado por Costa et al. (2006, p. 18) ao considerar que a conformação urbana de Belém, proposta por Antonio Lemos, teve um limite até a primeira Léguas Patrimonial³, sendo priorizados os terrenos altos em detrimento das áreas alagadas, quando confirma que:

a configuração urbana de Belém formou-se irregularmente, pois os acidentes hídricos (cursos de água) naturais da cidade foram contornados e não saneados; o crescimento urbano seguiu à margem dos rios, especialmente nos terrenos de cotas mais altas (...).

Abelém (1989), também faz referência a este momento histórico, identificando que neste período a cidade se expande e recebe seus primeiros equipamentos urbanos, no entanto, encontrou os acidentes hídricos, que foram contornados, mas não saneados, fato este que provocou a ocupação em terrenos de cotas altas. Neste sentido, foi atribuído um perfil irregular à cidade, cujo crescimento ficou condicionado aos limites da Primeira Léguas Patrimonial.

³ “Área de terra de aproximadamente uma léguas (contada a partir do marco de fundação da cidade), doada em 1627 pelo Governo e capitão Geral do Estado do Maranhão e Grão Pará ao Conselho Municipal de Belém, ficando, a partir desse momento, sob *Jus Domini* do Governo desse município. O limite da primeira Léguas localiza-se no atual bairro do Marco, assim chamado por ter sido nele onde foi fixado um marco desse limite (Avenida Almirante Barroso com a Avenida Dr. Freitas)”. (CRUZ, 1973 apud TRINDADE Junior. 1997, p. 22).

A partir da década de 1940, Belém, apresenta um acentuado crescimento populacional em função do segundo ciclo da borracha, oportunizado em decorrência da celebração do Acordo de Washington firmado entre o governo americano e o brasileiro para fornecimento da borracha, produto indispensável à indústria bélica.

Contudo, para Rodrigues (1996, p. 126) o processo acima citado não correspondeu a um surto de urbanização, sendo este evidenciado mais especificamente após a Segunda Guerra Mundial (1945), quando a borracha mais uma vez entra em crise, constatando que:

somente depois da Guerra, quando a economia gomífera entra novamente em crise, é que, ao serem desativados processos produtivos da borracha, significativos contingentes da força de trabalho excedente nos seringais ou nas atividades paralelas que também entram em crise, passam a migrar para os maiores pólos urbanos da região, inclusive e, principalmente Belém

Em razão do aumento do contingente populacional deslocado para a capital, Belém, a ocupação do espaço urbano foi considerada desordenada visto que não houve um planejamento urbano capaz de atender à totalidade da população. Desta forma ocorre um acentuado crescimento demográfico a partir da década de 1960 demonstrado na tabela abaixo.

TABELA 2: Evolução da População Total e Urbana do Município de Belém 1960 a 2010

Universo	1960	1970	1980	1991	2000	2010
População Total do Município de Belém	399.222	633.374	933.322	1.244.689	1.280.614	1.393.399
População Urbana do Município de Belém	94,6	98,0	88,3	68,2	99,4	99,1

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

No período de 1950 à 1970, outro fator preponderante para o crescimento populacional foi o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek e a inauguração da Rodovia Belém-Brasília, já citados no primeiro tópico deste capítulo, visto que esta projetava Belém como importante pólo em âmbito regional e nacional.

De acordo com a tabela apresentada Belém apresentou uma elevação demográfica considerável o que para Mitschein (2006) foi acentuado pelo êxodo rural, na medida em que na década de 1980 a população de Belém chegou a marca de aproximadamente 1 (um) milhão de habitantes, migrantes das microrregiões vizinhas, como a Bragantina, Baixo Tocantins, Marajó e Salgado.

Ainda de acordo com Mitschein (2006), essa população que migrava vinha em busca de alternativas de sobrevivência em face da precariedade de infraestrutura social – saneamento básico, atendimento médico-hospitalar e as condições de educação, que carecia nos seus locais de origem, assim como da crise do modo de (re)produção agroextrativistas nas já citadas microrregiões.

Com o avanço do processo de ocupação do sítio urbano de Belém, a classe trabalhadora, sem opção de moradia, passa a ocupar também as áreas alagadas, denominadas baixadas⁴, processo iniciado na década de 1950 e continuado mais acentuadamente, na década de 1960, o que leva Trindade Junior (1997, p. 27 e28) a registrar que:

apesar de serem comumente considerados espaços onde vive principalmente uma população de baixo poder aquisitivo, há de se destacar que a ocupação das baixadas por essa camada da população ocorreu principalmente a partir da década de [19]60, devido ao grande fluxo populacional, em especial ao êxodo rural, que se fez notar com mais intensidade a partir daquela década

Para Trindade Junior (1997) no discurso oficial do governo, as baixadas eram tidas como foco prioritário de ação, evidentemente pelo grande contingente de eleitores que ali se localizavam, todavia o que se percebia realmente que estas se enquadravam como espaços segregados e socialmente excluídos para os quais não foram destinadas intervenções estatais, desconsiderando-se os cidadãos que habitavam estes espaço.

As intervenções urbanísticas que foram implementadas voltavam-se prioritariamente, a mediar melhorias nos terrenos de cotas mais altas, aonde se instalaram os primeiros equipamentos urbanos. Todavia, esta política urbanística

⁴ As baixadas existentes em Belém são áreas inundadas ou sujeitas às inundações – decorrente, em especial dos efeitos das marés e ficaram conhecidas, principalmente a partir da década de [19]60, por serem espaços de moradia das camadas sociais de baixo poder aquisitivo. (TRINDADE JUNIOR, 1997, p. 22)

provocava segregação, na medida em que aqueles que tinham um baixo poder aquisitivo eram levados a ocupar lugares como a várzea, sem infra-estrutura básica garantidora de condições dignas de moradia.

Abelém (1989, p. 39) ao se referir ao aumento vegetativo da população reforça que esta, mesmo tendo dificuldade de se instalar, preferia morar próximo ao centro da cidade, à medida que era neste espaço que as atividades comerciais e de serviços, estavam concentrados, por se constituir no foco das intervenções estatais, constatando que:

apesar disso os equipamentos urbanos, os empregos, continuaram a ter maior concentração na primeira légua e nas áreas altas fazendo com que a população, principalmente a mais pobre, preferisse habitar próximo ao centro devido ao problema de acessibilidade a esses serviços e ao custo do transporte

A partir da década de 1970, a cidade de Belém apresenta índices de crescimento populacional expressivos, quando contingentes de trabalhadores são atraídos para a cidade com a expulsão do campo, processo estes determinado pela expansão do capitalismo.

É importante destacar que grande parcela destes migrantes eram originários do próprio estado do Pará, visto que a Região Metropolitana de Belém passou a exercer grande atrativo para os trabalhadores expulsos do campo como apresenta Rodrigues (1996, p. 128 apud Côrrea, 1989 p. 176),

Importa anotar a informação fornecida por Côrrea, A. (1989, p. 176) de que 68,28% dos migrantes chegados a Belém na década de 70 eram originários de municípios do próprio Pará. Segundo ele, isso seria um indício claro de que a região metropolitana passou a exercer uma grande atração para as populações trabalhadoras expulsas do campo pela expansão capitalista.

Várias indústrias foram instaladas na extensão da Rodovia Arthur Bernardes em direção ao Distrito de Icoaraci, em decorrência da facilidade para o recebimento de matérias-primas, assim como para o escoamento da produção. Nesta perspectiva, a cidade passa por várias obras com vistas à melhoria do acesso e da circulação ao mesmo tempo em que ocorre a construção de conjuntos habitacionais. (BELÉM, 2006).

Nesta perspectiva, com a intensificação do fluxo migratório, a Região Metropolitana de Belém – RMB⁵ cresce aceleradamente, assim como surgem novos núcleos urbanos, ou seja a ocupação das terras baixas ocorre logo que as terras altas ficaram saturadas.

Segundo Pinheiro (2007, p. 158),

Merece destaque na ocupação urbana da RMB as áreas de cotas mais baixas (abaixo de 4,0 metros) e que são sujeitas a inundações a maior parte do ano, as “baixadas”, são áreas próximas aos canais, hoje definitivamente incorporadas à paisagem da cidade, onde se instalaram, depois, os migrantes das décadas de 1970 e 1980, junto com a população local de baixa renda e que se constituem objeto de ações de melhoria de saneamento e de habitação de baixa renda

Abelém (1989, p. 39) ao se referir às áreas de baixadas evidencia que estas estavam se transformando em enormes favelas:

Com a corrida do campo para a cidade e de cidades menores para a capital, além da pressão exercida pela população nativa sem condições econômicas, o problema habitacional se agrava, as áreas alagadas de Belém, “as baixadas” vão se transformando em enormes “favelas”

Ainda na década de 1970, foi assinado um convênio entre a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS e o Governo do Estado, com a incorporação da Prefeitura Municipal de Belém - PMB, que possibilitou a elaboração do documento denominado de “Monografia das Baixada de Belém subsídios para um Projeto de Recuperação” que serviu para identificar e diagnosticar os problemas das baixadas, visando recuperar as áreas degradadas e insalubres, tratando-se, segundo dados fornecidos pela SUDAM (1976, p. 19) de,

pesquisa indireta que oferece subsídios para um projeto de recuperação das baixadas de Belém, dando uma visão panorâmica da cidade. Identifica, caracteriza e mede as terras situadas abaixo da cota 4 – as baixadas. Estabelece um universo de estudo abrangendo as bacias de drenagem do DNOS e mostra a influência das baixadas sobre a infra-estrutura econômica e social da cidade

5

A Região Metropolitana de Belém foi constituída pela lei complementar federal nº 14 de 08/06/73. Até a metade da década de 1990, estava composta somente pelos municípios de Belém e Ananindeua, quando houve a sua redefinição físico-espacial, com a inclusão dos municípios de Marituba, Benevides e Santa Barbara. (PINHEIRO, 2007, p. 152)

Segundo o que foi constatado pelos técnicos que elaboraram a *Monografia das Baixadas*, a mesma era necessária visto que o conhecimento até então produzido sobre as áreas de baixadas era fragmentado, não se tendo uma apreensão global da complexidade dos problemas relativos às referidas áreas, o que levou-os a ratificar os seguintes objetivos:

- a) – identificar, caracterizar e medir as áreas de baixadas que constituem as bacias de drenagem do DNOS;
- b) – Avaliar, desde os primórdios colônias até os nossos dias, os condicionamentos que as baixadas vêm impondo a vida urbana de Belém;
- c) – Proceder um levantamento da maioria dos equipamentos urbanos (infra-estrutura econômica e social) a fim de conhecer a influência das baixadas sobre a distribuição espacial dos mesmos;
- d) – Estimar a população residente nas baixadas, procurando conhecer aspectos gerais das suas condições sócio-econômicas e, conseqüentemente, do seu comportamento diante das futuras obras de recuperação;
- e) – Com base nas informações conseguidas, recomendar, sempre que possível, procedimentos que possam propiciar uma antevisão de soluções cabíveis aos problemas das baixadas;
- f) – Fornecer subsídios para o Projeto de Recuperação das Baixadas e indicar a área mais propícia para o início da recuperação. (SUDAM, 1976 p. 21)

Com a intensificação das pressões populares e com objetivo de dar resposta a estas o poder público passa a intervir através de diversas ações direcionadas para as áreas de baixadas, tendo como primeira intervenção o Programa de Recuperação de Baixadas – PRB, proposto em 1976, caracterizado como experiência-piloto a ser replicada posteriormente para outras áreas da cidade.

Todavia, para Abelém (1989, p. 43), ao apresentar a percepção de alguns técnicos que atuaram no referido programa, foram identificados os motivos que não eram apenas para buscar soluções para a questão habitacional, mas também desarticular politicamente a população e evitar os possíveis conflitos sociais, constatando que:

as pressões exercidas pela população, as necessidades impostas pelo crescimento da cidade com a conseqüente valorização da área, a importância de novas áreas para o mercado imobiliário convergem com o interesse do Estado na desarticulação política das classes dominadas, e no apaziguamento de possíveis conflitos sociais.

A política de remoção de famílias se justificava, devido à necessidade dos trabalhos na área de drenagem, aterramento e pavimentação no Igarapé São Joaquim, localizado na Bacia Hidrográfica do Una, desta forma as 722 famílias que habitavam na localidade conhecida como Barreiro foram removidas posteriormente para uma área comprada da Empresa de Navegação da Amazônia – ENASA que se denominou de Conjunto Providência.

Para Abelém (1989, p. 68), vários foram os impactos sofridos por estas famílias, seja os de ordem econômica, decorrente dos novos gastos, domésticos, na alimentação, no transporte até os de ordem social relativos a perda dos elos de vizinhança, parentesco e sociabilidade, ao fazer o seguinte registro:

o principal impacto foi no item alimentação, não só porque no Conjunto Providência ainda se montava uma estrutura comercial por iniciativa dos próprios moradores com poucos alimentos a comprar, sendo portanto os artigos mais caros do que onde anteriormente compravam, como, e sobretudo, por terem se distanciado da feira do Barreiro onde não só se abasteciam como muitos trabalhavam

Outro aspecto fundamental a ser considerado, com caráter excludente é o fato de que estes moradores ao serem removidos provisoriamente para barracões de madeira e depois para o Conjunto Providência iriam ter que se responsabilizar com mais uma despesa que seria com o Sistema Financeiro de Habitação - SFH visto que as novas unidades foram vendidas, o que exigia a comprovação da capacidade de compra pelos seus ocupantes.

Neste sentido, os moradores não voltariam para o seu local de origem e mais excludente ainda foi o fato de que por não conseguir arcar com as despesas, a população desta área não conseguiu se fixar tendo que se desfazer de suas residências em favor daqueles que possuíam maior poder aquisitivo. Sendo assim não houve a permanência da população removida no local urbanizado com infraestrutura.

Nesta experiência piloto, conforme evidencia Abelém (1989), “parece não ter servido nem para mostrar o caminho pelo qual não se deve seguir”, na medida em que a população ao não se constituir no foco principal da intervenção com as suas condições objetivas incorreria em novos erros e até mesmo ampliação dos já ocorridos.

Na década de 1980 e início da década de 1990, com o inchaço populacional a ocupação da cidade extrapola os limites da Primeira Léguas Patrimonial, chegando até o município de Ananindeua. Neste sentido, o processo de periferização se torna acentuado, fato observável pelo crescimento expressivo de ocupações irregulares nestas áreas de expansão.

A expansão populacional pode ser observada na tabela abaixo que aponta a população da Região Metropolitana de Belém - RMB.

TABELA: 3 População da Região Metropolitana de Belém - RMB e Taxa de crescimento

Município da RMB	1991	1996	2000	TCA 1991-1996	TCA 1996-2000	TCA 1991-2000
Ananindeua	88.151	341.257	392.947	31,1	3,6	18,1
Belém	1.244.689	1.144.312	1.279.861	-1,7	2,8	0,3
Benevides	68.465	28.130	35.350	-16,3	5,9	-7,1
Marituba ¹	-	49.239	75.448	-	11,3	-
Santa Bárbara do Pará ²	-	11.549	11.375	-	-0,4	-

Fonte: IBGE. Extraído de: Lima e Paracampo, 2005. Apud Diagnóstico Habitacional de Belém – Relatório II – SEHAB – PMB 2007.

(1) Marituba se tornou município no ano de 1996, sendo assim, só existem os números da população a partir desse ano. (2) Santa Bárbara se tornou município no ano de 1994, sendo assim, só existem os números da população a partir de 1996.

(2) TCA – Taxa de crescimento

A busca por soluções para a problemática habitacional resultou na elaboração do Projeto da Macrodrenagem da Bacia do Una, empreendimento que teve como fonte de financiamento o governo do estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em parceria com a Prefeitura Municipal de Belém - PMB o qual previa;

a execução de diversas obras de drenagem pluvial necessárias para solucionar os graves problemas de inundações que ocorrem numa área de 798 ha, correspondente á região alagada da bacia hidrográfica do Una, onde vivem atualmente cerca de 160.000 pessoas de baixa renda (Projeto Una, 1999, apud Pinheiro 2007, p. 173)

O aludido Projeto tinha como principal objetivo eliminar os alagamentos da área supracitada onde se previa o melhoramento do sistema de saneamento, cujos serviços a serem executados, até o final do projeto iriam, afetar 4.824 famílias, que seriam desapropriadas e mais 2.780 que seriam remanejadas para outros locais como por exemplo para o Loteamento CDP - Conjunto Paraíso dos Pássaros.

Segundo Trindade Junior (1997, p. 58) há um fator de diferenciação ser evidenciado no Projeto Una referente as práticas sociais na medida em que houve a participação dos movimentos sociais que demandavam reivindicações ao poder público, constatando que:

a emergência de novas práticas sociais no cenário urbano de Belém – os movimentos sociais urbanos – dá um novo perfil a essa intervenção, uma vez que, diferentemente das outras grandes intervenções em que houve remanejamento e indenizações, hoje já se verifica uma certa organização que pressiona e negocia perante o poder público, de forma que não haja uma passividade total por parte das famílias atingidas. A permanência em áreas próximas à antiga moradia e a conscientização contra a especulação imobiliária, são argumentos incluídos nos discursos dos movimentos diretamente envolvidos nesse programa.

No Projeto de Macrodrenagem do Una, as orientações da política de remanejamento estavam calcadas nas diretrizes do BID, que segundo Gabriele, (1998) apud Pinheiro (2007) preocupava-se com a os índices de “pauperização, presentes em projetos que demandam remanejamento e reassentamento”, a qual abrange vários aspectos como desapropriação fundiária, perda de trabalho remunerado, perda da casa; marginalização, aumento do nível de mortalidade, insegurança alimentar, perda de acesso a bens de domínio público e desarticulação social.

Neste caso específico, a pesquisa realizada pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE em conjunto com o Programa de Apoio a Reforma Urbana – PARU vinculado, a Universidade Federal do Pará - UFPA que foi publicada em 2006, intitulada de “Impactos Sócio-Econômicos do Projeto de Macrodrenagem: o reassentamento CDP e os rebatimentos diferenciados em homens e mulheres”, objetivou identificar os impactos sofridos pela população remanejada, a qual após o reassentamento evidenciou-se com dados quantitativos e qualitativos a percepção dos moradores acerca das mudanças ocorridas em relação à este processo.

Segundo Costa et al. (2006, p. 43)

Essas modificações deram-se em diversos níveis, no que se refere a: a) sentimento dos moradores e das moradoras em relação a nova moradia e ao seu entorno; b) rede de serviços; c) ocupação e renda; d) participação de moradores e moradoras; e) e por ultimo, o processo de renovação intra-urbana, verificação no pós-assentamento. Os dados da pesquisa, em sua

maioria, apresentam uma avaliação comparativa da realidade anterior e posterior ao assentamento.

Ao se referir ao Projeto Una, Rodrigues (1996, p. 172), sinaliza que esses projetos oportunizam a segregação da população a locais distantes do centro da cidade, que apresentam condições financeiras até piores daquelas as quais viviam antes de serem atingidas pelos projetos, tudo de forma bem articulada para evitar a possível resistência que população possa vir a ter, constatando que.

tudo isso é feito mediante um bem articulado discurso ideológico com vistas a viabilizar a exclusão sem ou com menor resistência, além de convencer a sociedade, inclusive os excluídos, de que o empreendimento urbanístico irá beneficiar a todos, independentemente da classe social a que pertençam

Para Trindade Junior (1997), um avanço em relação às intervenções urbanísticas se referiu à articulação dos movimentos sociais urbanos que discutem junto ao poder público mecanismos que viabilizem a permanência da população próximo ao local de origem.

As intervenções realizadas pelo poder público promoveram mudanças expressivas nas áreas onde ocorreram os fatos mencionados a partir dos projetos implementados, respeitando-se as diferenças e peculiaridades históricas, ratificam-se o entendimento de que a possibilidade de estruturação e melhoria do espaço urbano de Belém estava calcada em contradições e desigualdades, que mudaram consideravelmente as baixadas da cidade.

Segundo Pinheiro (2007, p. 160),

a política de remoção e reassentamento, que permaneceu até o final da década de 1990, tem contribuído para mudar radicalmente a paisagem das baixadas. A intervenção do poder público, através de ações de macro e microdrenagem, em diferentes momentos históricos, contribui para a renovação urbana nestes espaços.

Neste sentido, mesmo tendo o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população, o que se deve destacar é que os projetos trouxeram de fato com o processo de remanejamento e reassentamento expressando uma realidade que se tornava latente que ao invés de solucionar a problemática habitacional intensificou a segregação e provocou a busca de moradia em locais mais distantes do centro urbano da cidade.

A cidade de Belém, após um intenso processo de urbanização engendrado a partir da década de 1990, evidenciou o caráter excludente provocado pelas intervenções urbanísticas que são reflexos do modo de produção capitalista que para promover sua acumulação provoca o aumento populacional, na medida em que as cidades tendem a crescer motivadas pelo processo de industrialização.

Como destaca Trindade Junior, (1997, p. 13), “*A necessidade de acumulação capitalista também induz ao aumento populacional, bem como ao crescimento urbano, que, por sua vez, repercutirá na realocização das atividades econômicas e na localização das habitações*”. Neste sentido com o aumento populacional, cresce a busca pelo emprego e uma série de outras dificuldades atreladas às necessidades da classe trabalhadora.

Baseado neste entendimento compreende-se que os procedimentos adotados não conseguiram assegurar que a população se fixasse no local ou se restringisse ao fato de ter uma casa para morar, mas que para, além disso, era dá maior importância que esta fosse adquirida com o mínimo possível de condições para a sobrevivência.

Nesse contexto, em se tratando das intervenções urbanísticas, o que se torna relevante analisar é o processo de remanejamento e reassentamento, foco de nossa pesquisa, necessário para a liberação de área para a execução de obras, o qual provoca impactos de toda a ordem à população afetada.

Segundo o Ministério das Cidades (2009) de acordo com o que preconiza a Instrução Normativa nº 08, a qual aborda as Instruções específicas para desenvolvimento do trabalho social em intervenções de urbanização de assentamentos precários, compreende-se por remanejamento, “*a alteração do local de moradia de famílias, implicando na reconstrução da sua unidade habitacional no mesmo perímetro favela ou assentamento precário que esta sendo urbanizado*” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2009, p.4).

Desta forma, após o delineamento dos apontamentos históricos, nos quais são perceptíveis que a cidade de Belém está intimamente relacionada por muitas mediações ao processo de produção e reprodução do modo de produção capitalista, compreendemos que a cidade passou por um processo de urbanização diferenciado respeitada suas características e peculiaridades, mas, obedeceu ao processo de produção, distribuição e consumo das mercadorias.

Neste cenário consideramos pertinente analisar os processos sociais desencadeados em face da necessidade de dar soluções à questão habitacional no município de Belém, provocada pela agudização dos problemas decorrentes da ocupação urbana. A partir desta orientação é que elegemos o Projeto Urbanístico e Social da Vila da Barca como universo da nossa investigação, na medida em que é um projeto que foi reivindicado pelas famílias que residem em sua área de intervenção e está sendo financiado com recursos orçamentários oriundos do poder público.

4 – INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA VILA DA BARCA EM BELÉM/PA: PROCESSO DE REASSENTAMENTO NO CONJUNTO HABITACIONAL NOVA VILA DA BARCA

Neste capítulo para compreender o processo de reassentamento nas novas unidades habitacionais, objeto a ser investigado, foi importante buscar informações e articular conceitos assim como analisar os resultados obtidos na pesquisa empírica. Nesta perspectiva, buscamos a fundamentação no método que se propõe a dar conta da totalidade social e, que, portanto, possibilita a compreensão da realidade em suas dimensões econômicas, sociais e políticas.

Por este motivo, consideramos as determinações estruturais e conjunturais, assim como as relações entre os sujeitos envolvidos em todo o processo, numa perspectiva dada pelo método dialético, que partindo de categorias como particularidade, singularidade e universalidade nos possibilita investigar e buscar apreender a essência do objeto investigado. Apoiados em Marx (1974), entendemos que as categorias supracitadas apontam e possibilitam o desvendamento das determinações e da historicidade do objeto pesquisado. Assim, compreendemos também que ao analisarmos uma dada realidade social precisamos iniciar pelo *“real e pelo concreto que são pressuposições prévias e efetivas”* (Marx, 1974, p. 116).

Os processos de investigação e exposição, ao ser adotada a orientação marxista, se desenvolvem em momentos diferenciados, sendo o primeiro pautado em perguntas e interpelações ao objeto, enquanto o segundo ordena as respostas, sendo pertinente destacar que estas respostas não são acabadas, pois, o objeto apresenta um caráter inesgotável a ser investigado. (ICASSURIAGA, 1997)

A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, sendo importante citar que a pesquisa qualitativa histórico-estrutural e dialética busca analisar os dados em toda sua riqueza, partindo da descrição dos fatos para captar não só a aparência, mas também sua essência (TRIVINOS, 1987).

Na medida em que na pesquisa qualitativa não há obrigatoriedade de se selecionar uma amostra, visto que o relevante é descrever as variáveis, fizemos a mediação entre o arcabouço-teórico e metodológico lançando mão da pesquisa documental e da técnica da entrevista do tipo semi-estruturada, envolvendo uma

quantidade de 16, moradores abrangidos na primeira etapa do Projeto Urbanístico e Social da Vila da Barca e que foram afetados pelo processo de reassentamento. O total das 16 entrevistas realizadas resultou de um sorteio entre os 136 moradores dos quais perfazem uma amostra de 11.76% do universo pesquisado.

4.1 – Contextualizando a Política Habitacional em Belém

A Política Habitacional do Município de Belém faz parte de um processo recente, visto que ações governamentais relacionadas à gestão municipal seguia as normas e diretrizes impostas pelo Governo Federal, “que após a desestruturação do Sistema Financeiro de Habitação - SFH e fechamento em 1986, do Banco Nacional de Habitação – BNH, passou-se quase uma década de vazio institucional e de planejamento” (Belém, 2007).

Após algumas tentativas, isoladas e desarticuladas, de se efetivar a política habitacional no município, somente a partir de 1997, foi iniciado um processo de discussão para a proposição da Política Municipal de Habitação com a criação de uma comissão que tinha a representação, tanto do poder público quanto dos movimentos sociais, cuja principal tarefa era a elaboração de uma proposta a ser enviada à Câmara Municipal de Vereadores, de um Projeto de Lei de criação da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB.

Após a tramitação no legislativo Municipal a Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB, foi criada pela Lei nº 7865 de 05 de janeiro de 1998, e é a instância responsável pelo planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação das atividades da Política Habitacional do Município Belém.

4.2 Histórico de ocupação da Vila da Barca

A área da Vila da Barca tem sido foco de estudo e pesquisa para pesquisadores escritores e artistas, interesse provocado por sua complexidade referente aos aspectos históricos, sociais, culturais e ecossistêmico conforme evidencia Diogo (2010, p. 152). Dentre estes estudos podem ser citados o documentário de Renato Tapajós em 1964, a Pesquisa de Furtado e Santana em 1974, as poesias de Bruno de Menezes, de Eneida de Moraes e de Benedito Monteiro, assim como outros trabalhos acadêmicos nas mais variadas áreas do

conhecimento, que resultaram em Trabalhos de Conclusões de Curso e Dissertações de Mestrado.

È no contexto de formação histórica da cidade de Belém que se processa a dinâmica de ocupação da área da Vila da Barca, pautada por várias transformações que permearam a “*sociedade belenense, de cunho econômico, político e cultural; a partir do século XIX e se perpetuou até meados do século XX* (SOUZA, 2006, P. 61)

Em se tratando de uma área localizada na orla de Belém, privilegiada em termos urbanísticos pela beleza natural e estratégica pela proximidade das águas facilitadora dos fluxos de mercadorias e passageiros, a ocupação da Vila da Barca consistiu numa alternativa de forte impacto para os moradores que ali habitavam, segundo Souza (2006, p. 62),

a abertura da Estrada de Ferro Belém-Bragança, bem como os amplos investimentos efetivados pelo Estado em estrutura portuária, intensificou o fluxo de pessoas no porto de Belém, devido ao grande embarque e desembarque de mercadorias. Este fluxo foi considerado o fator determinante para a ocupação da Vila da Barca, pois se tornou um espaço estratégico para o produtor rural ribeirinho vender seus produtos.

Localizada próxima ao centro da cidade, nos limites do Distrito Administrativo da Sacramenta – DASAC, no bairro do Telégrafo entre a Avenida Pedro Álvares Cabral e a Baía do Guajará, possui seis logradouros (travessa Coronel Luis Bentes, Rua Nelson Ribeiro, Passagem Republicana, Passagem Cametá, Passagem Praiana e Padre Julião), tem grande parte de sua extensão territorial sobre área alagável, pela influência das marés.

Aspecto a ser considerado, ao constatar que a vila da Barca esta inserida no Bairro do Telegrafo, e que este bairro foi citado, conforme tabela 4 (quatro) abaixo na Monografia das Baixadas como área em terras alagáveis.

Tabela 4: Bairros de Belém e suas terras alagáveis

Bairro	Extensão em hectares	Área alagável	%
Condor	170	170	100,00
Jurunas	226	192	84,96
Terra firme	443	371	83,75
Sacramenta	367	251	68,39
Telégrafo	231	154	66,67
Guamá	395	231	58,48

Matinha	61	32	52,46
Cremação	149	77	51,68
Reduto	79	38	48,10
Cidade velha	116	49	42,24
Batista campos	144	50	34,72
Canudos	66	19	28,79
Umarizal	250	69	27,60

Fonte: (ALVES, 2010) *apud* SUDAM/DNOS/Governo do Estado do Pará. Monografia das Baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação. (1976, p. 75).



Imagem 1 – Localização da Vila da Barca.

Fonte: SEHAB, 2004.

Várias são as histórias do surgimento da Vila da Barca, sendo difícil de identificar ao certo como tudo começou. A nomenclatura Vila da Barca decorre para alguns, de uma embarcação de origem portuguesa encalhada na área no início do século XX, a qual serviu de referência para embarque e desembarque de produtos decorrentes do interior do Estado.

segundo alguns moradores, a origem do nome desta ocupação está ligada ao fato de uma barca que encalhou e ficou esquecida no local; outros, entretanto, relatam que a denominação se deve ao fato de haver existido embarcações portuguesas no local; outros, ainda, afirmam que foi uma barca que afundou; há também os que evidenciam que foi devido à apreensão de embarcações clandestinas, pois segundo estes, isto serviu como referência para os ribeirinhos que vinham comercializar seus produtos em Belém. De início todos diziam que iam para a vila onde estava a barca,

passando posteriormente a ser conhecida como Vila da Barca. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 2004, p. 5)

Segundo Pinheiro (2007, p. 472), a Vila da Barca surgiu por volta de 1920:

A Vila da Barca teve sua ocupação iniciada provavelmente por volta da década de 1920. Os moradores originais talvez fossem trabalhadores de uma fábrica de beneficiamento de castanha localizada no Bairro do Reduto, bairro industrial do início do século XX, situado na vizinhança. Para a Vila da Barca ter-se-iam deslocado famílias de ribeirinhos e agricultores oriundos dos municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba.

Acerca desta área, SOUZA (2006) também realizou estudos, evidenciando, através de relatos dos moradores antigos, que no início da ocupação foi desenvolvido por um pequeno grupo de famílias de produtores procedentes das áreas ribeirinhas, *“em especial dos municípios de Abaetetuba, Igarapé-Mirim, Cametá, Chaves, Salvaterra, Muaná e de outros municípios”*. (SOUZA, 2006, p.63)

Conforme apresenta Diogo (2010, p. 154), devido às várias histórias contadas que expressam o surgimento da vila da Barca se torna difícil precisar quando de fato ela surgiu, todavia o que se evidencia é que esta área se destaca e chama atenção daqueles que por ali passam.

É difícil saber, ao certo, como tudo começou. O fato é que no ano de 1941, aquelas casas palafíticas localizadas na orla da cidade de Belém do Pará já chamavam a atenção de quem por ali pela baía de Guajará passasse. Elas não deveriam ser poucas, nem tão recentes, pois juntas, já tinham um nome. Estampada na manchete do Jornal O Estado do Pará, de 7 de Outubro daquele ano, a Vila, já da Barca, é exposta a todos em sua miséria, em sua engenharia de casas e pontes em madeira a balançarem sobre as águas, na poesia da maré que embalava os habitantes.



Figura: 1 – Reportagem do Jornal O Estado do Pará
Fonte: Diogo 2010, p. 154

A ocupação da área se estabeleceu por uma série de fatores dentre eles podemos citar: o sonho de conseguir a casa própria, pois alguns viviam de aluguel; para outros questões econômicas (desemprego); a facilidade de deslocamento para o centro urbano, a medida em que a Vila era próxima de uma estação de trem que passava pela Avenida Pedro Álvares Cabral, aonde os ribeirinhos⁶ vinham vender sua produção, além de ser próximo ao Ver-o-Pêso e a existência de uma indústria de castanha e um curtume, bem como a facilidade de atracação dos barcos (Prefeitura Municipal de Belém, 2004).

Tais fatores também são evidenciados por Diogo (2010, p. 166) ao analisar o trabalho de Furtado e Santana (1974), no qual foi possível identificar que a migração para a área da Vila da Barca fora em decorrência do “*caráter econômico, seguindo-se em menor escala, as de cunho educacional e social. As econômicas*

6

Os ribeirinhos vivem em pequenas comunidades na beira dos rios, igarapés e lagos: suas casas são feitas com materiais que encontram na floresta: cercados de madeira ou barro e cobertas com palha, muito simples: no quintal, muitas árvores frutíferas, uma pequena horta e alguns pequenos animais de criação. A canoa ou o ubá, o meio de transporte mais usado, esta sempre próxima (VAZ apud COELHO, p. 125, 2006)

são traduzidas pela carência de meios de vida nos lugares de origem, procura de emprego na cidade e aquisição de moradia própria no meio urbano”

Para Diogo (2010, p. 159), é caracterizado na reportagem “Os recantos que Belém não mostra a ninguém” a população que habitava a Vila da Barca.

Outros foram chegando. Aquela gente expulsa da Penitenciária, vinda de outros lugares. E essa gente, uns restos de flagelados, pacientes, cosidos nos sofrimentos mais amplos das torturas incríveis, ficaram pensando. Nessa Vila da Barca as mulheres perderam o seu verdadeiro sentido do “porque vieram ao mundo”. Não é o trabalho que lhes tirou esse sentido. É a luta pela vida. É o modo e as conseqüências desses trabalhos. Vivem no trabalho desde os seis anos. São os ‘socorros’ das fábricas de tecidos, meninas que “servem” os operários maduros e limpam alguma coisa ou as escolheiras da Uzinias de beneficiamento. (PEREIRA, 1941, 1 apud DIOGO, 2010, p. 159)

Paulatinamente a população e o governo local foram aterrando a área que era alagada até a Avenida Pedro Álvares Cabral, mas quanto mais se aterravam as palafitas iam surgindo sobre o rio. Neste sentido, Souza (2006, p. 68), afirma que:

dentro desse contexto, a Vila da Barca passou a ser vista como ponto estratégico para as diversas famílias oriundas do interior do Estado. Estas passaram a construir seus “imóveis” nesta área, devido à sua localização “privilegiada” (próximo ao centro comercial), que era visto como espaço propício para obtenção de emprego, devido a sua grande rede de serviços. Com o aumento da densidade demográfica, novos arruamentos foram formando-se na Vila da Barca, como a Travessa Padre Julião, Professor Nelson Ribeiro e Passagem Republicana. O avanço das habitações sobre a baía tornou-se constante

Esta comunidade possui traços que a diferencia das demais ocupações da cidade, destacando-se o modo ribeirinho de viver, frente ao avanço do restante da cidade, ocupada de forma desorganizada por uma população de baixo poder aquisitivo e baixa escolaridade, oriunda do interior do Estado do Pará. Como apresentado em reportagem evidenciada na Imagem 2 (dois) a seguir:

Pobreza é marca registrada da Vila da Barca, que carece de infra-estrutura

A Vila da Barca é um dos locais de maior pobreza do bairro do Telégrafo. Aproximadamente três mil famílias habitam às margens da Baía do Guajará, carentes de saneamento, esgotamento sanitário, escola, posto de saúde, emprego, enfim. O local começou a ser ocupado há mais de meio século e até hoje continua sem infra-estrutura.

A maioria das casas da Vila da Barca está localizada dentro d'água. As palafitas se proliferaram desorganicamente. No

local, há deficiência na oferta de postos de saúde, creches, escolas, delegacias de Polícia e serviços públicos em geral.

Um projeto da Prefeitura de Belém, em parceria com o governo federal, prevê a aplicação de R\$ 10 milhões para urbanizar e estruturar a Vila da Barca. A previsão é que as palafitas sejam substituídas por casas de alvenaria e que sejam construídos creche e escola públicas para as crianças do local, além de um centro de cidadania para oferta de

cursos profissionalizantes. E o principal: a expectativa da realização de obras em 55 mil metros quadrados da área da vila, beneficiando a população com saneamento e esgoto.

A falta destes dois serviços é a principal reclamação dos moradores da Vila da Barca, seguido do desemprego e insegurança. A comerciante Dayse Maria Moura conta que a população espera ansiosa pelas obras prometidas, mas que ainda não saíram do papel. "Hoje, o carro

da coleta do lixo já chega em algumas partes da Vila da Barca, mas as casas não podem ter fossa nem esgoto e isso é muito ruim para a saúde das pessoas que moram aqui", explica Maria Moura.

Segundo a comerciante Dayse Maria, a insegurança é grande problema, mas ele garante que já foi bem pior. "Sempre estamos vendo a polícia por aqui e esperamos que se essas obras chegarem para que as coisas melhorem para nós", diz a moradora.



INFRA-ESTRUTURA ■ Falta de saneamento básico e esgoto também é um dos graves problemas enfrentados pelos moradores do bairro do Telégrafo

Imagem: 2 – Reportagem sobre a Vila da Barca

Fonte: Jornal "O Liberal" 13/10/2004

O sistema de construção das habitações da Vila da Barca é um elemento que merece destaque nos estudos que tratam do histórico de ocupação da mesma devido ao elevado grau de complexidade para manutenção das palafitas sob a orla da cidade em cima do Rio Guama tal aspecto é evidenciado por Diogo (2010, p. 168) ao sinalizar a engenharia popular, descrita no Jornal o Estado do Pará, desenvolvida pelos moradores que construíram suas casas para adequar-se ao ecossistema ribeirinho e alagável.

Na Vila da Barca a engenharia organizada com mapas, trenas, prumos e um mundo de complicações geométricas, ainda não chegou. Não pode chegar. Ainda não interessa aqueles lugares onde não parece existir ninguém. No

entanto, tem uma intrincada 'engenharia popular' armando pontes e casas. Ligadas em pequenos páus com prégos velhos, cipó ou arco de barril. Elas são feitas de retalhos. Pedacos de navios, chapas, de ferro, madeiras de convés, mastros de barcos, lemes de canoas. As pontes são tremelicantes, foram feitas por homens dali apressados e doentes. A vila veio da Barca e tem o destino dos navios. É construída de material imprestável de navios e canoas. Aquela 'engenharia popular' parece não ter noção do equilíbrio.



Foto 2 - Vila da Barca – Área Palafitada
Fonte: SEHAB, 2004.

Como já evidenciado quando do processo de ocupação da cidade de Belém fora apresentado que muitos dos migrantes das microrregiões haviam migrado para a capital fato este observável também na vila da Barca que segundo levantamento sócio econômico realizado pela SEHAB em 2004 evidenciou-se que vários dos moradores são procedentes de cidades como Igarapé Miri, Marajó e Cametá.

Neste aspecto referenciando-se as áreas que são ocupadas Trindade Junior (1997, p. 15), afirma que à população de baixo poder aquisitivo restou ocupar as áreas alagadas;

aos grupos sociais de baixo poder aquisitivo resta, portanto, ocupar terrenos desfavoráveis, seja por sua topografia (áreas alagadas, encostas íngremes, etc), seja por sua localização (periferias distantes do centro, sem amenidades naturais ou socialmente produzidas).

A Vila da Barca, ainda na atualidade, apresenta um quadro adverso de qualidade ambiental com problemas de abastecimento de água, falta de esgoto

Sanitário contaminação do rio pelo lixo e dejetos, proliferação de doenças, alto índice de violência e instabilidade de habitação palafítica, segundo levantamento sócio econômico que foi realizado pela Secretaria Municipal de habitação - SEHAB em 2006 existiam cerca de 863 famílias residentes no local.



Foto 3 e 4 - Vila da Barca – Questão Ambiental
Fonte: SEHAB, 2004 e 2007.

É válido destacar, que mediante, observação dos estudos já realizados na área, foi identificado que ocorrem construções e reconstruções das pontes que dão acesso a área alagável. No dizer de Diogo (2010, p. 181), “*construir, reconstruir e manter as pontes de madeira envolve a articulação entre moradores em prol de um interesse em comum: o acesso entre a terra firme e a área alagadiça onde estão localizadas as habitações*”.

Desta forma observa-se que até os dias atuais a circulação interna da Vila da Barca é feita através de estivas de madeira de largura de 0,80m e 1,20m sem guarda corpo, a uma altura do solo, que varia entre 0,50m a 5,00m, cheio de labirintos que parecem intermináveis. Observado na foto 5 (cinco) e 6 (seis).



Foto 5 e 6 - Vila da Barca – Estivas de Madeira
Fonte: SEHAB, 2007.

Entretanto, em relação à circulação do sistema de transporte público, a Vila da Barca situa-se às proximidades de dois grandes corredores de tráfego de Belém, a Av. Pedro Álvares Cabral e Rodovia Arthur Bernardes, com uma oferta de linhas de ônibus bastante diversificada (Prefeitura Municipal de Belém, 2004).

O poder público propôs-se a criação de políticas sociais que contemplassem a garantia do direito constitucional de uma comunidade de Belém peculiar em sua cultura de características rurais de nossa região. Ao longo de sua história a Vila da Barca, sofre as dificuldades e impactos ao se configurar como uma área mista entre o urbano e o rural.

4.3 Projeto Urbanístico e Social da Vila da Barca: concepção e operacionalização

A gestão municipal no período 2001-2004 propõe o Projeto Urbanístico e Social da Vila da Barca, pautado nas reivindicações e necessidades elencadas pela população residente na comunidade denominada Vila da Barca. Este projeto foi inserido no Programa Morar Melhor⁷ do Governo Federal, cujos objetivos referiam-se aos investimentos na melhoria da habitação no Brasil. Uma emenda parlamentar,

⁷ O programa “Morar Melhor” busca atender as famílias que recebem até três salários mínimos ao mês, o mesmo prevê desde a implantação de serviços de saneamento, até a construção de conjuntos habitacionais para famílias que vivem em áreas de risco. Disponível em http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/estadual/programas_habitacao/morar_melhor/index.asp. Acesso em 10 de abril de 2010.

com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), já sob a coordenação do Ministério das Cidades criado em 2003, possibilitou o financiamento para implementação da primeira etapa do referido projeto.

Após um período de paralisação na execução do projeto, por questões judiciais e de mudanças de gestores municipais, foi retomado em 2006, passando a receber recursos oriundos do Programa de Urbanização e Infraestrutura para Erradicação de Palafitas do governo federal, sob a coordenação da CAIXA e do Ministério das Cidades.

O projeto urbanístico tem como objetivo elevar as condições sócio-ambientais da população envolvida, por meio de ações de desenvolvimento local sustentável, que envolve as áreas de habitação, saúde, educação, trabalho e geração de renda e segurança, sendo, portanto, o projeto social parte integrante do projeto físico de intervenção urbanística.

No que se refere à demanda habitacional o projeto prevê a permanência das famílias atingidas no local de implantação do mesmo, desde que estivessem cadastradas no ano de 2003. O referido cadastramento objetivou o levantamento socioeconômico das famílias a serem atendidas pelo projeto. Neste cadastro foram identificadas 590 famílias que residiam em 492 benfeitorias. Todavia, com o início do projeto apenas em 2006 foi realizada uma atualização cadastral para verificar qual a situação apresentada pelos moradores neste novo momento, sendo que o cadastro realizado em 2003 consistiu na referência de garantia da aquisição da unidade habitacional.

Para operacionalização do projeto, que objetiva construir 624 unidades habitacionais com infraestrutura básica e instalação de equipamentos comunitários, este foi dividido em três (3) etapas, conforme Mapa Topográfico 1 (um). Na primeira etapa do projeto foi prevista e concluída a construção, em dezembro de 2007, de 136 unidades habitacionais, com infraestrutura necessária para a implantação, pavimentação das vias no perímetro do empreendimento, construção de uma praça e implantação de paisagismo na área interna do projeto. Foi construída também uma estação de tratamento de esgoto que garantiu a obediência a normas e padrões de qualidade no saneamento ambiental.



Mapa Topográfico 1: Localização do Projeto Urbanístico e Social na Vila da Barca com as três (3) etapas propostas.

Fonte: SEHAB/2007

Para a segunda etapa, ainda em execução, com financiamento de recursos alocados no Programa Palafita Zero, está prevista a construção de 92 unidades habitacionais e inclui a implantação da rede de esgoto e drenagem, obras de pavimentação e construção do muro de arrimo.

A terceira etapa⁸, em fase de execução, com recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e considerada uma das obras emblemáticas do referido programa, prevê a construção de 406 unidades habitacionais, contempla a ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE construída na primeira etapa e a construção de equipamentos coletivos, dentre estes o museu, a feira livre, a praça e a quadra de esporte.

Nossa investigação está circunscrita à intervenção ocorrida na Primeira Etapa do Projeto Urbanístico e Social na Vila da Barca, concluída em dezembro de 2007, cuja meta, como já foi citado, correspondeu à construção e entrega de 136 unidades habitacionais às famílias envolvidas, conforme fotos 7 (sete) e 8 (oito) abaixo, com equipamentos comunitários e infraestrutura básica de saneamento, dentre outros aspectos necessários ao desenvolvimento humano com qualidade.



Foto 7 - Vila da Barca – Conjunto Nova Vila da Barca.
Fonte: SEHAB, 2007

8



Foto 8 - Vila da Barca – Conjunto Nova Vila da Barca- Entrega das unidades habitacionais em dezembro de 2007.

Fonte: SEHAB, 2007

O processo de reassentamento foi antecedido pelo deslocamento das famílias residentes nas áreas palafitadas, cuja parte do espaço destas moradias seria utilizada para abertura de frente de obra. Durante o período de implementação do projeto urbanístico estas famílias foram transferidas para casas alugadas e passaram a receber um auxílio moradia fornecido pelo poder público municipal. Logo após estarem prontas as unidades habitacionais 136 famílias retornaram ao local de origem, ou seja, na área da Vila da Barca, mais especificamente, no Conjunto Habitacional Nova Vila da Barca.

Tal ação está norteadada por um dos elementos que subsidiam a atual pauta da Política Nacional de Habitação referente às diretrizes acerca da urbanização de assentamentos precários e produção de habitação. Assim, o Ministério das Cidades (2006, p. 34) propõe:

garantia do princípio da função social da propriedade estabelecido na Constituição e no Estatuto da Cidade, respeitando-se o direito da população de permanecer nas áreas ocupadas por assentamentos precários ou em áreas próximas, que estejam adequadas ambiental e socialmente, preservando seus vínculos sociais com o território, o entorno e sua inserção na estrutura urbana, considerando a viabilidade econômico-financeira das intervenções.

Esta ação foi orientada por um Plano de Reassentamento proposto pela SEHAB/PMB e direcionado e fiscalizado pela CAIXA, como instância financiadora,

contendo um estudo aprofundado da área, visando o planejamento de todo o processo de reassentamento e a diminuição de seus impactos sociais. Para que este se desenvolvesse foi necessário o levantamento socioeconômico e o reconhecimento da área beneficiada pelo projeto, o diagnóstico dos principais problemas, a formulação das propostas para o reassentamento e a adaptação das famílias às novas unidades, conforme consta em documento formulado por esta Secretaria Municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - SEHAB, 2004-b, p.5):

O Plano de Reassentamento é fundamental para trabalhar o detalhamento dos procedimentos formais que deverão ser tomados, tanto pelas famílias a serem reassentadas quanto pelo poder público. Nesse sentido, o grande desafio da Secretaria Municipal de Habitação é trabalhar, conjuntamente com outras Secretarias e órgãos da Prefeitura Municipal de Belém, as ações relacionadas ao reassentamento das famílias, procurando ser sensível aos laços sociais locais, de forma a criar condições para que as famílias possam permanecer na sua comunidade originária, causando o mínimo de impacto possível.

O processo de reassentamento foi dividido em fases: o pré-reassentamento, o reassentamento e o pós-reassentamento. Na fase do pré-reassentamento foi realizado o levantamento socioeconômico das famílias que iriam ser contempladas pelo projeto, ao qual se somou a caracterização da área. Esta fase objetivou a elaboração do plano de reassentamento, além de oportunizar a interação dos técnicos com as famílias atingidas, para esclarecimentos e, posteriormente, instituir mecanismos que efetivassem o controle social na área (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM-SEHAB, 2004-b).

Ao realizarmos⁹ a pesquisa documental, nos arquivos da SEHAB, consideramos pertinente a identificação de como esse processo de reassentamento foi desencadeado. Na medida em que as famílias foram trabalhadas paulatinamente antes de serem reassentadas nas unidades habitacionais.

Para atender a estes procedimentos propostos, em abril de 2007, foi formado o Grupo de Reassentamento com técnicos de todos os departamentos e

⁹ É importante ressaltar que a realidade pesquisada também fez parte do cotidiano profissional da pesquisadora na medida em que atuou-se como Assistente Social do Projeto Vila da Barca nos últimos cinco anos, portanto fizemos parte da equipe técnica que trabalhou em todo o processo de reassentamento. Desta forma também utilizamos nossas percepções e observações acumuladas durante todo este período.

núcleos desta Secretaria, com a finalidade de elaborar um Plano de Ação para a Primeira Etapa que objetivava garantir o reassentamento das primeiras 136 famílias nas unidades habitacionais do Conjunto Nova Vila da Barca.

Uma das primeiras ações propostas neste plano foi a realização de uma Assembléia Geral, foto 9 (nove) e 10 (dez), com as famílias que seriam impactados pela intervenção, o que ocorreu em 24 de abril de 2007 no Porto Solamar, ocasião em que foram repassadas informações acerca dos procedimentos que seriam adotados pelo poder público para efetivar o processo reassentamento. As famílias envolvidas no reassentamento da Primeira Etapa residiam nas Passagens Praiana, Padre Julião, Travessa Coronel Luiz Bentes e Travessa Professor Nelson Ribeiro.



Foto 9 : Assembléia Geral sobre Plano de Ação do Reassentamento
Fonte: SEHAB, 2007



Foto 10: Assembléia Geral sobre Plano de Ação do Reassentamento
Fonte: SEHAB, 2007

Neste Plano de Ação merece destaque a realização das Oficinas de Preparação para o Reassentamento as quais possibilitaram aos participantes a abordagem de temas como cidadania e direito à moradia, educação ambiental, orientação sobre os uso correto dos equipamentos, que culminaram com visitas de reconhecimento das famílias às novas unidades habitacionais, oportunizado, pela interação com os técnicos, o acesso a informações mais completas sobre a estrutura e uso das novas moradias, conforme registrado em relatórios disponibilizados pela SEHAB/PMB:

A “Oficina de Preparação para o Reassentamento” está sendo avaliada pelos moradores como uma atividade de extrema necessidade e importância, pois contribui para diversos esclarecimentos e a capacitação dos mesmos no que se refere aos cuidados com o meio ambiente, bem como à preparação para a nova realidade, em especial, no que tange as novas condições de habitação e a qualidade de vida que irão ter a partir da inclusão dos mesmos neste processo de mudanças, onde hábitos e costumes terão que ser revistos e melhorados no sentido de garantir melhores condições de habitabilidade. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, SEHAB, 2007b, p. 04)

Nas orientações prestadas às famílias atingidas foram esclarecidos os mecanismos de cobrança de taxas referentes ao consumo de água, energia elétrica, entre outras.



Foto 11 – Oficina de Preparação ao Reassentamento Tema: Orientação sobre Cidadania e Direito à Moradia.

Fonte: SEHAB, Julho - 2007

Para os participantes a oficina também é um espaço onde podem contribuir com suas experiências de vida, e discutir sobre assuntos relacionados à cidadania, direito e seus deveres. Em especial, ficaram satisfeitos com a parceria estabelecida entre a REDE CELPA e COSANPA, pois se percebe que há uma preocupação de todos em oferecer serviços de qualidade. Para tanto, estes também contribuem no sentido de orientar a comunidade no uso dos equipamentos eletroeletrônicos, bem como sobre o desperdício e uso adequado da água, visto que estas orientações são necessárias para a redução do consumo de energia e de água e conseqüentemente do valor das taxas cobradas pelas concessionárias. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, SEHAB, 2007(b))

A atividade de culminância das Oficinas de Reassentamento e que foi destacada como de grande relevância foi a visita aos apartamentos que seriam ocupados pelas famílias atingidas pela intervenção.

Outro momento que merece destaque e de extrema importância para a comunidade refere-se às visitas nos apartamentos porque possibilitou a visualização sobre toda a parte física das unidades. Contribuindo também para gerar nos moradores o sentimento de apropriação dos imóveis que irão receber futuramente. A importância também se deu no sentido de contribuir para a definição sobre a adesão ou não do Projeto, pois alguns ainda permaneciam com dúvidas neste aspecto, principalmente, por acreditarem que os apartamentos não eram grandes o suficiente para todos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, SEHAB, 2007(b))



Foto 12 – Visita dos Moradores as unidades Habitacionais.
Fonte: SEHAB, Julho - 2007

Em relação ao reassentamento, a segunda fase consistiu na retirada das famílias, para a liberação do canteiro de obras, possibilitando que as obras fossem efetivadas. Nessa fase aconteceu a implementação da infraestrutura, enquanto as famílias estavam em casas alugadas recebendo o auxílio moradia. Após a construção das unidades habitacionais as famílias foram reassentadas nas novas moradias, localizadas no conjunto habitacional Nova Vila da Barca.

A terceira fase consistiu no pós-reassentamento, onde após a entrega das 136 novas unidades habitacionais a uma parcela das famílias remanejadas na Primeira Etapa do Projeto Urbanístico e Social da Vila da Barca, este momento foi caracterizado pelo acompanhamento técnico-social das famílias em seu novo espaço de moradia, objetivando verificar a forma de adaptação das famílias às novas unidades, bem como orientá-las em relação ao uso da drenagem pluvial e do sistema de esgoto implantado, entre outros aspectos.

As mudanças na dinâmica familiar, decorrentes das ações do processo de reassentamento das primeiras famílias beneficiadas pelo Projeto Urbanístico e Social da Vila da Barca, constituem o núcleo das interpretações analíticas da nossa proposta de investigação. Portanto, é a partir das ações de reassentamento destas famílias que estão pautadas as nossas reflexões acerca dos processos de efetivação das ações e das mudanças provocadas na dinâmica das famílias

atingidas, que não são apenas no uso de nova estrutura física domiciliar, mas também de natureza social e cultural.

4.4 O processo de reassentamento nas novas unidades habitacionais, sob a ótica das famílias atingidas

Em nossa pesquisa qualitativa devido não haver a obrigatoriedade de se selecionar uma amostra, e sendo possível a descrição das variáveis, compatibilizamos o arcabouço-teórico à pesquisa documental e a técnica da entrevista do tipo semi-estruturada, como já anteriormente informado, envolvendo um percentual aproximado de 11% do total de moradores reassentados que fez a quantidade 16 moradores que foram abrangidos na primeira etapa do Projeto Urbanístico e Social da Vila da Barca e que foram afetados diretamente pelo processo de reassentamento. Sendo válido ressaltar que estas entrevistas resultaram de um sorteio entre os 136 moradores

A idade média dos(as) chefes de família entrevistados(as) está na faixa entre 51 a 60 anos. Este fato evidencia que a população reassentada na primeira etapa já residia na área da Vila da Barca há bastante tempo, o que confirma o que foi constatado no segundo capítulo, ou seja, o processo de ocupação da Vila da Barca ocorreu a partir da década de 1920.

No que se refere à procedência dos moradores entrevistados, é notório que a migração representou uma variável importante no processo de ocupação da Vila da Barca, principalmente a julgar que muitos destes migrantes são provenientes do interior do estado do Pará. Este processo é ratificado e demonstrado por Mitschein (2006) e Rodrigues (1996), quando abordam a migração das áreas interioranas para a capital do estado do Pará. Assim, foi constatado que as famílias que ocuparam a Vila da Barca em sua maioria são originárias das cidades das microrregiões do estado do Pará, como Cametá, Igarapé Miri e Abaetetuba. Nesta perspectiva, foi identificado que 7 (sete) dos entrevistados são do mesmo bairro, 3 (três) vieram de outros bairros, 5 (cinco) são originários de outros municípios paraenses e apenas 1 (um) entrevistado teve procedência de outra unidade federativa.

Constatamos que a maioria 8 (oito) dos entrevistados habitavam na Vila da Barca a mais de 40 (quarenta) anos, fato que representa uma longa permanência em áreas irregulares e não infraestruturadas. Neste sentido, a pesquisa revela a realidade brasileira, onde frações da classe trabalhadora vivem em áreas precárias, sem infraestrutura e sem condições de moradia digna, o que compromete significativamente a qualidade de vida dos que nelas residem.

Em especial, na Vila da Barca, como já foi evidenciado, o processo de ocupação tem sua origem na década de 1920, e as suas características físico-topográficas são reveladas na Foto 13 (treze) abaixo:



Foto 13 – Aspectos gerais das moradias na Vila da Barca, em 1974.
Fonte: Diogo 2010, p. 177

Assim, evidenciamos o que foi abordado no primeiro capítulo, ou seja, as cidades ao serem ocupadas de forma acelerada, absorviam um grande contingente populacional que migrava do campo, o que levou Maricato (2002) a revelar que houve um intenso movimento de construção das cidades para assentar a população migrante, assim como para atender suas necessidades e demandas de sobrevivência.

Evidenciou-se também que a população ao ser impactada pela lógica segregativa do modo de produção capitalista e pela falta de investimentos em políticas públicas para atender aos segmentos de trabalhadores pauperizados, a exemplo de uma Política Pública de Habitação Popular com volume de recursos de

modo a diminuir o déficit habitacional, recorre a seus próprios e precários recursos para garantir a moradia, como aponta Maricato (2009, p. 9).

uma proporção maior ou menor da população urbana, dependendo de cada país é excluída do direito à cidade e busca acesso à moradia por meio de seus próprios e precários recursos. Mesmo sem contar com levantamentos rigorosos (desconhecemos um país do mundo periférico que tenha contabilidade rigorosa sobre a moradia dos excluídos), podemos dizer que a maior parte da população urbana constrói suas casas sem o concurso de conhecimento técnico (de engenharia e arquitetura), sem financiamento formal e sem respeito à legislação fundiária, urbanística e edilícia.

Nesta perspectiva, ao iniciarmos¹⁰ a realização da pesquisa empírica, desde o momento da abordagem ao nos identificarmos era evidenciado pelos entrevistados a necessidade de apresentar a casa nova, mesmo já tendo se passado três anos desde o reassentamento das primeiras famílias. Apresentavam o espaço, alguns apartamentos já modificados, certa insatisfação quanto ao tamanho do apartamento consideravelmente menor do que as antigas casas nas palafitas, apresentavam os problemas existentes como: infiltrações, rachaduras que já perduram por algum tempo sem solução.

Ao visualizarmos o descontentamento com relação ao tamanho das unidades, este aspecto foi observado durante a pesquisa que algumas famílias entrevistadas possuíam um grande número de membros, aguçando a condição de **coabitação familiar** e, que por ser um projeto arquitetônico com especificações de tamanho dos cômodos muito rígidas, não pode ser alterado, ou seja, era impossível aumentar o tamanho ou construir mais cômodos.

No momento da caracterização de suas antigas moradias, no relato dos moradores foi possível perceber a dificuldade de adaptação no primeiro ano de mudança em especial com referência às **taxas** obrigatórias a serem pagas.

Todavia a habitação em especial a casa representa um grande valor simbólico para o habitante que a ocupa, pois é na casa que são estabelecidas suas relações e vivenciadas suas experiências em especial na Vila da Barca por apresentar uma relação típica de convivência do rural com o urbano foi possível

¹⁰ É pertinente destacar que no período de realização das entrevistas era perceptível a preocupação dos entrevistados em relação ao fato de serem técnico da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB, o que fomentou, por parte das pessoas abordadas, o debate em tom de reclamação a um representante do poder público municipal sobre as limitações do projeto urbanístico.

identificar algumas características que são herdadas da cultura interiorana, ribeirinha como exemplo de casa com varanda e quintal, foto 14 (quatorze), para criar os animais.



Foto 14 - Vila da Barca – Casa com varanda.
Fonte: SEHAB, 2004.

Tais características assemelham-se as tratadas por VILAÇA (1986, p. 38) ao descrever a casa no início do século XX.

Em casa eram feitas, lavadas, passadas e reparadas quase todas as roupas de uso pessoal além da roupa de cama, mesa e banho. Na casa era produzido o pão (ou seus equivalentes) criavam-se galinhas, cultivavam-se frutas e verduras, reparavam-se veículos e máquinas domésticos e até mesmo fabricavam-se pequenos equipamentos.

Nessa perspectiva é possível aferir que para os moradores referenciados na pesquisa “*a casa expressa a forma de ser, atuar, as necessidades individuais e sociais, as aspirações, as criações, atitudes, organização social e parental, o modo de vida e a visão dos grupos sociais*” (ONTIVEROS apud COSTA 2002, p. 73).

Assim como Abelém (1989, p. 106), também reforça sobre a significância da casa para a população de baixo poder aquisitivo.

Para os trabalhadores de baixa renda a casa própria significa um abrigo seguro para a época do desemprego, um lugar onde se pode plantar e criar e assim conseguir a alimentação quando não dispuser de dinheiro, um lugar para descansar na velhice ou na doença e, sobretudo, a eliminação de despesa de aluguel que pesa enormemente em seu orçamento

Observou-se que ao realizar o primeiro questionamento subjetivo, que buscava evidenciar como é a habitação hoje – três anos após o reassentamento ? Alguns moradores sentiam saudades do espaço antigo de moradia, pois traziam em seus relatos recordações quanto ao tamanho das suas residências que eram maiores e davam para acomodar todos os objetos que eles possuíam, muitos dos móveis que eram de madeira de lei, os quais por alguns dos moradores foram abandonados por não comportarem na nova habitação.

Os apartamentos nos quais as famílias foram reassentadas são de 3 (três) tipos, com metragens diferenciadas de 75,59m², 73,62m² e 71,42m², respectivamente.

Ressaltam-se algumas expressões utilizadas pelos moradores ao se referir à questão do espaço.

Tudo que eu tinha eu dei, sofá, estante, mesa de seis cadeiras, por que não tem condição. Eu fiquei só com a geladeira e o fogão, por que eu não tinha aonde botar, chega no Círio, Natal eu não posso botar a mesa e reunir a minha família como eu reunia, lá nós comemos tudo pro lado de fora, põe uma mesa ai fora.(M.M.V.C., 52 anos).

Pra mim não mudou nada, eu preferia estar na minha casa, era bem espaçosa. Aqui tem muita infiltração, o pátio esta caindo é uma coisa de louco, agente não tem privacidade, na nossa antiga casa cada um tinha seu pátio. Agente não pode chegar aqui e deitar à tarde, tem cachorro aqui na porta, estamos expostos a animais. As pessoas não têm cuidado de reparar seu animal (M.C.A.V, 57 anos)

Nas declarações dos entrevistados é perceptível a insatisfação com relação ao espaço, são evidenciados elementos a partir da comparação do tamanho

das casas antigas e os apartamentos atuais. Para Trindade Junior (1997, p. 10), quando ocorre uma mudança significativa na estrutura física esta tem rebatimentos expressivos na vida dos sujeitos, em especial quando a organização espacial não atende as expectativas destes, constatando que:

a mudança estrutural mantém a íntima ligação com as formas. Quando velhas formas são alteradas para uma adequação às novas funções, significa dizer que a organização espacial existente não atende de maneira tão eficaz à dinâmica social de um novo momento histórico.

Esta movimentação apresenta uma relação dialética entre o homem e seu habitat que se metamorfoseia continuamente, sendo pertinente considerar que o espaço deve ser percebido em suas múltiplas determinações quer dizer, cultural, simbólico e social. Para SANTOS (1987, p. 61) *“Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação”*.

Neste aspecto há de se considerar que o homem estabelece sua vida material nas relações sociais. Neste pressuposto adotamos o entendimento de Marx apud Costa (2002, p. 11);

Marx nas suas definições de representação estabelece alguns pressupostos para a questão. Para este a produção das representações está ligada à consciência. Esta, por sua vez, está ligada à vida material do homem, não podendo ser outra coisa senão o seu ser consciente: “e o ser dos homens é o seu processo de vida real”. Num processo dialético a vida material se entrelaça com as idéias, no momento em que elaboram suas representações a partir da sua relação com a natureza. A natureza de que fala Marx é a natureza social. É a vida material. As matérias que formam a base da vida material são as relações sociais.

Através das manifestações dos moradores, sobre o tamanho das novas casas, quando estes relatam os espaços como pátio, sala, cozinha, para nós é possível deduzir que estes espaços, cotidianamente, são propícios à socialização das famílias, aonde estes estabelecem suas relações sociais o que ficou comprometido neste novo espaço, na medida em que no antigo local de moradia por mais que as condições de habitabilidade fossem precárias o pátio era maior e como relata a entrevistada “cada um tinha seu pátio”.

Ainda se referindo ao mesmo questionamento, abaixo identificamos o relato da Sra. L.M.V.- 67 anos, que diferentemente das entrevistadas anteriormente,

ressaltou o contentamento quanto a nova moradia, reflexo em especial das melhores condições atuais que a ela foram viabilizadas.

Hoje eu to no paraíso, por que eu tenho uma moradia melhor com mais dignidade, não to mais pisando na lama. Tenho tudo dentro de casa, banheiro, quarto direitinho, aos poucos fazendo serviço nela. Não tem água dentro da casa, não tem infiltração na casa, tem uma infiltração, por que é do tanque da menina que lava roupa lá em cima. Tem três anos que a minha vida ta aliviada (L.M.V., 67 anos)

Para alguns moradores é valido destacar em especial aqueles que tinham condições precárias de habitação houve uma alteração significativa na estrutura e para estes é evidenciada a satisfação com a nova moradia, como pode ser evidenciado no relato abaixo:

Saneamento Básico melhorou 90%, você vê não temos rato, não temos cobra, não temos mosca não tem barata, não tem aranha não tem nada, nesse ponto ficou bom demais é uma moradia tranqüila, como o pessoal daí da vila fala, há porque isso não vale nada, absolutamente pra mim vale muito ai pergunto quanto valia a tua casa um apartamento desse se você pedir R\$50.000,00 hoje você vende. Já botaram R\$50.000,00 no meu não aceitei e não pretendo vender, meus filhos nasceram tudo aqui. (I.S.R., 46 anos)

Na perspectiva em que o ser humano é dotado de sensibilidade, desta forma é capaz de adaptar-se ao novo em especial quando novas oportunidades de moradia e acolhimento lhes são ofertadas.

A seguir, podemos visualizar algumas das fotos 15 (quinze) e 16 (dezesseis) que demonstram o antigo local da moradia.



Foto 15 e 16: Antigo local de moradia de alguns reassentados
Fonte: SEHAB, 2007

Nesta perspectiva, constatamos que mesmo com o tencionamento provocado pela mudança para um novo local de moradia, evidenciado nos relatos dos moradores, a alteração no modo de viver ainda vai perdurar por algum período na medida em que os sujeitos necessitam de tempo para adaptar-se ao novo hábitat.

Com relação ao questionamento sobre o que foi alterado na dinâmica familiar após a mudança para as novas unidades habitacionais, os entrevistados destacaram algumas observações dentre as quais registramos, no primeiro relato, uma moradora discorre sobre o processo que vivenciou de quebra dos elos de vizinhança e, em outro relato, uma moradora que se afastou dos vizinhos mais ficou próxima dos familiares:

Ainda tenho saudades da palafita por que quando eu estava doente os meus vizinhos eram mesmo como uma mãe para mim, eu sinto aquela ausência dos meus vizinhos. Eles me davam comida, me faziam mingau, eu achava quem lavasse roupa para mim, podia ser eles quem fosse, mas, era com eles que eu contava. Eu chamava e eles vinham fazer as coisas para mim, eu pagava ou dava um trocado. Com a passagem de lá para cá quantas vezes eu chorei. (I. A.R., 58 anos).

Os **elos de vizinhança** é um aspecto a ser considerado quando dos empreendimentos engendrados pelo poder público, na medida em que quando do remanejamento de famílias o mesmo, segundo constam as orientações fornecidas pelos entes financeiros, assim como os preceitos do aporte legal e constitucional,

devem ser o menos impactante possível, devendo ser observado, para que os vínculos sejam estabelecidos e mantidos.

No caso específico da moradora acima citada tal procedimento teve um impacto quando a rede de solidariedade que ela mantinha na comunidade foi quebrada. Este aspecto foi apresentado por Abelém (1989, p. 79), quando aborda o processo de remanejamento-reassentamento no Conjunto Providência, constatando que:

percebe-se, portanto, que as expectativas da população quanto aos benefícios que a renovação urbana traria não foram materializadas. Adquiriram casa própria mas sem condição de permanecer com ela, saíram do alagado mas tiveram seus vínculos sociais quebrados, seu orçamento doméstico desarticulado, enfim, sua estratégia de sobrevivência afetada.

Os elos de vizinhança são importantes para o cotidiano familiar, o que é evidenciado no relato das moradoras entrevistadas relativa ao fato de sua permanência próxima a vizinhos antigos e/ou familiares, garantindo desta forma a manutenção dos laços afetivos com parentes, amigos e vizinhos e a conseqüente diminuição dos impactos sobre os costumes e rotina por elas mantidos.

Isto pode ser verificado na fala da entrevistada M.E.S.A.F. (51 anos) “*Os vizinhos mudaram, apesar de só um vizinho ter ficado, neste bloco, e o resto estão todos separados, os meus irmãos ficaram todos no mesmo bloco [...]*”. Nesta fala foi possível inferir que os vizinhos próximos são os irmãos, logo a relação familiar foi restabelecida com a permanência de diferentes membros da família no mesmo bloco, enquanto os vizinhos antigos da área palafitada foram assentados em outros blocos para dar condições de manter os membros da família em unidades habitacionais próximas.

Neste ponto há um diferencial, quanto ao reassentamento da Vila da Barca observado quando da transferência das famílias, que é o da proximidade do local de origem com o local em que ocorre o reassentamento. Tal situação proporcionou aos moradores o acesso aos mesmos recursos que antes lhes eram oportunizados, próximo ao centro de saúde, escolas, centro comunitário assim como ao centro comercial de Belém.



Imagem 3: Poligonal do Projeto Urbanístico e Social da Vila da Barca

Fonte: SEHAB, 2004.

Nas imagens apresentadas é possível observar que o terreno onde foram construídas as unidades habitacionais, tinha como entorno as palafitas, evidenciando assim que o reassentamento foi realizado, muito próximo ao antigo local de moradia. Como pode ser observada também na imagem 5 (cinco), a área que está localizada em frente ao terreno onde foram construídas as 136 (cento e trinta e seis) unidades habitacionais ficavam localizadas em uma área seca. O processo de remanejamento que atingiu as famílias moradoras dessa área seca provocou reações de rejeição e resistência, o que foi evidenciado durante as entrevistas.



Imagem 4: Localização da construção das unidades habitacionais
Fonte: SEHAB, 2004.

Segundo relatório fornecido pela SEHAB, dos 136 remanejados 70% era oriundos das palafitas e 30% residiam em moradias localizadas na área seca da poligonal de intervenção, localizada na travessa Nelson Ribeiro. Entre os moradores entrevistados oriundos desta área era clara a manifestação de insatisfação com o fato de terem sido incluídas no processo de remanejamento.

No depoimento a seguir, observa-se que houve uma alteração considerável com a mudança para a nova unidade habitacional à medida que os moradores da parte seca revelavam que ficaram mais expostos à convivência com as famílias oriundas das palafitas, as quais estavam associadas à práticas de delitos, o que passava a exigir cuidados redobrados com a segurança.

Houve alteração, principalmente em matéria de cuidados que lá na outra casa não tinha a preocupação com relação a segurança, tem a preocupação há mais, aqui redobrou essa preocupação com relação a segurança. Aqui é muito mais perigoso, lá onde eu morava antes eu não via pessoas passando com faca com revólver na minha frente aqui a gente não pode nem estar sentado que os caras assaltam por ali e vem com a arma em punho mesmo, acho que pra intimidar (T.L.T.S., 45 anos.)



Foto 17 - Vila da Barca – Casa na parte seca – Trav. Nelson Ribeiro.
Fonte: SEHAB, 2006



Foto 18 - Vila da Barca – Casas na Palafita – Passagem Praiana.
Fonte: SEHAB, 2007

Estas reações de rejeição e resistência exigiram um amplo debate com os moradores das áreas secas, na fase do pré-reassentamento, o que é constatado nos relatórios elaborados pelos técnicos sociais durante os plantões e atendimentos realizados na Secretaria de Habitação, como segue:

Cabe destacar, as insatisfações de alguns moradores, em especial dos que possuíam casas mais estruturadas (que moravam na parte seca da Vila da Barca) visto que estes não vêem a necessidade de uma preparação dos mesmos para o reassentamento. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, SEHAB, 2007a)

No decorrer da pesquisa empírica outra constatação evidenciada diz respeito à **relação** das famílias entrevistadas **com o rio**, que de acordo com os resultados obtidos dos 16 (dezesesseis) entrevistados, 5 (cinco) informaram que tinham uma relação direta com o rio desenvolvendo atividades de pesca e 11 (onze) não tinham qualquer relação com o rio. A relação com o rio é revelado no depoimento a seguir:

tinha relação com rio. Eu pescava pra comer, passava o dia inteiro as vezes pescando, nós pegava peixe pra dar pras crianças se alimentar, pegava um bocado de peixe no fundo da canoa. (L.M.V., 67 anos)

Estes dados são corroborados por Souza (2006), que aborda o fato referente ao início da ocupação da Vila da Barca, registrando que alguns de seus moradores tinham como fonte de renda a comercialização de produtos agrícolas oriundos das ilhas circunvizinhas à cidade de Belém e da pesca artesanal, vinculando as alternativas de geração de trabalho e renda ao modo de viver ribeirinho.

Este aspecto foi destacado em pesquisa realizada por Diogo (2010), que retrata com propriedade nas entrevistas com os moradores que viviam na Vila da Barca há mais de sessenta anos a prevalência da prática da pesca com o objetivo de prover a alimentação dos membros de suas famílias [...] *só que a comida era assim, meu pai ia pescar, jogava a tarrafa aí pelo Ver-o-Peso, né, pegava aquelas pescadinhas, bacu, mandi [...]*.

É evidente que o mundo da vida de alguns moradores ainda é construído em torno da relação com o rio, seja para prover a alimentação, o lazer ou até mesmo auferir renda. Assim, nesta perspectiva, são reafirmadas as estratégias de

sobrevivência criadas pela população de baixo poder aquisitivo, baixa escolaridade e escassas oportunidades de acesso ao mercado formal de trabalho.

A abordagem da relação com o rio pelos moradores residentes na Vila da Barca, também pode ser explicitada por aspectos culturais relacionados aos hábitos e costumes manifestados nas práticas cotidianas de lazer como da necessidade e do prazer à exposição ao sol e do banho nas águas do rio, observável no relato e na foto 19 (dezenove) a seguir.

não, a única coisa que eu não faço [agora], e que eu gosto de fazer é pegar um solzinho, sou velha mas gosto de pegar sol, gosto de beber uma cervejinha, não tenho mais o meu quintalzinho, na beira do rio. (M.C.R.S, 69 anos)



Foto 19 - Vila da Barca – Lazer na orla.

Fonte: SEHAB, 2007

Na perspectiva de verificarmos as mudanças ocorridas na qualidade de vida e na dinâmica das famílias reassentadas, indagamos sobre a implantação do projeto como um todo, evidenciando os efeitos do mesmo. Neste sentido, os entrevistados evidenciaram aspectos relacionados à segurança, especialmente os moradores das palafitas. Estes declararam que antes da implantação do projeto urbanístico a Vila da Barca apresentava níveis elevados de violência e criminalidade,

já que ocorriam tiroteios e assaltos freqüentes, e o labirinto de pontes era considerado pelos assaltantes como abrigo na hora de fuga dos policiais, já que seus veículos não trafegavam nestas áreas, conforme relato abaixo:

Mudou sim, ter uma casa tranqüila não tem como ficar com medo lá era assim a gente ficava com medo por conta dos bandidos assaltavam e corriam pra lá era arriscado dá tiro e pegar na casa na gente, então o bandido entra pega as pessoas como refém as casas eram muito pertinho das pontes quando invadiam era tiroteio pra todo lado. Aqui é mais seguro. Já troquei as portas agora é de madeira, os meninos vem bate bola quebra, quero mudar botar grade.(A. C. 68 Anos)

eu tenho uma venda de cachorro quente fico até duas horas ou três horas da manhã, pessoal fala, tem marginal, absolutamente vem de fora aqui não tem aqui não existe mais, acabou pode ter lá pra ponte ainda, mas aqui graças a Deus sou testemunha disso fico até duas horas da manhã na frente trabalhando. (I.S.R. 46 anos)

É importante destacar que o problema da segurança pública não foi totalmente solucionado, pois ainda ocorrem problemas relacionados a este aspecto, mas segundo os entrevistados o índice de ocorrências diminuiu, e o fato das unidades habitacionais estarem dispostas, fisicamente, uma de frente para outra, facilita a identificação das pessoas que transitam pelas passagens, não dando oportunidade a que estes espaços sirvam de esconderijo aos assaltantes.

O que eu penso sobre o projeto é que eu tenho uma grande esperança que acabe com essa grande violência aqui dentro da Vila da Barca, por que ta diminuindo devido essas coisas que estão acontecendo, como curso pra lá, curso pra cá, eliminando mais a violência e a esperança que eu tenho é que melhore mais ainda. (L.M.V., 67 anos)

A violência é apenas uma das tantas expressões da questão social que são agudizadas na contemporaneidade, ou seja, exige proposições de políticas públicas de caráter estruturante relacionadas aos seus fatores determinantes, já que os processos de exclusão social a que estão submetidos contingentes massivos de trabalhadores desafiam o acesso às políticas sociais como aborda Maricato (2002, p. 36).

concentração territorial homogeneamente pobre (ou segregação espacial), ociosidade e ausência de atividades culturais e esportivas, ausência de regulação social e ambiental, precariedade urbanística, mobilidade restrita ao bairro, e, além dessas características todas, o desemprego crescente que, entre outras conseqüências, tende a desorganizar núcleos familiares e enfraquecer a autoridade dos pais, essa é a formula das bombas

socioecológicas. É impossível dissociar o território das condições socioeconômicas e da violência.

Nesta perspectiva, para Souza (2008) é no espaço das cidades que são oportunizadas as condições de atendimento às necessidade materiais e imateriais dos seus habitantes, como é também nestes espaços que as pessoas desenvolvem seus medos diante da violência e criminalidade, o que também pode potencializar a busca de estratégias para superação destes problemas.

Outro efeito abordado pelos entrevistados diz respeito ao acesso/acessibilidade relacionada à maior facilidade nos deslocamentos das famílias reassentadas. No local de origem das áreas palafitadas, o deslocamento de mercadorias para o consumo doméstico ou a remoção de pessoas doentes, entre outras situações, foram facilitadas pela criação de infraestrutura no entorno, como, por exemplo, a pavimentação das ruas, o que é corroborado pelo relato e foto 20 (vinte) e 21 (vinte e um) abaixo:

Melhorou, porque lá agente morava na ponte e aqui não, morava na palafita e enchia de água, isso era ruim, hoje melhorou. O acesso à casa era difícil, pra carregar as compras, quando alguém estava doente era difícil pra carregar sobre as pontes, tem muitas pessoas que vem do interior pra cá doente e ficava difícil pra carregar. O acesso melhorou (M.E.S.A.F, 51 anos).



Fotos 20 e 21: Transporte de mercadorias e compras para dentro da Vila
Fonte: SEHAB

Um aspecto abordado e que está relacionado à questão do acesso/acessibilidade refere-se aos recursos coletivos do entorno, ao ser evidenciado pelos entrevistados o fato dos moradores continuarem próximo aos

equipamentos e serviços, como o posto de saúde, a escola e os pontos de ônibus já existentes na área. Ver foto 22 (vinte e dois) a seguir.



Foto 22: Unidade Municipal de Saúde Vila da Barca
Fonte: SEHAB, 2004

Desta forma é importante ressaltar que tal aspecto corresponde ao componente de integração urbana de assentamentos precários, previsto na elaboração e na implementação da Política Nacional de Habitação, ou seja, a política habitacional deve ser interpretada de tal forma que sejam atendidas necessidades básicas da população de baixo poder aquisitivo de forma ampla e não restrita à construção de unidades habitacionais.

Atendimento as necessidades básicas da população de baixa renda que vive em assentamentos precários caracterizados por irregularidade fundiária e urbanística, precariedade física, insalubridade, insegurança e vulnerabilidade social, por meio de melhoria das suas condições de habitabilidade, erradicando riscos e ampliando a mobilidade urbana visando à inclusão sócio-espacial e à integração dos assentamentos ao tecido urbano da cidade, de forma a efetivar o acesso e o direito a cidades sustentáveis e à moradia. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2006, p. 38).

Um ponto evidenciado pelos moradores entrevistados diz respeito ao fato de não se envergonharem mais em informar o local de residência, ao relatar que:

o projeto foi ótimo. Mudou minha vida e dos meus filhos, tu ias pedir emprego quando falava que era da Vila da Barca, ouvíamos dizerem “põe pra fora que lá só tem bandido”, agora, depois da mudança, perguntam “a senhora é da Vila da Barca? Pode entra”. (L.M.V. 67 anos)

Neste relato a entrevistada revela a satisfação em estar morando no Conjunto Nova Vila da Barca, e os aspectos ressaltados dizem respeito às alterações na sua vida cotidiana, como por exemplo, não só fornecer o endereço e ser reconhecido por lojistas para ter acesso à crédito, como também a regularização dos endereços com informações de CEP para entrega de correspondências e encomendas pelos Correios.

Outro efeito identificado pelos moradores entrevistados corresponde à necessidade de arcar com os custos de **taxas** para ter acesso aos serviços essenciais como água e luz, o que não ocorria nas casas palafitadas, já que o acesso à energia elétrica se dava pelos chamados “gatos”, que são ligações clandestinas comuns não apenas na Vila da Barca, mas são freqüentes nas áreas informais e precárias das grandes cidades brasileiras, o que é constatado no relato a seguir:

começamos a pagar R\$8,00 de água tudo isso alterou no orçamento porque nós não somos empregados, pagava R\$8,00 de água aumentou pra R\$10,00, aumentou pra R\$14,00 agora se você vê vem de R\$ 150,00 R\$ 180,00 (I.S.R. 46 anos)

No que se refere aos custos de manutenção com o novo habitat, este foi um dos aspectos que contribuiu para a não permanência das famílias atingidas pelos projetos de renovação urbanística e habitacionais como foi evidenciado por Valladares (1978) e Trindade Junior (1997), a partir dos efeitos que repercutiram consideravelmente no cotidiano das famílias reassentadas que não tinham como arcar com os gastos elevados, por exemplo, com transporte e outras despesas. Este efeito de não permanência das famílias que ocupavam originalmente determinadas

áreas que recebem infraestrutura tem provocado a ocupação de novas áreas com características semelhantes à anterior onde habitavam

Outro aspecto referenciado nas entrevistas está relacionada à condição de **coabitação** familiar, já que as famílias numerosas sentiram dificuldades no processo de acomodação dos filhos que constituíram novos núcleos familiares. Para estas famílias os apartamentos eram pequenos.

A casa é pequena. Meu filho mora na cozinha, por que eu não posso jogar eles na rua e eles sempre tiveram o cantinho deles, outro mora aqui em cima no quarto, e o outro eu não tive condições de ajeitar ele aqui, então minha irmã me ajudou e cedeu a casa para ele. Tá difícil pra mim e eu não tenho quem me ajude, E eu moro aqui na sala e cozinha. .(M.M.V.C., 52 anos).



Foto 23 e 24 - Vila da Barca – Apartamento onde vivem três famílias.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

No processo de constituição da Vila da Barca, segundo estudo realizado por Diogo (2010, p. 181), foi observado o crescimento e a ampliação das famílias a medida em que para abrigar os filhos que constituíam seus próprios núcleos familiares os pais construíam e reconstruíam as casas, fortalecendo assim as redes familiares que contribuíram para o adensamento populacional desta localidade, conforme foi constatado pela referida autora:

Assim, anteriormente á reconstrução da habitação dos pais, são construídas duas novas habitações de dois de seus filhos, as casas tidas como filiais e que servem de moradia temporária e abrigo dos móveis dos pais enquanto há a reconstrução da casa da mãe ou a principal. Já o relato detalhado de um morador que foi incentivado pelo tio, morador da Vila da Barca, a ali construir sua habitação revela o minucioso planejamento realizado para erguer sua moradia em uma área bastante avançada na orla.

É válido destacar que por morarem na área palafitada tornava-se possível aos moradores alterarem o espaço da residência avançando sobre o rio. Este aspecto da coabitação foi identificado pelos entrevistados como um fator limitante e gerador de insatisfação o que era relatado, freqüentemente, nos plantões sociais e nos relatórios técnicos da SEHAB, segundo relatos a seguir:

Outra situação bastante pertinente refere-se á insatisfação das famílias que vivenciam as dificuldades de coabitação familiar, pois o Plano de Reassentamento concede duas unidades habitacionais para famílias nesta condição quando há independência financeira das famílias e composição familiar superior a dez pessoas. As famílias enfrentam dificuldades para comportar todos os membros familiares em um apartamento de apenas dois quartos, visto que as mesmas sempre mencionam que as famílias se multiplicam, e que o tempo não fica congelado. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, SEHAB, 2008)

A dificuldade em acomodar todos os membros da família no mesmo espaço demonstra a centralidade de um problema de natureza econômica e social recorrente na realidade brasileira sobre o qual os projetos habitacionais implementados pelo poder público apresentam limites no seu enfrentamento. Costa (2002, p. 69) ao abordar as representações sociais sobre a casa conclui que:

em nome da casa a família se expande, cresce, agrega, separa, inova nos seus projetos habitacionais, nas formas de posse e de propriedade. Na condição de agente articulador, a família ganha outra dimensão além da tradicional composição nuclear.

A conclusão do projeto foi ressaltada como um aspecto relevante para um dos entrevistados, no entanto, há pendências relacionadas ao processo construtivo, como por exemplo, a baixa qualidade do material utilizado que vem redundando na ocorrência de infiltrações e rachaduras.

Positivo é o projeto está sendo concluído. Nós sabemos que obra demora e esse projeto é muito bom, tirou muita gente da lama, porque tem gente que diz, eu morava numa casa grande agora me deram esse cubículo, só que eles tem que pensar que lá eles não tinham o conforto que eles tem aqui nos apartamentos. (I.S.R., 46 anos)

Algumas pendências foram evidenciadas por alguns dos entrevistados ao se referirem aos **problemas estruturais do projeto**, pois já se passaram três anos do processo de reassentamento e estes continuam existindo, tornando as infiltrações

e rachaduras permanentes. Tais problemas mereceram destaque na mídia e jornais de circulação local como evidencia-se na imagem 5 (cinco):

VILA DA BARCA

Problemas nas estruturas das casas preocupam moradores

ERCÍLIA WANZELER

Paredes rachadas e infiltrações nas casas da Vila da Barca, bairro do Telégrafo, estão preocupando os moradores do local, que temem a ocorrência de acidentes. A doméstica Nazaré Vieira conta que, a cada chuva, precisa colocar baldes para apagar a água que infiltra em sua casa. “Já colocamos plásticos nas portas dos quartos e até limo está dando nas paredes. Eu procuro nem sair mais de casa quando chove”.

Além disso, Nazaré diz que tragédias como o desabamento do prédio Real Class, na travessa 3 de Maio a deixam ainda mais apreensiva com os perigos que os problemas na casa podem acarretar. “Eu fico com muito medo de desabar. Se não resolverem nada eu penso em vender a casa porque aqui não tem condições”.

Raimundo Trindade é um dos moradores mais antigos da Vila da Barca. Está no local há cerca de 50 anos. Ele relata que, desde que se mudou para a casa, há três anos, vivencia problemas. “A parede está rachada e, quando chove, preciso pegar baldes para retirar a água. Tenho medo que algo aconteça”. Na casa dele, a situação pediu uma medida mais urgente. Como parte do



Moradores da Vila da Barca temem acidentes nos imóveis

teto estava cedendo, precisou colocar escoras de ferro para fazer a sustentação.

Segundo o coordenador geral da Associação de Moradores da Vila da Barca, Nonato Matias, os problemas nas casas vêm desde que foram entregues, em 2007. “Mais de 40 casas apresentam problemas e tememos um risco de acidentes graves, como desabamentos”.

REPARAÇÃO

O coordenador afirma que a luta dos moradores é para que as casas danificadas sejam reparadas. “Tivemos uma reunião com a Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) e a Uni Engenharia, mas só falaram sobre a entrega das novas unidades. Não acordaram nada sobre a recuperação das casas”.

A assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) informou que o Corpo de Bombeiros já vistoriou as casas e constatou algumas irregularidades, mas que estas não comprometiam a estrutura das casas e que não foi aconselhado que os moradores saíssem do local. Também foi informado que a Sehab já entrou em contato com a Uni Engenharia para que sejam realizados os reparos nas casas.

PROJETO

As primeiras casas (136 unidades) do projeto Vila da Barca - que remanejou moradores de palafitas e áreas no entorno para o conjunto habitacional - foram entregues em 2007. No total, devem ser entregues 736 casas.

Imagem 5 : Reportagem sobre rachaduras e infiltrações na nova Vila da Barca
Fonte: Jornal “O Diário do Pará” 04/02/2011

Nessa perspectiva, evidencia-se no relato e na foto 25 (vinte e cinco) a seguir este ponto crítico em relação às infiltrações o que foi comprovado na observação direta durante a pesquisa de campo.

Aqui na cozinha não pude lajotar porque quando bate a chuva de lá pra cá enche de água, fico lá meu marido meus filhos[...]. na hora da chuva tava parece um paneiro, aquele sofrimento todo ano é isso. Não deixam fazer nada por fora, reboquei por dentro à infiltração tirou todo o reboco de um lado tá perfeito, agora aonde tem infiltração acabou com tudo. Eles não tomam uma providencia. No meu ver nós fomos os cobaias. (I.S.R. 46 anos)



Foto 25 Vila da Barca – Casa com Infiltração.
Fonte: Pesquisa de Campo - 2010

O aspecto relacionado à extensão reduzida da área de serviço dos apartamentos foi evidenciado pelos entrevistados e confirmado nos relatórios de atividades mensais da SEHAB, o que pode ser comprovado nos relatos abaixo:

vieram reclamar que não podia ter isso não podia ter nem as cordas, porque á área que tem aqui não tem como colocar as roupas aqui são muitas pessoas fora a roupa tem lençol de cama tem tudo isso então não tem como colocar tudo isso na área, então não só agente muitos fizeram cordas, ai passaram por aqui, e disseram que não podia, tudo isso é ruim (L.O.M. 68 anos)

outro questionamento que serviu como ponto de avaliação pela comunidade foi sobre a criação do Projeto Físico distante da realidade da mesma, a exemplo a falta de espaços para a criação de animais (porcos e galinhas); a atividade de secagem de roupas (redes e lençóis), visto que é uma atividade de geração de renda de algumas famílias (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, SEHAB, 2007a)

O uso de varais e cordas para secagem de roupas, evidenciado na foto 24, não só é um costume característico das áreas rurais, pela existência de terrenos

extensos, como das famílias que moram nas cidades em casas com quintais. Esta prática é inviabilizada quando se trata da ocupação de apartamentos em conjuntos habitacionais de caráter popular. Este fato é agravado pelo prejuízo causado com a perda de oportunidade de geração de renda no caso da atividade realizada por algumas moradoras que são lavadeiras.



Foto 26 Vila da Barca – Roupas no Varal.
Fonte: SEHAB

Uma outra prática recorrente em localidades como a da Vila da Barca refere-se à criação de animais no próprio espaço de moradia, visto que haviam muitos moradores que possuíam galinhas, porcos e outros animais domésticos em suas próprias casas e que por ocasião do remanejamento tentaram reproduzir nas novas unidades habitacionais estes mesmos hábitos, conforme foto 27 (vinte e sete) a seguir.



Foto 27 - Animais criados nas palafitas.
Fonte: SEHAB.

Os efeitos relativos ao não respeito aos costumes e hábitos vivenciados pelas famílias remanejadas em seu cotidiano, significaram, em grande medida, o agravamento dos processos de adaptação das mesmas no Conjunto Habitacional Nova Vila da Barca.

Ao abordarmos nas entrevistas realizadas a concepção acerca do que representa a moradia, foram destacados os seguintes pontos, conforme relato abaixo:

o que eu acho que é uma moradia melhor, é melhorar toda a situação da gente por que agente que vive no sacrifício, como eu já vivi, e ainda tô vivendo, quer dizer a moradia melhor que agente possa explicar, é o modo de viver, o contato com as pessoas, é o colégio perto, que antes nós tínhamos muito sacrifício, é a água que nós temos dentro de casa a vontade, que antes agente ia buscar lá na baía ou lá na Doca pra beber, hoje em dia nós não temos mais esse sacrifício. Quer dizer com tudo isso é uma moradia melhor pra gente, temos tudo perto. Por que? Por causa do projeto de habitação. (L.M.V., 67 anos)

A questão da convivência condominial também reflete as mediações que permeiam o processo de ocupação de um novo habitat pelos moradores remanejados. E o significado de moradia se expressa também nessas novas relações que devem ser assumidas, na medida em que o remanejamento para um

local infraestruturado implica em algumas alterações na dinâmica familiar que para algumas famílias são difíceis de serem assimiladas. Assim, para uma das moradoras entrevistadas, a concepção de moradia significa:

a gente viver bem, as pessoas terem uma educação com os seus vizinhos, saber aceitar seus vizinhos, ainda mais nós que moramos tudo junto parede com parede, porta com porta, pra mim é isso. Não tá brigando com os vizinhos. Temos que melhorar nossa moradia, nós estamos numa coisa melhor, nós não estamos mais na lama, que agente vivia lá em cima da ponte (M.C.R.S, 69 anos)

Nesta perspectiva, a relação de vizinhança associada ao respeito mútuo são posturas a serem desenvolvidas por alguns moradores, que ainda oferecem resistência a mudanças de comportamento, mesmo que tenham participado das oficinas sobre as mais variadas temáticas, o que significa o incentivo a processos educativos de longo prazo. Logo, os resultados não serão alcançados de imediato.

O significado da moradia, segundo o relato abaixo de uma moradora entrevistada, está relacionado ao cuidado com a organização e estruturação da nova unidade habitacional, destacando-se a questão do lixo e das condições insalubres vigentes em muitas das casas existentes na área palafitada. Entre alguns moradores observam-se antigos costumes, como lançar restos de comida, artefatos diversos pela janela ou porta dos apartamentos, como faziam no antigo local de moradia, fato que causa insatisfação para moradores, como o que foi registrado no relato abaixo:

Cuidar do que tem aqui. Por que agente veio pra cá, falaram que não era pra trazer cachorro, não era pra trazer gato e nada disso foi cumprido. Nas oficinas de reassentamento nos orientaram pra não trazer. Tudo isso eu acho que é falta de educação. Eles jogavam as coisas no rio, jogava a água e lavavam agora não tem que juntar o lixo. Aqui é um condomínio as pessoas tem que zelar por tudo, jogam lixo, resto de sujeira dos animais. Falta de higiene (M.C.R.S, 69 anos)

No antigo local de moradia nas áreas palafitadas foi referenciado pelos entrevistados que é possível identificar no comportamento de alguns moradores, conforme fotos 28 (vinte e oito) e 29 (vinte e nove) a seguir, a falta e o descaso com a higiene e com a manutenção das condições salubres necessárias para se evitar a propagação de doenças.



Foto 28 e 29 - Vila da Barca – Lixo acumulado.
Fonte: SEHAB, 2007

A perspectiva evidenciada nas entrevistas realizadas ratifica que a moradia não se restringe apenas a aquisição de uma casa e que a simples entrega de um determinado imóvel não atende a totalidade das necessidades demandadas pelas diferentes frações da classe trabalhadora. Para Maricato (2002, p. 75), há de ser observado um conjunto de políticas públicas a serem implementadas de forma integrada, reafirmando que:

as políticas de inclusão social exigem abordagem integrada. A urbanização de favelas pode resolver problemas de saneamento ambiental, atribuir endereço legal a cada domicílio, melhorar as condições de moradia e de segurança urbana, mas não melhora o nível de escolaridade ou de alfabetização, não organiza as mulheres para melhorar o padrão de vida, nem ajuda na organização de cooperativas de trabalho, ou no lazer dos jovens. “A exclusão é um todo” – econômica, cultural, educacional, social, jurídica, ambiental, racial e não pode ser combatida de forma fragmentada

Portanto, o homem não se constrói sem ter um espaço concreto para se desenvolver assim como sem acessar as condições necessárias para estabelecer uma relação efetiva com a realidade que o cerca. Desta forma, é importante que a população beneficiária da política pública habitacional esteja incluída socialmente e fazendo parte integrante da cidade. Nestes termos, reitera Silva (1989, p. 30),

ao se localizar em determinada área é que uma família se articula com todo o resto da cidade, tendo ou não acesso aos benefícios oferecidos, com maior ou menor possibilidade de usufruir das vantagens e das desvantagens que a cidade oferece. A localização da família no espaço urbano, determina sua inserção ou exclusão social, pois é a partir daí que é possível ou não ter acesso a uma série de benefícios urbanos tais como água, luz, esgoto, serviço de saúde, educação, cultura, recreação, etc. Daí

a habitação não poder ser concebida como mero abrigo, pois ela representa a porta de entrada dos serviços urbanos.

Ainda em relação ao aspecto estrutural um ponto que merece destaque está relacionado ao fato dos moradores questionarem a elaboração do projeto físico não ter respeitado a realidade ribeirinha da área afetada. Neste sentido, consideramos pertinente ressaltar o que preconiza a atual Política Nacional de Habitação, que evidencia quando se trata das intervenções urbanísticas nos assentamentos precários a necessidade de:

estímulo ao desenvolvimento de alternativas regionais, levando em consideração as características da população local, suas manifestações culturais, suas formas de organização e suas condições econômicas e urbanas, evitando-se soluções padronizadas e flexibilizando as normas, de maneira a atender às diferentes realidades do país (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2006, p. 35)

A não adequação à realidade social em suas dimensões regionais e locais fere os preceitos ora apresentados na medida em que muitos dos hábitos e costumes herdados e reproduzidos pela população, não foram considerados quando da elaboração do Projeto da Vila da Barca visto que após anos de remanejamento foi possível observar que as dificuldades apresentadas ainda perduram e o poder público ainda não conseguiu viabilizar mecanismos para sanar tal situação.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade capitalista e sua constituição é marcada por múltiplas determinações. Neste processo de constituição, as contradições engendradas pela produção e reprodução do capital e da força de trabalho determinam o surgimento de desigualdades sociais, econômicas e políticas.

A constituição do urbano, portanto, é um processo social construído historicamente, o qual apresenta modificações significativas nos diferentes modos de produção, que revelam as formas como os homens se organizam no espaço.

Nesta perspectiva, apresentam-se problemáticas diversificadas nas cidades e os processos que delas decorrem são evidenciados pelo modelo de desenvolvimento centrado na industrialização e o conseqüente processo de urbanização, ordenados segundo a lógica capitalista de produção, o que daremos ênfase à problemática habitacional.

Na região amazônica o processo de urbanização se manifestou com particularidades específicas registradas a partir da forma como ocorreu a produção e reprodução do capital e da força de trabalho. Neste caso específico, os apontamentos historiográficos evidenciam a inserção da cidade de Belém, por inúmeras mediações, na medida em que gera um espaço multifacetado, marcado por expressivo aumento do contingente populacional, e que culmina, de forma explosiva, com a ocupação de áreas insalubres e sem infraestrutura, que são as baixadas.

Neste contexto particular de urbanização da cidade de Belém é que priorizamos fazer um recorte em nossa proposta de investigação centrado na análise do caso específico referente ao processo de reassentamento no Conjunto Habitacional Nova Vila da Barca. Os aspectos sobre os quais esta escolha se fundamentou, dizem respeito aos impactos que a implementação de projetos de intervenção urbanística vem provocando em diferentes cidades brasileiras.

Nesta perspectiva, é válido ressaltar que os programas e projetos habitacionais implementados têm sido marcados pela condição de serem residuais em relação à agudização das expressões da questão social reveladas, na atual conjuntura brasileira e amazônica, pela precarização das condições de moradia e elevado déficit habitacional no segmento de trabalhadores que auferem renda na

faixa de 0 (zero) a 3 (três) salários mínimos. Desta forma, algumas das soluções apresentadas são pontuais e fragmentadas, não apresentando, portanto, mecanismos capazes de eliminar as causas determinantes, que são de natureza estrutural.

Neste sentido, o Projeto Urbanístico e Social da Vila da Barca, enquanto universo de estudo, apresenta especificidades que dizem respeito, por exemplo, ao fato de não implicar no desembolso monetário para aquisição do imóvel por parte das famílias reassentadas no Conjunto Habitacional Nova Vila da Barca, e ainda a permanência das famílias atingidas pelo reassentamento no mesmo local de onde foram remanejadas.

As mudanças provocadas por este processo não se restringiram apenas ao uso de uma nova estrutura física domiciliar, mas também dizem respeito aquelas de natureza social e cultural, como a relação com as águas dos rios que circundam a cidade de Belém.

Mudanças que decorreram do processo de reassentamento e que foram destacadas no processo de investigação pelos moradores entrevistados dizem respeito a(s):

- aquisição da casa própria e com esta nova unidade habitacional as melhorias que ocorreram na acessibilidade a um conjunto de serviços como por exemplo de segurança pública e no acesso à infraestrutura básica com novas exigências relacionadas à organização e estruturação do imóvel, sendo válido destacar, a necessidade de cuidados com o destino do lixo e com despesas relativas aos serviços essenciais como abastecimento de água e energia elétrica;
- alterações decorrentes da ruptura de hábitos e costumes enraizados e construídos socialmente pelo modo de vida ribeirinho e interiorano;
- dificuldades decorrentes do tamanho das unidades habitacionais que inviabilizaram abrigar os componentes que coabitavam na moradia de origem;
- quebra dos elos de vizinhança;

- alterações nas rotinas domésticas como a criação de animais, uso de varais para secagem de roupas dos próprios familiares ou de terceiros em troca de remuneração;
- alterações nas rotinas de lazer como as práticas rotineiras de banho nas águas dos rios e exposição ao sol em trechos da orla.

Face a todo o contexto evidenciado após a pesquisa de campo, para nós é válido destacar que trabalhar com a Política Pública Habitacional vai para além da simples construção de casas, ou de doação de terrenos para a população de baixo poder aquisitivo, mas incide na organização e gestão da cidade.

Nesta perspectiva, significa pensar a cidade em seu conjunto em sua totalidade, pensa-la incluindo a infra-estrutura, acesso a rede de água e esgoto acesso aos recursos do entorno a melhoria da mobilidade urbana a permanência das famílias em seu local de origem, entre outros aspectos que permeiam a problemática supracitada.

Sendo assim, ao atuarmos especificamente nesta política pública compreendemos também que há de ser incorporado o entendimento de alguns princípios econômicos, sociais, culturais entre outros objetivando inserir as famílias reassentadas no conjunto da cidade e nas demais políticas quais sejam públicas ou sociais, desta forma que ao se intervir, o acesso a moradia, não se centre apenas a aquisição da casa de forma isolada, mas que isto possa ocorrer articulado a cidade como um todo.

Sobre os resultados da investigação aqui apresentados esperamos que se tornem relevantes para o fomento de debates acadêmicos e políticos acerca das questões que envolvem processos de reassentamento de famílias atingidas por projetos de intervenção urbanística, suscitando novas pesquisas.

Ao mesmo tempo, pretendemos contribuir para sistematização de conhecimentos teóricos e metodológicos de modo a viabilizar o enfrentamento das expressões mais agudas da questão habitacional, tendo, no entanto, a certeza de que no limite desta dissertação não foram esgotados todos os aspectos que envolvem a referida temática. Até mesmo porque consideramos nossas considerações finais apenas provisórias, visto que ao nos orientarmos dentro de

uma perspectiva crítica a construção das sínteses são sempre provisórias face ao processo dinâmico da história.

REFERÊNCIAS

- ABELÉM, Auriléa Gomes, **Urbanização e remoção: Por que e Para quem?** Belém: EDUFPA, 1989.
- BELÉM. **Diagnóstico Habitacional de Belém**. Relatório I: Deficit Habitacional no município de Belém. Belém – SEHAB/PMB, 2006
- BELÉM. **Diagnóstico Habitacional de Belém**. Relatório II: Política Habitacional no município de Belém: breve contextualização, balanços e desafios atuais de uma política social. Belém – SEHAB/PMB, 2007
- BONDUKI, Nabil, **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- CASTRO, Edna. **Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas**. In CASTRO, Edna (Org.) **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.
- COELHO, Roberta Ferreira. **Ribeirinhos Urbanos: modos de vida e representações sociais dos moradores do Puraquequara**. Dissertação de Mestrado: UFAM, 2006.
- COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Razões ou ilusões de estabilidade: representações e referências imaginárias sobre a habitação na “ocupação espontânea” Riacho Doce**. Dissertação de Mestrado: CFCH/UFPA, 2002
- COSTA, Maria das Graças de F. VALENTE, Joana, RODRIGUES Olinda, MACHADO, Selma Suely Lopes (orgs.) **Impactos Sócio-Econômicos do Projeto Macrodrenagem: O reassentamento CDP e os rebatimentos diferenciados em homens e mulheres**. Belém: Editora Graphitte: FASE e UFPA/PARU, 2006.
- DIOGO, Adriane Augusta Melo. **Vila da Barca: Perspectivas Históricas da Construção e Reconstrução**. In SIMONIAN, Ligia T. Lopes (org.) **Belém do Para: história cultura e sociedade**. Belém: Editora do NAEA, 2010.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975.
- ENGELS, Friedrich. **A questão da Habitação**. São Paulo Ed. Acadêmica, 1998.
- Estatuto da Cidade. **Lei 10.257; 10/07/2001**.
- GRAZIA, Grazia de. **Reforma Urbana e Estatuto da cidade**. In RIBEIRO, Luis Cezar de Queiroz e CARDOSO, Adauto Lúcio (orgs.). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da cidade**. Rio de Janeiro, Revan, FASE, 2003.

HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 4º ed. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades e Estados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades>. Acesso em 13.06.2009.

ICASURIAGA, Gabriela Lema. **Perspectivas Teóricas sobre a Cidade Capitalista.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEAL, Aluizio Lins. **Uma sinopse histórica da Amazônia** (Uma visão política). In **Revista de Estudos Paraenses, Org.** José Raimundo Barreto Trindade e Gilberto Marques. Belém: IDESP. 2010

LEFEBVRE, Henry. **O Direito á cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A Cidade do Capital – 2ª.** ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana.** 2ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** 2º ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. **Política Habitacional no Regime Militar: do milagre brasileiro a crise econômica.** Petrópolis – RJ: Vozes, 1987

_____. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras.** 2009. Artigo disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9749.pdf>. acesso em 10.08.2010.

_____. **O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.** 2006. Artigo disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicações/bpsociais/bps_12/ensaio2_ministerio.pdf. acesso em 10.08.2010

_____. **Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo.** 2009. Artigo disponível em <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v4/images/pdf/artigo7.pdf>. acesso em 10.08.2010

MARX, Karl. Introdução [à crítica da Economia Política]. In MARX, K. **Manuscritos econômicos - filosóficos e outros textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os pensadores)

MARX, Carlos e ENGELS, Frederico. **La Ideología Alemana**. Montevideo/Barcelona: Pueblos Unidos e Grijalbo, 1974.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. In: Fernandes, Florestan (Org.) Marx e Engels. São Paulo: Ática, 1989.

MILIBAND, Ralph. **O sistema estatal e a elite do Estado**– In: CARDOSO e MARTINS (org.) **Política & Sociedade** V. 1. São Paulo: Nacional, 1979.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Habitação**. Brasília: Ministério das Cidades, Cadernos MCidades nº 4, Maio 2006.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Instrução Normativa nº 08**. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

_____. **Crescimento, pobreza e violência em Belém** / Thomas Adalbert Mitschein, Jadson Fernandes Chaves e Henrique Rodrigues de Miranda. Belém: NUMA/NAEA; POEMA, 2006.

PAOLO, Darcy Flexa Di. **Elaborando Trabalhos Acadêmicos e científicos: Tcc, Dissertação e Tese** – Belém – Pa: Paka-Tatu, 2009.

PINHEIRO, Andréa; LIMA, José Júlio Ferreira; SÁ, Maria Elvira Rocha de; PARACAMPO, Maria Vitória. **A questão habitacional na Região Metropolitana de Belém**. Disponível em <http://www.habitare.org.br/pdf/publicações/arquivos/colecao7/capitulo5.pdf>, acessado em 07/01/2011.

PINTO, Lucio Flávio. **A Amazônia entre estruturas desfavoráveis**. In D'INCAO, Maria Angela e SILVEIRA, Isolda Maciel. **A Amazônia e a crise de modernização**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994.

POULANTZAS, Nicos. **A noção do Estado em Marx** – In: CARDOSO e MARTINS (org.) **Política & Sociedade** V. 1. São Paulo: Nacional, 1979.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Projeto de Urbanização e Habitação da Vila da Barca**, Belém: PMB, 2004(a).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Secretaria Municipal de Habitação. **Plano de reassentamento**. Belém: PMB, 2004 (b).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Secretaria Municipal de Habitação. **Plano de Reassentamento Vila da Barca**, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Secretaria Municipal de Habitação. **Relatório Técnico do Projeto de Participação Comunitária Vila da Barca**, Abril – 2007 (a).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Secretaria Municipal de Habitação. **Relatório Técnico do Projeto de Participação Comunitária Vila da Barca**, Maio – 2007 (b).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Secretaria Municipal de Habitação. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico do Projeto de Participação Comunitária Pós-Reassentamento (I Etapa) Vila da Barca**, Janeiro/Fevereiro - 2008

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Constituição de 1988. 1998**

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Aventura Urbana: Urbanização Trabalho e Meio-Ambiente em Belém**. Belém: Vanguarda, 1986.

RODRIGUES, Eliene Jaques. **Banidos da cidade unidos na condição: o conjunto Cidade Nova como um espelho de segregação social em Belém**. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**, 13^o ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Reforma Urbana: por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades**. Rio de Janeiro: FASE/UFRJ-IPPUR, 1995.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém. Riquezas produzindo a Belle Époque (1870 – 1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2002. (a)

_____. **Memórias do Velho Intendente Antonio Lemos (1969-1973)**. Belém: Paka-Tatu, 2002. (b)

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

SINGER, PAUL. **O uso do Solo Urbano na Economia Capitalista**. In **A Produção Capitalista da Casa e da Cidade no Brasil Industrial**. 2^a ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

SOUZA, Solange Silva. **Os caminhos da Urbanização da Vila da Barca: passado presente e perspectivas futuras**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Belém: PPGSS/UFPA, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SUDAM/DNOS/GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Monografia das Baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação**. 2^a Ed. Belém, SUDAM, 1976.

TOPALOV, Christian. **Da questão social aos problemas urbanos:** os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. *In:* RIBEIRO, L. C. Q. & PECHMAN, R. (orgs.). **Cidade, povo, nação.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.1996.

TRINDADE Junior, Saint-Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém.** Belém: NAEA-UFPA. 1997

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva, **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa:** Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1978.

VAINER, Carlos B. **Pátria, Empresa e Mercadoria.** Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In ARANTES, Otília et al. **A cidade do Pensamento único:** Desmanchando Consensos. 3º ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Habitação:** o que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo: Cadernos de Educação Política,1986.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista (Morador) SEMI-ESTRUTURADA

PESQUISA: Processo de remanejamento/reassentamento na Vila da Barca em Belém-PA: mudanças no cotidiano das famílias.

Discente: Raquel Amorim

DATA: ____/____/____

HORÁRIO: _____

- 1- Nome _____ :
- 2- Endereço: _____
- 3- Idade: _____ Onde Nasceu: _____
- 4- Sexo: M () F ()
- 5- Escolaridade: _____
- 6- Ocupação/Atividade Profissional _____ RENDA _____
- 7- Procedência:
() Mesmo Bairro () Outro Bairro () Outro município () Outro Estado
- 8- Por Quê Mora no Local:
() Sem informação () Opção de Moradia () Opção de trabalho () outros
- 9 – Há quanto tempo o Sr. (a) ou a sua família reside na Vila da Barca? E o que lhe fez morar aqui.?
- 10– Como era a sua moradia antes da Implantação do Projeto Urbanístico e Social?. (Caracterize)
- 11 - E como é hoje - três anos após o reassentamento realizado em Dezembro de 2007?
- 12 – Como foi o processo de Reassentamento? Atendeu as suas expectativas em relação à habitação?.
- 13 – O que foi alterado em sua rotina (cotidiana) após a mudança para o apartamento, ou não houve alteração?
- 14 – O Sr. (a) tinha alguma relação direta com o rio: () sim (QUAL) () Não
() Trabalho () Lazer () Transporte- de que? () Pesca () Tinha Barco
- 15 – O que você pensa sobre o projeto como um todo, conseqüências positivas e negativas?
- 16 – Qual a sua concepção de moradia?